Sade, Masoch & Marx pg.27 / **Emprego para todos?** pg.30 / **Estreia!** Nacho Camacho / **Poster** págs. 16 e 17

mapa: Jornal de Informação Crítica

Três anos a provocar suores nos gabinetes
ASSINA O JORNAL MAPA
descobre como em ASSINATURAS.JORNALMAPA.PT

NÚMERO 10
JULHO-SETEMBRO 2015
TRIMESTRAL / ANO III
1500 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

BALDIOS: O FUTURO DE MÃO COMUM

Os terrenos geridos por comunidades locais, conhecidos como Baldios, são bens comuns que provam o potencial da gestão comunitária. Um campo onde os conceitos do lucro, propriedade e Estado podem ser postos em causa. É sobre estas possibilidades que falamos tendo como ponto de partida o documentário En Todas As Mans, recentemente produzido pela cooperativa galega Trespés, sobre a realidade dos baldios em Portugal e dos Montes Vizinhais em Mão Comum na Galiza. O jornal MAPA lança reflexões e interrogações sobre a governação dos recursos comuns.

PÁG.6: BALDIOS E MONTES VIZINHAIS: UM FUTURO EM MÃO COMUM
PÁG.9: BALDIOS DE VILARINHO
PÁG.12: A LEI (DA DEGENERAÇÃO) DOS BALDIOS
PÁG.14: DISCUTIR A FLORESTA E A NATUREZA

NOTÍCIAS À ESCALA

As touradas para além dos touros

págs. 18 e 19

Mais do que apenas uma prática de violência contra touros e cavalos, a tauromaquia carrega consigo o peso de uma sociedade organizada por classes e que se serve da violência para se impor. Por detrás de uma prática que é ainda classificada como cultura encontram-se famílias influentes e uma história composta por fortes ligações aos altos meandros do poder onde não faltam apoios de dinheiros públicos e fundos Europeus.

LATITUDES

Xentrificación na Zona Vella de Vigo

pág. 4

Xentrificación na Zona Vella de Vigo é um artigo enviado pelo coletivo **Xentrificacion Vigo** que se dedica, naquela cidade, à reflexão e divulgação de informações, imagens e actividades referentes aos processos de gentrificação e especulação imobiliária que estão, actualmente, em marcha na zona velha de Vigo. Seguir estes processos além fronteiras é importante pela simples razão de que realidades semelhantes tomam forma em tantas cidades portuguesas, no Porto, em Lisboa ou em Faro. O artigo é publicado no seu original, a língua galega, com o objectivo de levar a informação crítica também aos leitores galegos mas também como desafio aos leitores portugueses para que se informem através de uma língua com mais semelhanças que diferenças quando comparada com o português. Uma tradução para o português pode, no entanto, ser encontrada em jornalmapa.pt.

NOTÍCIAS À ESCALA / PORTO

Feira da vandoma: os pobres não precisam de vistas

págs. 20 e 21

A história da feira da vandoma é a história do bairro das Fontainhas, ligadas pela sua condição e sorte. E as Fontainhas com as suas vistas sobre o Douro são um território muito apetecível para a especulação imobiliária. É aqui que começa a agonia da vandoma: primeiro a Câmara delimita o território da feira entre legais e ilegais, os conflitos aparecem e, finalmente, instala-se um palco do festival Primavera Sound no bairro. A modernidade necessita sacrifícios e a vandoma é uma presa fácil.

CURTAS

Penha de França em luta pela biblioteca

Forças Armadas vão fazer vigilância nas escolas

Contra a fractura Hidráulica: Frackampada 2015

Ainda o Programa Nacional de Barragens

Mapa dos cultivos transgénicos de Portugal

Projecto PIGS veio a Lisboa falar sobre gentrificação

Ainda o Programa Nacional de Barragens

GUILHERME LUZ
GUI.LUZ@JORNALMAPA.PT

O governo português continua a sua aposta nos grandes aproveitamentos hidroeléctricos através do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH). De acordo com o projecto **Rios Livres** (RL) do Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e do Ambiente (GEOTA), das dez barragens inicialmente previstas no PNABEPH, seis continuam em projecto atingindo os rios Tua, Tâmega, Torno/Louredo e Mondego.

O projecto RL disponibilizou um mapa interactivo detalhado no seu site onde podem ser consultadas as localizações dos vários projectos mas também uma série de informações sobre os mesmos, tais como características técnicas dos aproveitamentos e os seus concessionários. Entre os concessionários destes projectos encontram-se gigantes da electricidade como as espanholas Iberdrola e Endesa e, obviamente, a EDP.

De acordo com o projecto RL, o PNBEPH está atrasado e apenas a barragem de Foz Tua está em construção. No entanto iniciam-se as obras em Girabolhos-Bogueira, no rio Mondego e estão em fase de procedimentos administrativos e legais as barragens de Fridão, Gouvães, Alto Tâmega e Daivões, no rio Tâmega e afluentes, tendo sido abandonado o empreendimento de Alvito no rio Ocreza.

De acordo com um memorando publicado pelo RL, o PNBEPH representa um custo entre 12.400 e 17.100 € para o Estado já que, embora as novas barragens tenham sido apresentadas como um investimento privado, são na verdade apoiadas por subsídios do Estado para a chamada "Garantia de Potência" (apoios que certas centrais eléctricas recebem para estarem permanentemente disponíveis para gerar electricidade). No entanto as novas barragens são inúteis para cumprir os próprios objectivos do PNABEPH já que representam apenas 0.8% do consumo de energia primária de Portugal e 4.3% do consumo de electricidade.

As grandes barragens são um investimento ambientalmente nocivo já que acarretam consigo uma enorme destruição devido não apenas aos impactos das suas albufeiras nos ecossistemas naturais locais mas todos os impactos sócio-económicos nas regiões em que se inserem, tais como a destruição de actividades económicas e a deslocação de populações. As grandes barragens são investimentos de grandes companhias eléctricas que visam fazer uso de um bem comum, como são os rios e a sua água, colectivizando os prejuízos e privatizando os lucros. No caso dos aproveitamentos para a produção de electricidade, a juntar aos impactos da sua estrutura, junta-se a necessidade de linhas de Alta Tensão para o transporte da energia gerada o que aumenta seriamente os impactos de uma barragem.

Nos últimos anos têm também surgido cada vez mais vozes que apontam responsabilidades às barragens pela erosão verificada na Costa portuguesa devido à retenção de sedimentos nas albufeiras. As grandes barragens são mais um elemento que compõe o actual sistema energético que dá prioridade às grandes infraestruturas geridas por grandes empresas e acompanhadas de grandes impactos em detrimento da gestão local e colectiva dos recursos comuns.

Acampamento contra a fractura Hidráulica na Península Ibérica em Julho

O município de Victoria-Gasteiz, no País Basco, vai albergar de 13 a 19 de Julho o acampamento internacional de protesto contra a fractura hidráulica ***Frackampada 2015.*** Organizado pela plataforma ***Fracking EZ***, será realizado junto ao local onde estão projectados os primeiros poços no País Basco realizados com esta técnica de extracção de gás conhecida mundialmente como fracking.

A plataforma é formada por associações, sindicatos, partidos políticos, colectivos e particulares. Um dos objectivos é que o acampamento sirva de ponto de encontro entre as diversas lutas contra o fracking, mas também pôr em prática outras formas de organização assentes na horizontalidade. Quer-se ainda um local onde se possam apresentar propostas de acções que contribuam para visibilizar a problemática do fracking de forma a *"mostrar a quem queira fazer perfurações que não terão a vida fácil se vêm para destruir os nossos bens comuns"*.

O fracking tem sido criticado mundialmente devido aos enormes impactos ambientais e sociais. O uso desta técnica confirma a aposta nos combustíveis fósseis para sustentar um sistema económico e social inteiramente assente na necessidade de exploração da Terra e da natureza. Perante esta realidade é cada vez maior a mobilização de comunidades e grupos ecologistas em defesa das suas regiões contra a ganância da indústria dos combustíveis fósseis. Em Portugal são várias as zonas com potencial para a exploração de gás de xisto, nomeadamente as localidades de Bombarral, Cadaval e Alenquer às quais se juntaram, recentemente a zona de Estremoz e a Serra D'Ossa. Na Europa, a França, Bulgária, Alemanha e Escócia baniram já o fracking. **G. L.**

Mural de BLU (www.blublu.org) em Campobasso, Itália.

Forças Armadas vão fazer vigilância nas escolas

No dia 11 de Junho o conselho de Ministros aprovou uma alteração ao diploma que estabelece as normas de recrutamento, permitindo agora o recrutamento de elementos das Forças Armadas na reserva para vigilância nas escolas. Os militares vão integrar o Programa Escola Segura, com funções complementares ao trabalho que é actualmente desenvolvido pela PSP. Serão colocados nas escolas que devido à sua população, localização e problemáticas associadas, necessitem dos seus serviços. Segundo o Ministério da Educação e Ciência (MEC) os militares terão como missão zelar pelo cumprimento dos regulamentos das escolas, e "assegurar as funções de vigilância relativas ao ambiente do espaço escolar, com especial incidência nos recreios e junto das imediações da vedação escolar". Terão também que sensibilizar os alunos para a conservação e gestão dos equipamentos das escolas, assim como "impedir a prática de qualquer tipo de agressão, verbal ou física, entre os membros da comunidade escolar". O MEC sublinha ainda que as escolas poderão contar com os militares para "defender os direitos das crianças e jovens da escola onde prestam serviço, protegendo-as de qualquer forma de abuso". Estão a abrir a porta à participação das Forças Armadas em missões de segurança interna ou que podem assumir essa configuração, permitindo a utilização dos militares num qualquer bairro chamado 'problemático'.

Mapa transgénico de Portugal

A Plataforma Transgénicos Fora tem disponível na sua página web (stopogm.net) o mapa dos cultivos transgénicos (OGM) de milho em Portugal e a identificação de quem os cultiva, depois de 5 acções em tribunal para obter os dados completos de 2005 até 2014. Embora haja cultivos conhecidos continuamente desde 2005, os dados referem-se aos anos de 2013 e 2014, constituindo desde logo este mapa uma ferramenta importante na luta contra os OGM.

Uma cartografia alarmante, ainda mais preocupante quando a Monsanto, detentora da única autorização para cultivo de milho transgénico na União Europeia, segundo a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar, não cumpre a legislação em vigor quanto à monitorização ecológica de risco. A Plataforma Transgénicos Fora lembra ainda como Portugal continua a votar sistematicamente a favor dos pedidos de introdução de novos transgénicos. No final de 2014 votou a favor da importação de novas variedades de algodão e colza transgénicos, e é junto com a Espanha e a República Checa, dos únicos países onde ainda se cultivam transgénicos na União Europeia. **F.N.**

Penha de França em luta pela biblioteca

PEDRO CEREJO
PEDROCEREJO@GMAIL.COM

Poucas vezes deve ter acontecido em Portugal, mas a população da freguesia da Penha de França (Lisboa) e bairros limítrofes tentou durante mais de um ano evitar a transferência da biblioteca municipal que funcionava no centro da freguesia. A biblioteca lá mudou de sítio, perdeu centralidade e espaço autónomo para crianças e jovens, mas ganhou janelas amplas. Quem dificilmente poderá limpar a cara é a presidente da junta local (PS) que das poucas vezes que falou foi para dizer que a junta tinha direito "a um palácio como muitas outras freguesias".

O processo surgiu disfarçadamente e de forma confusa, no momento em que por obrigação legal a Câmara Municipal de Lisboa acelerou o processo de delegação de competências nas 24 juntas de freguesia da cidade (até 2012 eram 53) e por vontade própria decidiu desmembrar a rede de bibliotecas municipais de Lisboa, a BLX. Entre avisos vários, não se percebia se a Biblioteca Municipal da Penha de França (criada em 1964 para receber os livros que já não cabiam na Biblioteca Central do Palácio Galveias) e desde então instalada no Palácio Diogo Cão, ao cimo da Calçada do Poço dos Mouros, se manteria sob tutela da Câmara ou se passaria para a junta local, como aconteceu com a Biblioteca de São Lázaro, que transitou para gestão da Junta de Freguesia de Arroios.

O que se soube, em Abril de 2014, foi que a pretexto do acréscimo de competências da Junta da Penha de França (JFPF), esta autarquia teria assinado um protocolo com a Câmara de Lisboa, por forma a receber o usufruto total do tal palácio, que tinha os serviços da junta no primeiro piso e a biblioteca no pisto térreo e numa semicave, perfeita para a miudagem brincar e saltar. Refira-se que no mesmo complexo está encerrada há mais de quatro anos a Piscina da Penha de França, que os autarcas também não conseguem esclarecer quando e em que moldes reabrirá.

Quando se começou a falar que a biblioteca teria que sair para a JFPF ocupar todo o edifício, a população, apoiada pela Assembleia Popular da Graça, começou a mexer-se e lançou não um mas dois abaixo-assinados a pedir a manutenção da biblioteca no sítio que sempre tinha ocupado. Até a BAD, associação profissional de bibliotecários e arquivistas, se meteu ao barulho em defesa da biblioteca que funcionava bem, com um público fiel, mesas cheias e um programa de actividades articulado, em instalações que tinham sido alvo de obras profundas há apenas dois anos. Entre duas concentrações à chuva, uma ida à Assembleia Municipal e cartazes colados nas ruas da Penha, a presidente socialista da JFPF (Maria Elisa Madureira) lá explicou numa reunião com moradores que queria um palácio como as outras juntas.

Foi aí que começou um processo entre o silêncio, o facto consumado e a mentira descarada. Nem o pelouro da Cultura da CML nem nenhuma das forças políticas representadas na JFPF fizeram (pelo menos em termos públicos, com cartazes nas ruas ou folhetos nas caixas de correio) a defesa da biblioteca. E foi por essa altura que se percebeu que a biblioteca passaria para uma loja da EPUL nas traseiras da escola preparatória da zona. Só que Câmara e Junta foram repetindo, para enganar eleitores, valores de área a ocupar que os envolvidos rapidamente perceberam que não eram verdade e tentaram "vender" a ideia que no novo edifício se poderia utilizar um espaço exterior – que afinal de contas é de uso comum ao prédio e que dificilmente poderá ser usado para o que quer que seja. E que a luta estava perdida.

Entre o desalento de lutar sem apoio político de nenhum lado, contra argumentos saloios e dados deturpados, a população lá se habituará ao novo espaço, inaugurado a 21 de Maio último, e a Junta de Freguesia lá continuará isolada nos seus meandros burocráticos e sem vida, lado a lado com a sua piscina vazia.

Projecto PIGS veio a Lisboa falar sobre gentrificação

No passado dia 27 de Junho, teve lugar na Biblioteca **BOESG** – Biblioteca e Observatório dos Estragos da Sociedade Globalizada, uma apresentação do projecto **PIGS** – projecto académico multidisciplinar.

Reunindo contributos de artistas, antropólogos, filósofos, arquitectos e cientistas sociais, o projecto PIGS pretende analisar sob uma perspectiva libertária a gentrificação, o urbanismo e a imigração em Lisboa, Atenas, Barcelona e Roma, propondo o debate e a reflexão em torno das práticas de luta face a este ataque neo-liberal.

O evento contou com a presença via Skype de Massimo Mazzone, coordenador do projecto, que por incapacidade física não pôde estar presente.

Andrea Staid, antropólogo e activista libertário, apresentou a sua monografia, composta pelo livro e filme: "Danatti della Metropoli – Etnografie dei migranti della Legalitá" (traduzindo: "Os condenados das Metrópoles – Etnografia de imigrantes na fronteira da legalidade"). Andrea falou sobre o processo da sua investigação, destacando a importância da observação participante, metodologia que permitiu o seu envolvimento directo no desenrolar das diferentes dimensões do conflito gerado pela "Europa Fortaleza". Partilhou, enquanto activista, experiências de luta contra os Centros de Internamento de imigrantes, bem como as conquistas destas lutas que contam já com o encerramento de sete destes estabelecimentos em Itália.

Alessandro Zorzetto, partilhou as suas experiências de luta enquanto membro de um movimento de cidadãos, contra os grandes navios de turistas que atracam em Veneza. Este movimento, consciente de que o turismo e a gentrificação operam um ataque directo contra a cidade e quem nela habita, estão também preocupados com as consequências que a paragem dos cruzeiros exerce sobre a estrutura dos edifícios e a segurança da ilha. Impedimento da entrada de cruzeiros, impedimento temporário da realização da Bienal de Artes, e realização de peças de arte colectivas, com materiais reciclados da Bienal, foram algumas das experiências partilhadas. **SUSANA COSTA**

Apoia a informação alternativa

Guilhotina.info ✶ facebook // twitter

Portal Anarquista ✶ colectivolibertarioevora.wordpress.com

Indymedia Portugal ✶ pt.indymedia.org

Jornal MAPA ✶ em papel ou em jornalmapa.pt

O jornal MAPA publica, no original, na língua galega, uma contribuição do colectivo **Xentrificacion Vigo** sobre os processos de gentrificação e especulação imobiliária que se desenvolvem na zona velha daquela cidade. Pretende-se apagar fronteiras e levar o projecto de informação crítica que é o jornal MAPA aos leitores galegos mas também desafiar os leitores portugueses. No entanto disponibilizamos uma versão em português em jornalmapa.pt.

Xentrificación[1] na Zona Vella de Vigo

XENTRIFICACION VIGO
XENTRIFICACIONVIGO.BLOGSPOT.COM

JANO JANOILUSTRACION.BLOGSPOT.PT

Vigo é a cidade máis grande de Galicia, onde a actividade industrial continúa a ser o principal sector económico, aínda que se lle está a dar un importante pulo ao turismo e o comercio. O territorio municipal, bañado ao norte polo Atlántico, estrutúrase en tres grandes coroas. A máis externa, formada polas parroquias máis rurais, unha de transición e unha central formada polos barrios máis urbanos e que concentran a maioría da poboación. Nesta coroa máis interna atópase a zona vella da cidade, que corresponde, aproximadamente, ao núcleo preexistente que quedou rodeado polas murallas construídas a mediados do s. XVII para defender a cidade dos saqueos e que foron derrubadas apenas dous séculos despois.

A comezos do s. XX redactáronse diferentes plans, non executados, para a remodelación (baixo o principio de *tabula rasa*) e "hixenización" desta zona vella, unha idea presente aínda nos plans urbanísticos de comezos dos 70'. Porén, xa na década seguinte e nos 90' apareceron novos plans cunha suposta visión máis respectuosa coas caracterísiticas sociais, históricas, arquitectónicas e urbanas e unha maior apertura á participación veciñal. Porén, na realidade, aínda que mediante o plan URBAN europeo se fixeron algunhas intervencións de caracter social, os plans de rehabilitación centráronse en urbanizar rúas e recuperar algún edificio destacado, deixando de lado as esixencias veciñais de axudas para a rehabilitación interior de vivendas, creación de equipamentos e intervencións para solucionar os problemas de infravivenda, paro e pobreza presentes no barrio.

Uns anos despois, no 2005, créase o Consorcio do Casco Vello. Este organismo, formado pola Consellería de Vivenda da Xunta de Galicia (nun 90%) e o Concello de Vigo (nun 10%) ten como principal finalidade "servir de motor no proceso de rehabilitación integral do centro histórico da cidade viguesa". Na práctica porén, esa rehabilitación"integral" limítase, basicamente, a mercar ou expropiar inmobles, rehabilitalos e devolvelos ao mercado en réxime de aluguer ou de compra e crear as condicións necesarias para facer do barrio un lugar máis atractivo para un novo tipo de habitantes, para o investimento privado e para o turismo. Xa non aparece o interese no social nin sequera na propaganda.

Se nos fixamos nos datos, o Consorcio tiña mercado na zona vella de Vigo a finais do 2014, 70 inmobles, dos que, polo de agora, 40 foron rehabilitados para uso habitacional e comercial e outros 10 transmitidos a outras institucións. En canto ao primeiro uso, isto traduciuse na creación de 91 vivendas, das que 5 se reservaron para realoxos, mentres 74 foron destinadas á venda (con prezos entre 67.000 e 109.000 para pisos cunha única habitación e un máximo de 68m^2) e o resto (apenas unha ducia) para aluguer. Un aluguer supostamente "social", pero reservado só a xente nova (menores de 35 anos) e cun certo nivel de ingresos fixos, condicións a día de hoxe nada fáciles de cumprir (Galiza ten una taxa de emprego xuvenil do 41%). Hai que ter en conta, ademais, que a intervención do Consorcio fixo que tan só tres anos despois da súa creación, os alugueres e o valor do prezo das vivendas, no conxunto da zona vella, aumentasen un 150%.

Pero non só a través do acceso á vivenda se selcciona o novo tipo de habitantes desexados para esta nova zona vella. Tamén as actividades comerciais que poden acceder aos locais rehabilitados para esta fin (uns 20 polo de agora) son directamente escollidas polo Consorcio. Polo de agora, tendas de roupa "punk", tendas de fotografía, estudos de arquitectura, tendas de produtos ecolóxicos e locais de hostalería.

Finalmente, os edificios destinados a outras institucións foron ocupados polo Colexio de Rexistradores da Propiedade e Mercantís de España, a Oficina de Notificación de Embargos da Xunta de Galicia e o Museo de Fotografía do Concello de Vigo.

O escenario é, polo tanto, o dunha zona histórica degradada ao longo do tempo: o desenvolvemento industrial de mediados do s.XX, que atraeu ademais gran cantidade de poboación migrada doutras zonas de Galicia, que foi necesario reubicar mudando a distribución poboacional no municipio, xunto ao forte desenvolvemento urbano, foron alonxando o centro funcional da cidade do que era a antiga zona amurallada. Aquelas persoas que podían permitirse o gasto deixaron o barrio vello, onde o acceso con vehículos era compliado ou imposible, non existía transporte público, as vivendas eran antigas, en moitos casos pequenas e os equipamentos case nulos, para mudarse a lugares onde, a priori, disfrutarían de maiores comodidades. O abandono por parte do concello desta zona e a degradación das vivendas pola por falta de recursos dos propietarios nalgúns casos, e noutros por unha visión especuladora que buscaba a declaración de ruína, retroalimentou este exilio silencioso. Deste xeito, o barrio quedou envellecido e empobrecido, con núcleos de prostitución de burdel e, a partir dos anos 90, de consumo e venta de drogas.

Neste contexto de abandono, mitigado lixeiramente polos plans de rehabilitación de finais dos 90, entra en escena o Consorcio. Coa súa actuación, favorece a entrada de novos habitantes (xóvenes e de certo poder adquisitivo), novos negocios cunha clara orientación a un determinado público e ao turismo, e instalación de infraestruturas culturais e administrtivas. Todo isto cuberto por unha forte campaña publicitaria.

Pero por se estas actuacións non implicaban unha substitución da antiga poboación "marxinal" o suficientemente rápida, acompáñanse da expulsión directa das prostitutas mercando e pechando os burdeis onde exercían, da poboación xitana tamén mediante a compra e peche das vivendas que ocupaban e de toxicómanos e persoas sen fogar eliminando o centro de asistencia do que dispuñan no barrio e impondo unha forte presenza policial.

Como vemos, temos ante nós o proceso de abandono-revalorización-expulsión-substitución (por unha nova poboación de maior poder adquisitivo) que caracteriza os fenómenos de xentrificación (neste caso mediado por institucións públicas), que ata o de agora nos parecían exclusivos de grandes cidades máis ou menos lonxanas como Barcelona, Bilbo ou Lisboa e que, desgrazadamente, polo de agora, non teñen que enfrontar unha oposición veciñal global que vaia máis aló da crítica a certas actuacións.

A comezos do s. XX redactáronse diferentes plans, non executados, para a remodelación (baixo o principio de tabula rasa) e "hixenización" desta zona vella,(...)

/// NOTAS

1 Este termo foi creado pola socióloga Ruth Glass para definir o proceso de expulsión da poboación pobre de certos lugares de Londres pola creación de guetos de clase alta. Dende os anos 80 tense dado dentro da academia un vivo debate arredor deste concepto; cales son as súas orixes, axentes implicados, diferentes tipoloxías, etc. Pero foi sobre todo dende principios do século XXI, no noso entorno máis próximo, cando os movementos sociais comezaron a integralo no seu discurso, co obxectivo de analizar e denunciar un proceso que estaba observando xa de xeito directo.

Baldios e *montes veciñais* são os terrenos geridos por comunidades locais em assembleias de compartes. Não há proprietários: os baldios são bens comuns e exemplos demonstrativos do potencial que a gestão comunitária tem para oferecer às populações locais quando os dilemas e obstáculos da acção coletiva conseguem ser superados para gerir os recursos em comum.
É sobre estas possibilidades em torno do Comum que falamos neste caderno central. O ponto de partida é o documentário En Todas As Mans estreado em Maio de 2015, realizado por Diana Toucedo e produzido pela cooperativa galega Trespés. Falamos com Rita Serra à volta da sua colaboração com os Baldios de Vilarinho (Lousã) e abordamos as implicações da nova Lei dos Baldios, para – como dizia um comparte no documentário – «que não se perca isto, que foi mui duro chegar aqui».

IMAGEM DO DOCUMENTÁRIO **EN TODAS AS MANS**

Baldios e *Montes Veciñais*: um futuro em mão comum

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

"En Todas as Mans" é o documentário de Diana Toucedo que em Maio estreou na Galiza e estreará em Julho em Portugal. Em português, "Em todas as mãos" leva-nos a redescobrir o conceito de bens de mão-comum; o mesmo que dizer "baldios" em Portugal ou "*montes veciñais*" na Galiza. Foi precisamente em terras galegas que nasceu a Trespés, a cooperativa produtora do documentário. Dela faz parte Alberte Román, com quem falámos acerca deste projecto, que pretende mostrar com olhos no futuro, uma realidade que é de todos os moradores de um lugar e ao mesmo tempo de ninguém em particular.

Porque os baldios não são somente uma forma de titularidade comunitária. A sua existência imemorial desafiou desde sempre e sobretudo nos nossos dias, os pilares e pressupostos com que a história memoriada é elaborada, ou seja, as ideias de propriedade, lucro e do governo estatizado dos territórios. Propriedade e Estado em nada dizem respeito à natureza dos baldios. Esta concepção, é certo, não foi formulada à posteriori por qualquer corrente anarquista, mas surgiu à priori, enraizada nas gentes de um lugar, quando essas comunidades se forjavam numa concepção colectiva do território envolvente. Por via dessa forma ancestral de gestão directa poder-se-ia ainda hoje falar com esperança de outras possibilidades, que afinal sempre aí estiveram, como o governo directo desses povos e lugares. Não fosse o caso dessa idealização esbarrar rapidamente numa realidade social que, antes ainda de ter abandonado quaisquer sonhos utópicos e colectivos que possam ter sido ensaiados, se desligou do seu território. Mas não é desânimo o que Diana Toucedo filmou entre 2013 e 2014 em vários *montes veciñais* galegos – Labrada, Lira, Covelo, Teis, Zobra, O Rosal, A Ramallosa – e nos Baldios da extinta freguesia do Vilarinho na Lousã. As possibilidades de ser-se titular de um lugar, sem ser proprietário ou tão-pouco herdeiro, surgem ao longo do documentário através de gentes preocupadas, aqui e agora, em cuidar directamente do seu território. Focadas em senti-lo e dele fazer parte e não numa mera possessão abstracta do mesmo.

Baldios

Em Portugal existirão perto de 1500 baldios na zona centro e norte e na Galiza cerca de 3000 *montes veciñais*. Falar de montes na Galiza é falar de 23% do seu território, o que se traduz no envolvimento em torno de 150.000 comuneiros/compartes. Em 2013, existiam em Portugal 1441 unidades de baldios listadas pelo Ministério de Agricultura, Mar, Ambiente e Território, mas esse levantamento carece de maior detalhe. O último grande esforço de estatística resultara do final dos anos 30, aquando da investida do Estado Novo sobre os baldios. Este foi um momento chave de alterações no nosso território e sociedade e que viu a resistência dos povos serranos pelos baldios ser eternizada pela escrita de Aquilino Ribeiro em "Quando os Lobos Uivam" (1958).

Actualmente é ainda esse retrato épico traçado por Aquilino, da resistência dos serranos à industrialização florestal, que perdura no imaginário dos baldios. Porém muito mudou entretanto e a relação com a floresta é hoje completamente distinta dessa dos lobos, que uivavam. Pelo que Alberte começa por nos dizer que a ideia do documentário partiu do "grande desconhecimento da realidade dos baldios na sociedade galega, e depois de conhecermos que em Portugal a realidade dos baldios estava na mesma situação." Ao documentar esta realidade, desde a Lousã às falésias da costa da morte galega, não deixou de surpreender Alberte "o percurso quase igual que seguiram as duas realidades apesar de estarem de costas viradas. A expulsão das populações, a introdução de espécies florestais de crescimento rápido, são episódios comuns. De facto, nós falamos de dois territórios, uma realidade. Um dos alvos do documentário foi esse, visualizar uma realidade comum."

Na história dos baldios têm sido propos-

tas quatro grandes etapas. Num primeiro momento, as comunidades faziam uso tradicional do baldio (pastagens, matos, lenha e floresta) auto-organizados enquanto compartes como forma de apoiar o sustento de cada família. Esse foi afinal o tempo longo do baldio, anterior ao advento e consolidação das sociedades capitalistas e industriais. Um segundo momento surgiria no confronto com essa centenária etapa, desde a transição das sociedades feudais até ao liberalismo no período de oitocentos (finais séc. XVIII e XIX), onde se dá a divisão e privatização de muitos baldios. Por fim, a partir dos anos 40/50 do século XX, com a tomada de posse pelo estado do monte comunitário, procurando extinguir o controlo colectivo e tradicional do território, por via da industrialização da paisagem e a sua submissão ao regime florestal estatal. Com a passagem à economia florestal de larga escala consolida-se uma mudança de paradigma na utilização dos baldios. Um comuneiro testemunha em "En Todas as Mans": "fizeram-nos silvicultores". Falamos aqui da transformação da sociedade ibérica, das mudanças ocorridas no mundo rural e nas economias locais, no que se generalizou apelidar de sociedades modernas e desenvolvidas, em que o interesse produtivista logo se reflectiu num maciço êxodo rural.

Será já plenamente imersas nesse paradigma industrial da gestão florestal, que as populações retomarão num terceiro momento, com o fim dos regimes fascistas ibéricos, a posse dos baldios. Acrescenta Alberte, que com "a devolução às comunidades, no fim do Franquismo e do Salazarismo, começara uma nova etapa marcada por profundas transformações nas comunidades, em grande parte delas produzira-se uma passagem de uma sociedade rural a uma sociedade híbrida em muitos casos, mas já não directamente vinculada com actividades agrárias. Ao tempo, a usurpação introduziu de modo massivo as espécies florestais de crescimento rápido. O território ficou transformado. Então que aconteceu nestes territórios durante os últimos quarenta, trinta anos? O que está a acontecer agora?".

A resposta a essas perguntas é o fio condutor do documentário de Diana Toucedo, pelo que é de actualidade e não da história dos baldios que trata essencialmente o filme. Assistimos ao longo do mesmo à presença daquilo que foi proposto como um acentuado quarto momento da sua história, onde estes são território explorado (e sobretudo controlado) por outros que não os compartes. De encontro ao momento presente em que, em Portugal com a nova Lei dos Baldios, tal como em Espanha, é posta em marcha uma estratégia comum: o roubo dos Baldios. Perante tal, o documentário da Trespés não se coloca à margem da preocupação central aí expressa por um comparte: que "a vizinhança comuneira do séc. XXI não possa passar para a história por ser a única que não soube defender o seu território".

Uma Economia dos Bens Comuns?

A actual vitalidade dos baldios gira essencialmente em torno da economia da floresta. Os baldios assumiram o filão dos madeireiros como fonte de receitas principal, mas para além dessa visão industrial da floresta, outras valências são destacadas em "En Todas as Mans", favorecendo outros modos de utilização da terra. É certo, diz-nos Alberte, que como "as comunidades receberam essas realidades marcadas pela exploração de espécies de crescimento rápido. Em muitas ocasiões, esse é o aproveitamento principal, mas uma das coisas que descobrimos é que outras visões estão mais presentes do que possamos crer, o gado, produções de frutos como a castanha, o mel". Essa diversidade económica parece realmente estar na ordem do dia, o que não deixa porém de colocar os baldios perante um dilema, o de ora serem guiados por uma filosofia e economia que funcione de forma a perpetuar o "bem comum" (que são por definição), ora simplesmente pela ambição e a integração no contexto económico os rodeia, assente este no assédio constante e a submissão a grupos económicos, ou meramente à lógica economicista do quotidiano.

Em Portugal existirão perto de 1500 baldios na zona centro e Norte e cerca de 3000 *montes veciñais* na Galiza.

Essa é talvez a névoa maior que se abate sobre as florestas comunais. No filme começa por surgir mágica e encantadora a névoa serrana – imagens de uma beleza diurna. Mais à frente é avassalada pela névoa de cinza e fumo dos incêndios que durante a noite iluminam, num rasto de destruição, as encostas por entre as quais corre um comparte galego, entre as chamas. Nas imagens seguintes, o seu olhar de desânimo sobre a madeira queimada, acalentará a discussão em assembleia sobre como gerir a floresta perante os fogos. Sugere-se cortar tudo antes que tudo arda. O mesmo comparte que corria entre o fogo vivo irrompe: mas afinal o que queremos? criar uma industria madeireira ou criar um monte que é beneficio de todos…

É esse perpetuar do bem comum que o documentário vem frisar e defender. Exemplifica Alberte como encontraram "comunidades que começaram a introduzir espécies arbóreas de qualidade, como castanheiros, bétulas, carvalhos", comunidades que "não são alheias aos debates gerados nas próprias sociedades. Muitas comunidades recebem a água que bebem do seu baldio, então há também uma preocupação pelos usos que podem ter um prejuízo na água. A questão da conservação, de proteger certas áreas, de fazer protecção das ribeiras e da vegetação das mesmas".

Pelo lado oposto temos o caso da indústria energética, contrário ao usufruto e bem comum. Melhor exemplo não há da ocupação abusiva dos espaços comunais, desde as barragens às torres eólicas. Em Portugal mais de 70% do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis, está sustentado em áreas comunitárias. No documentário é abordada a questão da energia eólica, que se tem constituído como um recente filão de rendimentos dos baldios. "Na Galiza, e achamos que em Portugal também, o modelo energético foi desenvolvido pelas grandes corporações. Na Galiza, os parques eólicos foram percebidos como uma agressão, como uma imposição. Havia uma outra possibilidade, desenvolver parques comunitários, que ajudassem no desenvolvimento desses territórios. É claro porque não se fez uma aposta assim. O aproveitamento eólico não gera benefícios sobre os territórios, para além de deixar algumas valias. Aliás, não facilita o acesso à energia às populações locais. Na Galiza há zonas que têm perto instalações energéticas e têm um serviço de electricidade com graves problemas. Um despropósito."

Homenagem a compartes de toda uma vida: que foi mui duro chegar aqui...

IMAGEM DO DOCUMENTÁRIO **EN TODAS AS MANS**

(…) é central conseguir que sejam as comunidades que façam a gestão. Uma gestão que tem que ter como alvo deixar às gerações vindouras um espaço de vida

Daí que para a Trespés "é central conseguir que sejam as comunidades que façam a gestão. Uma gestão que tem que ter como alvo deixar às gerações vindouras, um espaço de vida como o que as comunidades fizeram no tempo. Essa gestão tem que ter, não só um horizonte económico, senão também um horizonte social e sustentável. Há que avançar na melhoria da participação, em conseguir que as gerações mais novas participem. Esta é uma das grandes fragilidades. Mas, também há que dizer que nisto os baldios não são alheios às nossas sociedades, onde o individualismo e a baixa participação social estão presentes."

Com quantas árvores se faz uma floresta?

Tal como uma árvore não faz uma floresta, meia dúzia de empenhados compartes

IMAGEM DO DOCUMENTÁRIO **EN TODAS AS MANS**

num baldio não fazem uma comunidade. A participação surge sem dúvida como o ponto-chave neste filme. Falamos das formas possíveis de gestão dos baldios. Falávamos de uma realidade comum entre Galiza e o norte e centro de Portugal, mas Alberte distingue claramente "dois modelos, um onde as comunidades gerem directamente os baldios e um outro onde os baldios são geridos pela administração florestal. No documentário apostamos por fazer uma achega ao primeiro contexto. Aliás alguns dos Baldios onde estivemos, fizeram o processo de se desligar da administração, isto tanto no caso galego como no português. A conclusão que chegaram nas duas realidades era que o baldio estaria melhor gerido por eles próprios e não noutras mãos." Isto é, a opção por uma gestão exclusiva dos compartes e não uma delegação da gestão nas Juntas de Freguesia e/ou em parceria entre a administração florestal do Estado, como é o caso da maioria dos baldios. Em ambos os casos acrescentaríamos ainda a incómoda constatação de que com a consequente burocracia e o poder deliberativo que possuem os conselhos directivos eleitos, são os mesmos permeáveis a interesses privados, jogos de poder e prepotência, originando casos graves de caciquismo e corrupção.

Chegamos ao ponto decisivo de qualquer realidade comunitária. "No nosso entender, o que faz a diferença é a participação direta. Os baldios são estruturas que facilitam a participação directa das pessoas na gestão dos seus territórios. Não é só o interesse de uso das pessoas pelos recursos, senão decidirmos como queremos que sejam os territórios que habitamos. Qualquer um de nós pode trabalhar numa loja, mas sabe que tem um espaço onde participar na gestão do comum. Mas o assemblearismo também é difícil, é necessário, também, aprender a ouvir a directa os outros."

As recentes movimentações sociais em prol de "assembleiarismos", redescobertos nas praças e bairros, têm demonstrado "que estas formas de gestão comunitária estão longe de ser coisas do passado, são de plena actualidade." Por outro lado, a própria separação dos âmbitos rural e urbano parece igualmente descabida no retrato que filmou Diana Toucedo. "Os baldios e os *montes veciñais* não estão só vinculados a povos serranos. Na Galiza, a cidade de Vigo, uma das maiores da Galiza, tem uma cintura verde que são baldios. Para nós o destacável desta fase histórica dos baldios, é que a gestão esteja nas mãos dos habitantes desses lugares". Por outro lado "é claro que as comunidades rurais não vivem isoladas, e o individualismo e a desestruturação social estão presentes. Como já indicamos as realidades dos baldios são múltiplas. Há espaços próximos das cidades e comunidades mais rurais. Que previvam estas estruturas é indicativo da presença de certos valores culturais do comum. A relação entre pessoas de idade, que ainda têm memória do baldio como espaço onde levar o gado e apanhar lenha, e os jovens pode ajudar na transmissão de certos valores do comum. Há que reivindicar o orgulho de ser comparte, de poder governar directamente o território. Para nós, os baldios fazem parte do património cultural como uma forma própria de gerir os nossos territórios."

> (…) os Estados percebem o "comunitário" como uma anomalia, num mundo que reparte a propriedade entre o Público (Estado) e o Privado.

Alberte acentua ainda o que considera ser uma questão central: "mudaram as sociedades e os contextos onde os baldios jogavam um espaço central. Desaparecidas essas sociedades os baldios têm que evoluir, eis a questão, para onde? Podem acabar desaparecendo, usurpados, engolidos pelo Estado e os interesses que estão à sua volta. Ou podem pesquisar caminhos próprios. Onde o determinante tem que ser que o usufruto e as valias, sejam económicas, sociais e ambientais, têm que beneficiar aos habitantes desses territórios. A questão da distância entre a posse comum e a sua gestão é um dos grandes debates. Pode um baldio, onde a sua população mudou do agrário ao industrial ou terciário, caminhar por outros trilhos? Na nossa ideia há um ponto inegociável, não ceder as terras a uma grande empresa. Por aí não, mas quando o baldio serve para que jovens possam pôr em marcha experiências de gado e que isso signifique travar a perda de população, achamos que o baldio joga um papel positivo para a comunidade", neste caso referindo-se ao exemplo de arrendamentos para pequenas iniciativas individuais.

Será pois possível responder a de que autonomia é possível falar para uma comunidade com Baldios? A névoa adensa-se, mas neste caso o desejável salto para o desconhecido tem algum chão firme. Alberte é no entanto pragmático na sua resposta: "pela natureza jurídica, estes espaços oferecem a oportunidade de trabalhar directamente na transformação das nossas realidades, longe dos tempos e das dinâmicas das instituições públicas. Uma comunidade com Baldios tem um espaço importante para gerir o próprio desenvolvimento da comunidade. As valias geradas repercutem-se directamente sobre as pessoas. As pessoas percebem os benefícios gerados nas nossas vidas e nas nossas comunidades."

O roubo dos baldios

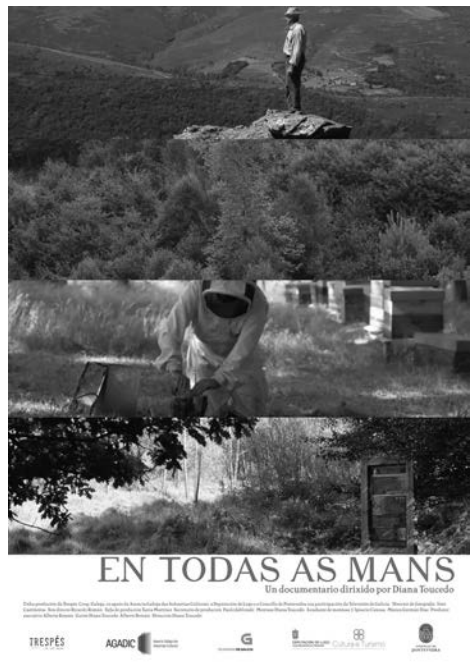
Nesse futuro dos baldios a Trespés acredita que entre galegos e portugueses "o dinamismo das experiências galegas pode ser de interesse para os baldios portugueses. E por sua vez, o reconhecimento legislativo do "comunitarismo" em Portugal pode ser uma referência para nós." Na verdade os povos dos bens comuns enfrentam na península ibérica um ataque feroz do Estado, promotor de recentes alterações legislativas, que procuram equiparar os baldios a uma forma de propriedade pública e a uma figura empresarial, com vista ao desmembramento da sua essência comunitária oposta ao conceito de propriedade e lucro. Há, como esclarece em "En Todas as Mans" um comparte, uma clara diferença entre o controlo do território e o controlo de uma conta bancária. Outro alerta-nos simplesmente que inscrever um baldio nas finanças é um gesto que o condena de morte.

Para a produtora do filme, "na nossa ideia, os Estados percebem o "comunitário" como uma anomalia, num mundo que reparte a propriedade entre o Público (Estado) e o Privado. Em Portugal conseguiram introduzir o "comunitário" na própria Constituição. Mas a vaga neoliberal abriu uma nova batalha. Sobretudo ao entender os baldios como empresas, e isso supõe introduzir na sua gestão lógicas que não lhe são próprias. Na Galiza, a Lei Montoro [sobre os "bienes comunales"] não tem incidência directa sobre os *montes veciñais* pois estes regem-se por outra norma. Os maiores perigos na Galiza vêm através de privatizar a gestão. A administração tinha a vontade de em 2016 passar à gestão de empresas os *montes veciñais* que tivessem convénios com a administração e nessa data não tivessem pago as "supostas" dívidas com a administração. Com esta medida, milhares de hectares de *montes veciñais* poderiam ficar em mãos privadas, não a titularidade, mas sim a gestão. Um negócio para a indústria dos biocombustíveis. A luta das organizações comunitárias conseguiu adiar esta data." Além disso "na Galiza, a luta é conseguir que o marco jurídico reconheça a "titularidade comunitária" como uma forma de possuir a terra em igualdade com as outras formas, a propriedade pública e privada."

Assim se "na Galiza, as organizações que agrupam os *montes veciñais* desenvolveram uma campanha de denúncia da intenção de usurpar as terras às comunidades rurais" essas vitórias "não supõem um status para as terras comunitárias que garanta que não se mantenham as ameaças. O que evidenciam é que as comunidades, ainda que debilitadas, têm capacidade de resistência e são capazes de reagir. No nosso entender, a realidade do comunitário tem que tecer estratégias com outros movimentos sociais, mesmo urbanos, com os quais têm muitos objectivos em comum. A realidade do que se deu em chamar Economia Social e Solidária é um espaço onde podem convergir com outros movimentos."

Nas nossas mãos

Lançamos por fim o desafio a Alberte de escolher uma imagem de "En Todas as Mans" de gente e um momento de natureza. "No momento Natureza, apesar de ser um momento muito duro, a questão do fogo num monte vizinhal. Transmite a ideia da fragilidade, de que o trabalho, os esforços, as ilusões de anos ficam cinza numa noite. No momento Gente, o plano da homenagem de uma comunidade a um dos seus compartes. As suas palavras recolhem o sentir mesmo do documentário: «que não se perca isto, que foi mui duro chegar aqui».



www.entodasasmans.com

BALDIOS DE VILARINHO

WWW.BALDIOSVILARINHO-LSA.PT

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Os baldios de Vilarinho na Lousã filmados em *En Todas as Mans* foram durante 3 anos um caso de estudo em torno da gestão comunitária da floresta. Rita Serra, a investigadora responsável por esse projecto, respondeu a algumas questões que lhe colocámos animada pela discussão fundamental sobre a governação dos recursos comuns e as relações possíveis e desejáveis entre os seres humanos e os recursos naturais. Um campo polarizado e foco de controvérsias entre distintas correntes de pensamento académico e propostas políticas, tal como expresso claramente nesta entrevista pela investigadora do Centro de Estudos Sociais de Coimbra. Posições que abrem campo à discussão de noções que vão da floresta comunitária à crise da democracia e a democracia directa, sem esquecer precisamente a criação de bens comuns.

FILIPE NUNES: **Os baldios de Vilarinho são o exemplo português de En todas as Mans. Mas não será antes este a excepção à regra da verdadeira realidade dos baldios em Portugal? Um dos poucos – dos cerca de 20% – de compartes que se gerem directamente sem co-gestão do Estado; um raro exemplo de quem se opôs ao Estado e viu reconhecido esse vínculo comunitário e não estatal da gestão do território; um dos poucos – senão o único – que se viu envolvido num projecto académico que veio à procura e pretendeu valorizar a gestão comunitária… Afinal que história é essa do Vilarinho no quadro dos baldios, o que tem de comum, o que a distingue? Regra, excepção?**

RITA SERRA: Em Portugal existem cerca de 1441 baldios e é difícil saber o que constitui ou não regra porque estas experiências não estão estudadas em profundidade quanto às formas de utilização e gestão de recursos naturais e quanto à sua importância para as populações locais. Os baldios de Vilarinho no Município da Lousã representam um exemplo duma forma de possível gestão da floresta dos baldios: a gestão comunitária da floresta tendo em conta múltiplos usos, entre os quais a exploração comercial de madeira sem fins lucrativos, tendo como propósito o benefício da população local. As empresas florestais comunitárias (efc) são um modelo de dimensão internacional, que existe tanto em países do Norte global, como a Itália, como em países do Sul global, como o México. O modelo das efc é defendido por alguns académicos e consultores de organizações internacionais, como a FAO, como uma forma das comunidades locais se "adaptarem aos tempos modernos" e aproveitarem os recursos do mercado para a criação local de empregos qualificados, gerirem de forma sustentável a floresta e terem capacidade de prover bens públicos, tais como a construção e reparação de infraestruturas locais, apoio social, eventos culturais, entre outros. Os baldios de Vilarinho no documentário *En todas as mans* não pretendem ser um exemplo representativo dos baldios em Portugal, assim como nenhum dos outros casos pretende ser representativo dos *montes veciñais en man común* na Galiza. Na minha visão, pretendem ser exemplos demonstrativos do potencial que a gestão comunitária tem para oferecer às populações locais quando os dilemas e obstáculos da ação coletiva conseguem ser superados para gerir os recursos em comum.

A política de devolução dos baldios às populações locais após o 25 de Abril de 1974 ofereceu duas possibilidades à comunidade de compartes: gerir em exclusivo os seus territórios ou a cogestão com o Estado. Muitas comunidades de compartes optaram pelo modelo de cogestão com o Estado pois não tinham desenvolvidas as capacidades necessárias para gerir um recurso natural com a qual não estavam familiarizados: a floresta moderna baseada na gestão científico-técnica. Neste ponto, temos de assinalar que o uso florestal não predomina em todos os baldios. Originalmente, os baldios eram espaços agro-silvo-pastoris, onde se combinava a recolha de matos com a pastorícia e a recolha de lenha, entre outros usos para satisfazer as necessidades da população local. Em muitos baldios, predomina o uso da pastorícia, tal como exemplificado por alguns dos casos galegos no documentário. Nas áreas que não estão submetidas ao regime florestal, a gestão é feita sem intervenção do Estado. Nos baldios que optaram pelo regime de cogestão das florestas, na prática este funcionou como uma distribuição de rendimentos entre a administração do Estado e a comunidade de compartes.

Tal como em muitos outros lugares do mundo, as populações locais reclamam para si a gestão florestal quando o Estado é incapaz de gerir o recurso de forma a trazer benefícios às populações locais. Como resultado de sucessivas reformas da administração pública nas últimas décadas alinhadas com a ideologia neoliberal, os serviços florestais foram submetidos a uma instabilidade e vulnerabilidade institucional crescente que os descapacitou para gerir de forma sustentável as florestas e fazer frente a novos problemas, como os incêndios de grandes dimensões, as espécies invasoras e o nemátodo-da-madeira-do-pinheiro. Simultaneamente, o autoritarismo dos serviços florestais herdado do passado face às populações locais persistiu, motivando a revolta dos locais perante o passivo ambiental que se acumulava através de décadas de má gestão. O propósito original das políticas revolucionárias era capacitar progressivamente as populações locais para gerirem os seus próprios recursos, o que nunca veio a acontecer. No entanto, algumas comunidades de compartes foram adquirindo progressivamente recursos cognitivos para compreender os impactos negativos que resultavam da gestão insustentável das florestas para as populações locais e a sociedade em geral, e os benefícios que poderiam resultar da gestão comunitária. Através de rendimentos próprios e duma política descentralizadora do Estado na área da defesa da floresta contra incêndios, o programa dos sapadores

florestais, muitos baldios são hoje capazes de assegurar a tempo inteiro ou parcial os profissionais florestais para assegurar a gestão científico-técnica das florestas sob controlo da comunidade de compartes, e contam com os recursos humanos necessários para levar a cabo atividades de silvicultura preventiva nos seus territórios. À medida que as comunidades de compartes vão gradualmente adquirindo capacidades para a gestão em exclusivo das florestas, as sucessivas reformas do Estado submetido a ciclos crescentes de dívida e austeridade minam cada vez mais a capacidade do Estado prover bens públicos a nível local. Os baldios oferecem a possibilidade das populações locais contarem com recursos próprios para a provisão de bens públicos em situações de necessidade. Talvez possamos assistir a uma tendência para mais florestas serem geridas em exclusivo pelas comunidades de compartes no futuro, se conseguirem ultrapassar os desafios da organização local.

O direito à posse, uso e gestão dos baldios pelas comunidades locais está inscrito na Constituição da República Portuguesa, artigo 82, ponto 4 alínea b. Por isso, todas as populações locais que reclamaram os baldios até hoje têm os seus direitos reconhecidos pelo Estado, mesmo os que estão em cogestão. Talvez a singularidade dos baldios de Vilarinho na Lousã seja a abertura do Conselho Diretivo à possibilidade de promover ativamente a participação e o envolvimento de novos compartes na governação da floresta, tendo em vista a sustentabilidade social do projeto de recuperação da floresta que iniciaram há poucos anos e que tem em vista trazer benefícios não só à população atual mas também às gerações vindouras. Certamente que a experiência de colaboração entre o Centro de Estudos Sociais de Coimbra e a Comunidade de Compartes dos Baldios de Vilarinho para a gestão comunitária foi uma novidade, mas uma primeira experiência não significa que venha a ser a única experiência. É um caminho que começou a ser percorrido.

Tens vindo a procurar explicar a vida e a memória dos baldios através dos cogumelos. Podes dar-nos uma ideia do que iríamos conhecer numa caminhada sobre cogumelos no Vilarinho?

Os baldios e as populações locais sofreram um processo histórico violento de desvinculação desde o final do séc. XVIII e XIX até aos dias de hoje. O que pretendemos com as caminhadas sobre cogumelos é por um lado, promover dois novos usos nos baldios – a apanha não comercial de cogumelos silvestres e as caminhadas – e por outro, abrir a possibilidade de vincular as pessoas através destes novos usos ao governo comum do território. As caminhadas sobre cogumelos são uma organização conjunta entre o Centro de Estudos Sociais de Coimbra e a Comunidade de Compartes dos Baldios de Vilarinho que tem lugar todos os anos, onde procuramos dar a conhecer simultaneamente a diversidade dos cogumelos silvestres e a história ambiental e social dos baldios. As espécies que existem no baldio são indissociáveis dos usos de terra que têm lugar no presente, que tiveram lugar no passado e que podem existir no futuro. Elas são a prova viva duma história que deixa marcas, mesmo quando a memória se apaga. Procuramos resgatar essa memória ao passar pelas árvores plantadas pelos compartes, depois pelos serviços florestais, e depois pelas invasoras, contando a partir dos cogumelos uma história duplamente invisível: a que se esconde na terra junto às raízes das árvores, e as práticas florestais humanas que moldaram e moldam a paisagem ainda hoje. Os cogumelos são assim uma porta de entrada para caminhantes diversos se encontrarem e tomarem contacto com as responsabilidades que podem assumir perante um recurso comum. Nas caminhadas é frequente haver pessoas que descobrem pela primeira vez que são compartes e as instituições que governam democraticamente os baldios. É também uma porta aberta para estudantes, investigadores e ativistas ambientais e políticos conhecerem uma realidade não muito divulgada onde têm a oportunidade de caminhar juntos e conversar com as pessoas que administram este recurso. Através das caminhadas, alguns compartes começam a envolver-se com os baldios e ter vontade de integrar uma narrativa que foi interrompida pela ocupação das terras comuns pelo Estado. No fundo, esperamos abrir espaços para a emergência do que no documentário alguns descrevem como o sentimento de que fazemos parte dum lugar – esse é o vínculo que está na base do conceito de comparte e de vizinho, que foi quebrado historicamente e que nos deixou desde então uma necessidade que até agora a sociedade moderna não foi capaz de satisfazer.

Tomo as palavras no documentário de Eugénia Rodrigues, engenheira florestal dos baldios do Vilarinho, que refere como a floresta não são as árvores, mas as pessoas, apontando como o ponto fulcral e frágil de qualquer gestão florestal precisamente as comunidades. Esta observação indesmentível em qualquer território ganha porém acrescido sentido quando falamos dos baldios, de gestão comunitária. Como a floresta, os baldios são as pessoas, a comunidade. Nesse sentido serão milhares os que em teoria respondem directamente pela gestão do território do baldio, mas na prática são meia dúzia ou escassas dezenas os que comparecem numa assembleia de compartes e assumem a sua cota parte. A gestão comunitária desliza nesse ponto frágil à semelhança do modelo de delegação representativa que enforma o nosso dia-a-dia. E os órgãos directivos dos compartes tão pouco creio que sintam essa revogabilidade e escrutínio assembleário, mais do que o escrutínio eleitoral em que acaba por se resumir. Na abordagem que coordenaste pelo CES no Vilarinho e na relação que mantêm até hoje o que encontraste nesse campo da participação comunitária?

A importância da participação comunitária na governação democrática dos recursos comuns é algo que não pode ser subestimado. Trata-se duma herança do processo revolucionário que determinou a devolução dos baldios aos seus legítimos utentes – os povos. No entanto, como já mencionámos brevemente, a relação das populações locais com os baldios foi dramaticamente alterada ao longo do tempo. Desde os finais do séc. XVIII e XIX que os baldios foram alvo de várias vias de desapossamento. Uma das vias foi a privatização através da municipalização da administração. Apesar das populações locais poderem usar e fruir os baldios para os fins tradicionais, as câmaras podiam dispor dos baldios para gerar rendimentos económicos, para alienar terra a fim de dotar os novos residentes com "casa e horta" e para fins de interesse público, como por exemplo a construção de instalações. Por diversas vezes os mais pobres foram lesados pelas elites locais e chegaram mesmo a apelar às Cortes. Outra via foi a divisão dos baldios em parcelas de acordo com a necessidade de matos, o que beneficiava os mais ricos com maior proporção de terras privadas em detrimento dos que não tinham outra terra além das áreas comuns. Durante o Estado Novo sofreram a via da nacionalização, mas que teve a virtude de não fragmentar as terras comuns o que facilitou o processo de devolução no período revolucionário. As instituições para a governação comunitária das terras comuns foram sistematicamente erodidas e violentadas ao longo dos anos, e em muitos lugares os moradores perderam as práticas de governar os recursos de forma comunitária.

As instituições para a governação comunitária das terras comuns foram sistematicamente erodidas e violentadas ao longo dos anos, e em muitos lugares os moradores perderam as práticas de governar os recursos de forma comunitária.

Na ausência de usos e costumes locais, a lei dos baldios propôs e impôs um modelo de governação democrático baseado na assembleia dos compartes, onde todos os residentes duma área geográfica com direitos históricos de uso e fruição poderiam participar a fim de eleger, se assim o desejassem, um Conselho Diretivo ou delegar poderes de administração noutra entidade, tipicamente a junta de freguesia, e votar a aprovação do plano de atividades e relatório de contas, com subsequente distribuição de verbas às instituições locais capazes de prestar serviços à comunidade. Assim, as assembleias de compartes são um espaço aberto à participação de todos os residentes, pois em Portugal o estatuto de comparte e o direito à participação é concedido automaticamente a todos os residentes sem restrições assim que têm capacidade de votar. As assembleias de compartes são espaços onde as pessoas podem verdadeiramente fazer a diferença e experimentar a democracia. No entanto, apesar de ser um espaço aberto, existem vários obstáculos à participação que fomos identificando ao longo do tempo no âmbito do projeto SCRAM – crises, gestão de risco e novos arranjos para as florestas que teve lugar entre 2010 e 2013 financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e no âmbito da colaboração que temos em curso com a Comunidade de Compartes dos Baldios de Vilarinho. Um dos obstáculos mais importantes e que já referimos é a desvinculação dos compartes dos usos do baldio e da sua história, que atinge o extremo com o desconhecimento da existência das instituições de governação comunitária a nível local. Outro obstáculo prende-se com a crise profunda da democracia nas sociedades ocidentais. A política tornou-se sinónimo de lutas pelo poder, o que nos baldios se pode materializar na forma de conflitos locais. A dimensão do conflito é constitutiva à criação de bens comuns e pode fazer parte dum processo saudável de escrutínio de melhores formas de trazer benefícios às populações locais, mas também pode ser destrutiva e mesmo violenta, colocando em oposição grupos sociais com distintas capacidades e poder para se apropriarem de recursos comuns. Este potencial para a existência de conflito não precisa de se verificar para afastar os compartes das assembleias, e é o reflexo da descapacitação progressiva dos cidadãos em lutarem coletivamente pela realização de bens comuns. Outro obstáculo é a capacidade de assumir responsabilidades perante os bens comuns de forma não remunerada. Numa sociedade em que cada um está sujeito a uma severa autodisciplina a fim de adquirir as capacidades necessárias para ter valor no mercado de trabalho, qualquer trabalho comunitário se torna numa atividade dispendiosa de tempo. As mulheres podem ser excluídas da participação por outros motivos, em

particular pelo acumular do trabalho com tarefas domésticas e pelo cuidado de filhos pequenos.

Apesar de na prática a abertura das instituições democráticas à participação dos cidadãos não corresponder às expectativas da teoria, existe uma diferença fundamental entre o modelo de democracia direta e o de democracia representativa que está atualmente em crise: o último implica uma delegação integral de poderes dos cidadãos nos governantes sem direito a apelo a não ser o voto nas eleições. Por esta razão, o sistema de democracia representativa pode resultar na atual oligarquia de partidos, em que as decisões adquirem um carácter de irreversibilidade enquanto os mandatos estão em vigor. Na democracia direta as instituições mantêm uma porta aberta para reverter, impedir ou modificar as decisões, o que obriga a um trabalho mais exigente da parte da administração e dos participantes na assembleia para produzir decisões de maior qualidade. Tudo isto requer condições políticas e capacidades pessoais e coletivas para o exercício virtuoso da democracia que só podem ser adquiridas através da prática, mas esta é a forma de construir consensos a longo prazo sobre o que pode ser um projeto ao serviço do bem comum, como é o caso da recuperação duma floresta degradada com altos custos de investimento tendo em conta o bem-estar das gerações vindouras.

A abordagem entre 2010/2013 pelo CES no Vilarinho aportou ferramentas e cientificidade na gestão florestal, particularmente úteis no combate às espécies invasoras, mas que levanta algumas questões de maior âmbito. Uma das áreas que trabalha é "sobre as interações ciência-sociedade que resultam numa boa vida para as comunidades humanas e em ecossistemas sustentáveis." Mas em que medida formar um quadro técnico de saber científico, ou um relatório legitimado pela academia, não é formar apenas um quadro dirigente numa gestão que afasta a participação não técnica ou a relega para um segundo plano? Como conciliar o contributo e o discurso dos primeiros num plano de horizontalidade com os demais? Como ultrapassar o país dos engenheiros e doutores, mais ainda nas encostas de um baldio, onde se esperaria que os compartes não sejam chamados apenas a decidir localmente o destino dos dinheiros?

Quando nos cruzámos com os baldios de Vilarinho no âmbito do projeto SCRAM, o Conselho Diretivo já tinha apoio técnico especializado para a gestão da floresta através de Eugénia Rodrigues. Procurámos trabalhar com ela e com o Conselho Diretivo para trazer pontualmente recursos que pudessem contribuir para um conhecimento multidisciplinar mais ampliado do território, mas deparámo-nos com uma série de desafios específicos aos modos de produção de conhecimento que pretendem ter relevância local. A produção de conhecimento científico tem dificuldades em escapar às pretensões de universalidade, pois de alguma forma assenta no pressuposto de que isso a diferencia do senso comum e do conhecimento local. Assim, frequentemente as suas recomendações são inúteis até serem traduzidas, transformadas e apropriadas pelos que vão agir a nível local para transformar o território. O combate às espécies invasoras é um exemplo disso: com base no conhecimento científico-técnico disponível através da sua formação profissional e dos recursos da academia, Eugénia Rodrigues está a inovar e experimentar formas de combater localmente o problema. O protocolo de colaboração que o CES estabeleceu com a Comunidade de Compartes dos baldios de Vilarinho assenta numa interpretação particular da ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos onde se encontram, e por vezes se confrontam, os saberes científicos, profissionais e locais. Não se parte do pressuposto que a academia tem o conhecimento e os compartes a ignorância, nem vice-versa. O conhecimento tem de ser posto à prova, e a sua validade é verificada *a posteriori*, não *a priori*. Assim, a validade do conhecimento técnico, científico e local não assenta exclusivamente no *status* dos seus detentores. Ele está necessariamente aberto à revisão e à apropriação mútua. Por esta razão, é essencial um processo de construção de confiança, responsabilidade e precaução na experimentação para arriscar com segurança.

A nível de formação de comunidade, Vilarinho enfrenta um desafio gigantesco, o mesmo desafio que enfrenta toda a sociedade moderna: criar vínculos entre os seres humanos, com o território e com as espécies que nele vivem.

Acreditamos que o contexto atual da floresta comunitária é particularmente favorável à criação de ecologias de saberes, por duas razões. A primeira é que os baldios que herdaram ou pretendem gerir florestas de forma moderna precisam do saber técnico, pois a floresta e as espécies utilizadas são muito diferentes dos sistemas agro-silvo-pastoris tradicionais. A segunda é que nos baldios os compartes têm autonomia para tomar as suas decisões. A conjugação destas duas condições torna a gestão comunitária muito exigente para os profissionais florestais que precisam de aprender a trabalhar num contexto muito diferente do Estado, tradicionalmente baseado em relações autoritárias. Este contacto íntimo e tensão entre saberes técnicos e não técnicos pode resultar em aprendizagens mútuas e novos conhecimentos, mas também pode levar a tecnocracias em pequena escala. Mais uma vez se destaca a importância da participação dos compartes nas assembleias, mas salienta-se que a participação num contexto onde os saberes são postos à prova é um processo exigente e sujeito a escrutínio, e tem de o ser, pois estão em causa decisões coletivas sobre bens comuns.

Os Baldios são hoje apenas um espaço comunitário praticamente rendido ao seu usufruto económico e produtivista. Parece haver simplesmente como ambição a integração e dependência no contexto económico que nos rodeia, o qual funciona sempre numa base de assédio mercantilista constante. Mas território e bens comuns são mais do que isso e dessa percepção mais alargada dependem enquanto futuro natural e enquanto comunidade. Creio que faz por isso sentido falar dessa percepção mais alargada. Como a entendes? Está a mesma de alguma forma patente no Vilarinho?

O modelo de floresta comunitária gera grandes expectativas para resolver problemas complexos onde o Estado e o Mercado falharam, e cumprir com objetivos como a sustentabilidade ambiental, dinamização de economias locais e justiça social na distribuição dos rendimentos. Estas expectativas são acrescidas por se tratar duma propriedade coletiva gerida em comum, o que de alguma maneira evoca no nosso imaginário formas alternativas de relacionamento social entre as pessoas que não seja o predomínio das relações capitalistas. Entre os académicos, a gestão comunitária de recursos naturais passou por fases de encantamento e desencantamento, quando os estudos empíricos não foram capazes de estar à altura das expectativas. Imediatamente após a devolução dos baldios, Portugal recebeu a atenção de investigadores nacionais e internacionais que procuravam averiguar se a propriedade coletiva podia conduzir efetivamente ao comunismo. O resultado foi em muitos casos uma desilusão, com a degradação de recursos naturais, apropriação individual e captura dos baldios para benefício das elites locais, em detrimento dos mais pobres. Desde então, diversos estudiosos, como por exemplo Elinor Ostrom laureada com o Prémio Nobel na área da economia, procuraram compreender quais as condições necessárias para a emergência da ação coletiva e a governação sustentável dos bens comuns. No entanto, mesmo quando os recursos são geridos de forma sustentável podem continuar a existir relações hierárquicas nas comunidades a longo prazo, que podem conduzir a uma apropriação desigual dos bens.

No relatório final do SCRAM, Raúl Garcia-Barrios, nosso amigo e investigador da Universidade Nacional Autónoma do México, definiu a floresta comunitária como um sistema de práticas de uso, gestão e governação da floresta e dos seus recursos que são realizadas num território de propriedade ou uso e fruição compartilhado por uma população humana que trata de satisfazer, mesmo que de maneira parcial, um sistema de necessidades construído em função de uma noção mais ou menos coerente de bem comum e no contexto estabelecido por uma ecologia evolutiva complexa de poderes e de saberes. É com este conceito com o qual temos vindo a trabalhar desde então: a floresta comunitária como um espaço para a existência de práticas sociais potencialmente formadoras de comunidades humanas que procurem contribuir para o bem comum. A nível de formação de comunidade, Vilarinho enfrenta um desafio gigantesco, o mesmo desafio que enfrenta toda a sociedade moderna: criar vínculos entre os seres humanos, com o território e com as espécies que nele vivem. A sustentabilidade social do projeto de recuperação da floresta para produzir bens comuns depende disso.

Tens anunciado um livro sobre o regime jurídico e fiscal dos baldios, junto com José Augusto Ferreira da Silva, que julgo particularmente crítico à nova Lei dos Baldios pela ameaça de privatização e pelo ataque aos aspectos comunitários. Independentemente do parecer pendente do Tribunal Constitucional à Lei dos Baldios cabe perguntar: não está na altura de se ouvir o uivo dos lobos na serra contra essas investidas?

O lobo é um animal muito especial. Vive em comunidade, mantém laços fortes entre os seus membros, e é conhecido pela sua lealdade. Por vezes, caminha sozinho. Será fundamental nos próximos tempos ver se os lobos, mesmo os que caminham sozinhos, serão capazes de se organizar para enfrentarem a ameaça de extinção enquanto espécie. Com a nova lei dos baldios, alguns lobos poderão continuar a existir com algum sucesso, mas inevitavelmente ficarão confinados a parques biológicos, pois muitos serão extintos, principalmente os que não se conseguirem organizar num espaço de 15 anos. É expectável uma redução dramática do número de baldios e a área das serras que poderia ser governada de forma comunitária. Com esta extinção encerra-se uma possibilidade, e não se faz justiça histórica pois nunca se capacitou as comunidades locais para gerirem os recursos em comum.

A LEI (DA DEGENERAÇÃO) DOS BALDIOS

IMAGEM DO DOCUMENTÁRIO **EN TODAS AS MANS**

P.C

Ao falarmos de baldios em 2015 a pergunta é: como poderá a nova Lei dos Baldios transformar a realidade dos territórios comunitários em Portugal?

O problema está na principal meta desta nova investida legislativa: a privatização dos baldios pela facilitação da sua abertura ao comércio jurídico. Isto é, promovendo parcerias público-privadas sobre os baldios, com a liberalização e substituição da acção do estado (no quadro legal pós revolucionário de 1976, 80% dos baldios reconhecidos nessa fase ficaram em regime de Co-gestão entre compartes e estado) pelos actores e interesses do sector privado. Sob a opção da gestão exclusiva pelos compartes (provavelmente a mais defensável) vem a nova Lei colocar entraves neste sentido, por exemplo quando obriga os compartes a ressarcirem o parceiro estado relativamente a investimentos feitos no baldio. É por isso notícia, uma vez mais, na já longa história da relação dos baldios com o estado, o "roubo dos baldios aos povos".

Em causa está o perigo de comprometimento da essência dos baldios e a diminuição das áreas comunais pela expropriação de terras que não estejam a produzir. A extinção do baldio pelo princípio do não uso pela omnipotência do critério de produtividade, que vem, também, justificar a sua inclusão na Bolsa Nacional de Terras. Esta outra estratégia, que deve ser lida em articulação com a Lei dos Baldios e com a legislação que se associa à política florestal, e que é obrigatório assinalar entre as políticas territoriais ditadas pelo cânone sagrado do empreendedorismo privado. Já em 2012, a propósito da Bolsa de Terras, João Diniz da Confederação Nacional de Agricultores receava "que este tipo de pequenas políticas acabe por servir grandes interesses económicos", "grandes empresas agro-florestais e grandes empresas financeiras do negócio agrícola".

Ao mesmo tempo não podemos esquecer como nas últimas décadas as questões da estratégia nacional para as florestas, traduziram um evidente desfasamento face ao contexto específico dos baldios, entre o imobilismo e a prepotência, respondendo a uma política florestal muitas vezes inoperante. No contexto da Lei dos Baldios, a passagem dos Planos de Utilização do Baldio a Planos de Gestão Florestal (PGF), promove simplesmente uma subjugação em definitivo aos objectivos florestais condicionando as opções e em última análise a própria autonomia dos baldios (os PGF dependem da aprovação por organismos do poder central).

Ao longo do último ano as reacções foram dominadas pela tónica da inconstitucionalidade da Lei, em vários dos seus aspectos, razão que acabou por conduzi-la ao Tribunal Constitucional, em março deste ano. Mas o que há que frisar no debate sobre a Lei dos Baldios é esse pano de fundo que resulta de uma perspectiva impositiva do estado como decisor (através de um sem fim de normativas técnicas e instrumentos legais) e uma asserção usurpadora do baldio que se entende mais como área pública e não comunitária. Para entender as pressões a que os territórios baldios estão sujeitos é preciso ter noção (e o acompanhar da sua evolução histórica permite concluir isso mesmo) de que as decisões políticas (os "destinos traçados") sobre o que deve acontecer nos baldios têm lugar muito a montante destes, importando, depois, que os mesmos simplesmente se adequem aos imperativos de cada momento.

(…) em vez de contrariar aquela que é já uma tendência nalguns casos, a lei vem antes estimular e facilitar a transferência da gestão dos baldios para terceiros

O foco da lei é posto evidentemente na componente económica e torna todas as outras áreas subsidiárias desta

Uma das questões mais impactantes prende-se com a definição de "comunidades locais" (a abrangência do conceito de comparte) com base nos limites administrativos e não nos usos e costumes. Na nova Lei "são compartes todos os cidadãos eleitores, inscritos e residentes nas comunidades locais onde se situam os respetivos terrenos baldios ou que aí desenvolvam uma atividade agro-florestal ou silvo-pastoril". Uma modificação na dimensão e dinâmica do baldio, pois os usos e costumes que antes determinavam os direitos dos compartes não coincidem necessariamente com limites administrativos. No fundo os "usos e costumes locais" são invocados meramente como muleta de expressão sem encontrarem tradução real na Lei. Se a renovação de compartes é desejável (na óptica da continuidade do próprio baldio), o modo assim imposto acarreta problemas não subestimáveis que, sobretudo, contribuem para o enfraquecimento da cooperação em nome de uma relação focada numa perspectiva individualista, que em última análise também vem contribuir para a opção de delegação de poderes de administração. A conjuntura económica tem promovido alterações relevantes nos baldios, e a tendência em muitos deles é opção por formas de exploração que promovem a obtenção de rendimentos directos (uso "rentista") que não traduz qualquer tipo de resistência

aos desígnios estabelecidos noutras instâncias. Esta forma de aproveitamento encerra uma dissimulada degeneração da propriedade comunitária que, em última análise, põe em causa a sua legitimidade, ao comprometer a sua lógica e características, indissociáveis do território e de dinâmicas sociais particulares, assentes na cooperação e participação directa. Assim, em vez de contrariar aquela que é já uma tendência nalguns casos, a Lei vem antes estimular e facilitar a transferência da gestão dos baldios para terceiros (órgãos do poder local, agentes privados, etc.), numa lógica que não contribui para contrariar a tendência para o abandono e perda das dinâmicas sociais nos territórios rurais.

O aumento da heterogeneidade do grupo contribui também para o condicionamento na tomada de decisões, assim comprometendo, a concretização da igualdade de direitos dos compartes. Esta não é uma problemática nova, nem esta nova Lei contribui para a sua superação, em particular, ao tornar comparte todo aquele ou aquela que desenvolva uma actividade agro-florestal ou silvo-pastoril na freguesia do baldio em questão. Na hipótese do indivíduo em causa ser detentor de uma qualquer indústria da celulose, que impacto terá este "comparte"? Sabemos que as opções das elites económicas, ou a estas favoráveis, tendem a sobrepor-se e a subordinar as escolhas do colectivo.

Outro aspecto ofensivo da Lei dos Baldios é o seu enquadramento no regime do património autónomo no que respeita à personalidade judiciária e tributária, o que nada mais é que a passagem da propriedade comunitária a uma forma de património próxima doutros tipos de propriedade privada. Algo questionável face à própria Constituição da República Portuguesa que garante a existência das três tipologias distintas de propriedade: privada, pública e comunitária.

É evidente a burocratização e formalização dos territórios comunais, que no contexto da presente lei conduz à perda de autonomia dos compartes e vem reforçar uma distribuição hierárquica do poder, condicionando totalmente o florescimento de formas organizacionais mais horizontais.

IMAGENS DO DOCUMENTÁRIO **EN TODAS AS MANS**

A Lei levanta outra problemática na medida em que a aplicação de alguns dos seus artigos pressuporia a pré-existência de um levantamento exacto dos territórios baldios. Face a um processo complexo que traduz o registo matricial deste tipo de propriedade, assente em usos e costumes, podem acabar comprometidas todas as áreas que padecem desses registos. Um contra-relógio que começou a ser contabilizado desde a data da entrada em vigor da Lei. Sem esquecer que esta falta de cadastro dos baldios limita a reclamação de direitos e presta-se à sua usurpação, do que constitui exemplo, a tentativa de venda ao Grupo Sonae de parte do Monte de Santa Bárbara pela Junta de Freguesia de Souto de Lafões (Oliveira de Frades) para a construção de um empreendimento turístico.

É evidente a burocratização e formalização dos territórios comunais, que no contexto da presente Lei conduzem à perda de autonomia dos compartes e vêm reforçar uma distribuição hierárquica do poder, condicionando totalmente o florescimento de formas organizacionais mais horizontais. Vários são os aspectos em que se pode ler esta perda de autonomia decisória, seja por exemplo na aplicação de receitas que deverá ser feita "nos termos a regulamentar por decreto-lei" ou na decisão sobre quem pode assistir/participar nas assembleias de compartes, aprofundando ainda mais os constrangimentos da participação já instalados.

O foco da Lei é posto evidentemente na componente económica e torna todas as outras áreas subsidiárias desta. É particularmente gravoso a subestimação das componentes relacionais, sociais e ecológicas. A visão que subjaz à Lei é, em si, uma limitação significativa do potencial que pode associar-se aos baldios, assenta numa forma produtivista de os encarar, valorizando-os apenas como mera materialidade.

Por fim importa realçar que a nova Lei dos Baldios vem permitir e veicular a extinção dos baldios sem considerar a possibilidade de criação de novos territórios comunais. Basta "quando, por período igual ou superior a 15 anos, não forem usados, fruídos ou administrados, nomeadamente para fins agrícolas, florestais, silvo-pastoris ou para outros aproveitamentos dos recursos dos respetivos espaços rurais". Ponto sensível, porque, desde logo, o direito de propriedade, de acordo com o ordenamento jurídico português, não se extingue pelo não uso.

Pese diferenças na estratégia, ou pelo menos no discurso, é evidente desde o 25 de Abril a tendência em todos os partidos que assumiram funções governativas, para uma abordagem que tende a subestimar a capacidade de gestão levada a cabo pelos compartes, insistindo-se ora numa perspectiva de necessária dependência destes em relação ao estado; ora numa abordagem que parece não distinguir os baldios da propriedade pública e que insiste em associar aos mesmos o espectro da produtividade. A partir de 2011, com a coligação PSD-CDS/PP acentuou-se o discurso sobre o abandono ou uso negligente, o foco na problemática do uso dos rendimentos gerados pelos territórios baldios e a importância da sua rentabilização. Exemplo expressivo do predomínio da linguagem mercantilista que se pretende conotada com a ideia de um tipo de racionalidade económica que serve como argumentação incontestável e tende a remeter para um plano bastante secundário questões sociais, éticas, culturais ou ecológicas. No fundo, importa desvirtuar até à extinção, a formulação traduzida nos baldios que permite participar na vida política e nas decisões sobre o presente e futuro dos territórios que se habitam.

DISCUTIR A FLORESTA E A NATUREZA

MIGUEL CARMO
MANUEL BIVAR

Nos últimos dois números do jornal MAPA lemos o artigo *A floresta que nos resta*. O texto fala da floresta portuguesa hoje e olha para o passado, sobretudo para os últimos dois séculos, incluindo também referências à Expansão portuguesa que se inicia no século XV e uma visão telescópica da evolução das plantas, desde a origem da vida às florestas de carvalhos que predominaram na Europa nos últimos 10 mil anos. Gostaríamos de fazer uns breves comentários e introduzir alguns elementos nessa história.

A paisagem portuguesa do início do século XIX é aí caracterizada com base numa descrição de Balbi feita em 1822, que se apoia nas viagens de dois naturalistas, Hoofmansegg e Link, realizadas duas décadas antes. Dizem João Gomes e Filipe Nunes que a descrição sugere um território "quase idílico […] há duzentos anos", em "harmonia, no convívio entre o ser humano e restante natureza". Ao ler o texto de Balbi não podemos saber que outros usos da paisagem, por exemplo agrícolas, estarão os naturalistas a omitir. Aquelas *viagens* tiveram por objetivo uma descrição essencialmente botânica e comparativa com outros lugares do mundo. De facto, o próprio artigo do MAPA diz mais adiante que o território florestal no século XIX seria apenas 10% da superfície continental. Podemos encontrar referência a esta proporção no livro *Dois Séculos de Floresta* de Maria Radich onde, afirmando porém que "não se conseguiu arrancar à época uma única resposta firme", se diz que para Andrada e Silva (*Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*, 1815) era duvidoso que a área de floresta atingisse 1/10 da superfície. Para este autor do início do século XIX, a situação dos bosques era grave, o que o leva a escrever que "todos os que conhecem por estudo a grande influência dos bosques e arvoredos na economia geral da natureza sabem que os países que perderam suas matas estão quase de todo estéreis e sem gente. Assim sucedeu a Síria, Fenícia, Palestina, Chipre, e outras terras, e vai sucedendo ao nosso Portugal".

Seria interessante copiar extensamente algumas passagens de textos que no século XVIII e XIX ilustram a paisagem portuguesa, ainda que de forma incompleta, mas como não há espaço para tanto selecionámos curtas passagens do mesmo texto de Balbi de 1822: "As laranjeiras sobem no entanto desde os vales mais profundos até à região dos castanheiros onde formam (…) as matas deliciosas de Monchique e Sintra"; "Nos recantos mais baixos e mais quentes vê-se florir o aloé da América e a tamareira elevar-se sobre as searas"; "Uma flora muito particular neste país é a dos vales sombrios e irrigados do Minho e de alguns sítios da Beira. Nos locais mais frios desta província encontram-se algumas plantas da Inglaterra ocidental"; "Assim que se atingem as montanhas xistosas começam os desertos; nos locais quentes vê-se o láudano, nos que são mais frios as estevas". Estas passagens servem, pelo menos, para ficarmos com uma imagem mais incerta do que seria a paisagem. Por fim, uma passagem de Brotero (*História Natural dos Pinheiros, Larices e Abetos*, 1827): "Quase todas as serras deste Reino estão nuas de arvoredos nos seus cumes".

O que querem dizer os autores com "harmonia", "equilíbrio", "idílico" e "respeito pelo passado"? Recuámos 200 anos e não encontrámos um passado idílico. Alguns textos anteriores, do século XVIII, também não parecem indicar outra coisa. Podemos continuar a recuar até à época da Expansão, onde se deram enormes desmatamentos, como se diz no artigo, para o "fabrico de embarcações para os sucessivos empreendimentos marítimos" e iremos encontrar, muito provavelmente, uma floresta que é consumida para uma determinada economia de vida, que por vezes inflete e retoma novas áreas perante a redução da população humana, no caso de pestes ou migrações volumosas. Para Maria Radich, da leitura que faz de Andrada e Silva (1815), os "bosques iam desaparecendo, em resultado de uma pluralidade de causas: aumento do povoamento, crescentes necessidades de madeiras e lenhas, ausência de replantação, avanço das arroteias sobre espaços que antes tinham arvoredos, novos estabelecimentos e fábricas, desleixo, ignorância sobre o modo de proceder aos cortes e falta de polícia". Brotero, como Andrada e Silva, via no aumento de população e das manufaturas as principais razões da destruição.

É necessário que coloquemos a hipótese da existência de um conflito fundamental entre natureza e ocupação humana, na história do Mediterrâneo, onde a floresta terá sido consumida em contextos agrícolas, de criação de animais e como fonte de lenhas. Isto não significa que os grandes empreendimentos marítimos, a exploração da terra pelos grandes senhores ou as enormes transformações do século XIX e XX não tenham participado ativamente na *má--relação* com a natureza. Significa que por detrás destes processos que caracterizam a era moderna existem outros, de fundo. A "floresta desapareceu porque ocultava no lenho ou no solo algo que a agricultura sempre necessitou: nutrientes", diz o agrónomo e botânico Carlos Aguiar. Segundo ele, a agricultura foi o principal impulsionador da desarborização das montanhas mediterrânicas, algo que verificou historicamente na Terra Fria Transmontana. Num plano mais geral, David Montgomery (*Dirt, the erosion of civilizations*, 2007) explora ligações entre a erosão dos solos e as grandes civilizações, afirmando que a agricultura sempre foi uma atividade erosiva e que os nossos cultivos mediterrâneos milenares, como o olival e a vinha, são já fruto de uma adaptação a solos degradados.

Que sentido faz criticar a floresta do presente com base num passado natural mítico, muito provavelmente inexistente, ou apenas existente quando as populações humanas sofrem reduções drásticas?

No artigo parecem estar em conflito uma visão histórica e uma visão "essencialista" de natureza. As plantas evoluíram, os organismos e ecossistemas transformaram-se, na Europa diferentes paisagens florestais se sucederam (a última idade do gelo acabou com o predomínio da laurissilva e permitiu a expansão das quercíneas) mas quando chegamos ao nosso presente largo as espécies e os ecossistemas perdem subtilmente o seu carácter histórico e ganham uma dimensão essencial: as espécies que aqui estão há mais tempo, *autóctones*, teriam mais direitos naturais em relação às mais recentes, *exóticas*. Mas como vamos definir o período de permanência que separa umas das outras? 100, 500 ou 10.000 anos? E para que serve essa separação senão para construir identidades vegetais não poucas vezes confundidas e sobrepostas às identidades nacionais? O problema do eucalipto não é ser uma "espécie australiana" ou pouco adaptada ao Mediterrâneo – ele está de facto demasiado bem adaptado – mas o modo de produção que se gerou através dele. Uma monocultura equivalente com pinheiro manso não nos daria uma *melhor* floresta. Uma correção: o eucalipto não ocupa 35% do território português como é dito, mas sim 8% de acordo com o último inventário florestal.

O *Rewilding Europe* dá-nos um outro lado deste debate. É uma proposta, com cada vez mais adeptos entre cientistas, ecologistas e empresários, para a renaturalização de extensas áreas com florestas de carvalhos, de modo a se reconstituírem níveis de biodiversidade elevados e possibilitar o regresso de predadores de topo como o urso e o lobo. Algo que se coloca hoje após 50 anos de despovoamento e de retração das áreas agrícolas, em que as populações de corços e veados e javalis e raposas aumentaram brutalmente, se fala no regresso do urso, e a cabra montês, extinta há mais de 100 anos, voltou ao Gerês. A este cenário junta-se, na última década, uma tendência consistente de decréscimo da população humana. O que observamos em linhas gerais é a transição de uma paisagem dominada pela atividade agrícola e alimentar para uma outra, de tipo ecológico, dominada por uma rentabilidade sobretudo turística. Lembremos também que esta transformação tem vindo acompanhada de cercas e de restrições de passagem, e do alargamento dos direitos de propriedade.

Não nos parece de todo interessante pensar um presente olhando para um passado mítico ou para uma natureza essencial. É, sim, necessária uma história da floresta portuguesa. Uma história social e política da floresta em conjunto com uma história ecológica. Algo como cruzar o *Portugal à Coronhada* de Diego Cerezales com a botânica e a agronomia histórica. E essa história talvez sirva para pensar o presente ou o futuro e reinventar a natureza e "assim, quem sabe, reencontrar enfim a floresta para nela viver".

É que não compreendemos que nos digam que nas margens do Tejo temos que plantar choupos e não borracheiras, ou que não seria correto florestar as serras de Freixo de Espada à Cinta com cedros do Buçaco. É que não compreendemos porque não podemos fazer uma floresta de *Phytolaicas dioicas* com micos na Almirante Reis em Lisboa. Para falar de essência preferimos poesia à religião: "Para entrar em estado de árvore é preciso /partir de um torpor animal de lagarto às /3 horas da tarde, no mês de agosto. /Em 2 anos a inércia e o mato vão crescer /em nossa boca. /Sofreremos alguma decomposição lírica até /o mato sair na voz" (Manoel de Barros).

JOÃO GOMES E FILIPE NUNES

As oportunas impressões de Miguel Carmo e Manuel Bivar contribuem para o debate fundamental da relação humana com a natureza. Por isso constam neste caderno sobre os baldios. Discute-se, afinal, a governação dos recursos comuns e as relações desejáveis entre os seres humanos e os recursos naturais.

Estaria em causa uma visão histórica e uma visão "essencialista" da natureza, pelo que não haveria qualquer sentido em criticar a floresta do presente com base num "passado natural mítico" ao qual nos reportaríamos com base numa visão "idílica". A descrição de 1822 é efectivamente demasiado simplista para esta análise. É correcta a crítica à letra de qualquer imagem ideal, mas uma outra coisa é reduzir logo à partida o que chamam de "essencialismo" apenas em função de um discurso histórico, civilizacional. O debate e a prática apelam de facto a uma história social, económica e política da floresta em conjunto com uma história ecológica. Mas fora dessas categorias objectivas é igualmente importante atender a um tom subjectivo e idílico neste debate. Na relação com a floresta, a vertente deambulatória, espiritual sem medo da palavra, não tem ela a ver com a essência dos lugares? Como os podemos sentir e a eles pertencer senão desse modo?

Por outro lado, objectivamente, o que é erróneo é relativizar o que é autóctone criticando o suposto "essencialismo" e a suposta "identidade" para depois colocar a tónica no modelo produtivo nascido com a agricultura. Ao pretender contribuir para uma melhor compreensão do território e da paisagem, o que pretendemos destacar é a velocidade na capacidade de alterar o território que o desenvolvimento tecnológico potenciou. O caminho da globalização e homogeneização das paisagens como reflexo do domínio de uma cultura sobre tudo e todos, assente no produtivismo. Longe da defesa do primitivismo no sentido de voltarmos a ser recolectores-caçadores é imperioso travar esse caminho. O verdadeiro problema poderá nem estar neste ou naquele mau uso do território a cada momento da nossa história, mas na velocidade com que transformamos o território aos objectivos produtivistas do momento e inviabilizando os próprios processos de regeneração natural.

Em relação aos eucaliptos, ou outra espécie, não deverão ser razões de puro conservadorismo que devem imperar, mas as razões ecológicas. Se usamos espécies que não pertencem á ecologia do sítio contribuímos para uma transformação que facilmente pode entrar num descontrolo. Os efeitos em cadeia no território podem ser irreversíveis se não olharmos à essência do autóctone, e isso afecta toda a ecologia do local, incluindo das pessoas que nele habitam.

O anarquismo não é terrorismo

Juízes, polícias, jornalistas e a construção de um inimigo interno em Espanha.

PC, JA

No dia 30 de Março de 2015, foram aprovadas duas reformas legislativas em Espanha que punem severamente o protesto político e ampliam a definição de "terrorismo". No mesmo dia, foram detidas 15 anarquistas durante uma das últimas operações policiais-judiciais-mediáticas destinadas a fomentar o "terrorismo anarquista". Esse dia nada mudou, mas clarificou o rumo dos acontecimentos no Estado espanhol.

Na madrugada do dia 30 de Março, em Madrid, Barcelona, Granada e Palência, a polícia fez rusgas a 11 habitações e 6 centros sociais, por ordem do juíz Eloy Velasco da Audiência Nacional. Mais 30 pessoas foram detidas por usurpação, resistência e actos de solidariedade naquela que foi denominada "Operação Pinhata", um jogo em que, de olhos vendados, se bate com um pau num recipiente cheio de guloseimas. As guloseimas não caíram, mas 5 pessoas foram presas por "pertencerem a uma organização terrorista", descrição dada aos Grupos Anarquistas Coordenados (GAC).

Por causa da mesma situação, outras 11 anarquistas foram detidas em Dezembro do ano passado devido à "Operação Pandora". A polícia queria abrir a caixa de Pandora, e que encontrou? Uma esperança na anarquia, se calhar. Há quase três mil anos, Hesíodo escreveu sobre o mito grego em *Os trabalhos e os dias*: "só a Esperança ficou lá, no interior da sua prisão inquebrável". "E a esperança, a esperança num amanhã melhor, foi sempre a fonte das revoluções", disse Piotr Kropotkin há cem anos. Ainda dizemos: "A esperança é a última que morre". Sete pessoas estiveram em prisão preventiva durante quase dois meses acusadas de terrorismo. Algumas provas: 1) publicação do livro *Contra la Democracia*, descarregável na internet; 2) usar contas de correio da Riseup e não mercantilizar a privacidade; 3) ter pequenas garrafas de gás butano em casa e gostar de ir à montanha. Recentemente foram "libertados" três outros anarquistas que estiveram dois meses na prisão: não era possível imputar-lhes as acções com "finalidade terrorista" de que eram acusadas, para além das acções de "proselitismo anarquista", como se encontrava escrito no auto judicial a desautorizar as decisões do juiz Velasco. A prisão foi "desnecessário e inadequado", indicava também o auto.

Momento em que a polícia catalã assalta a Kasa de la Muntanya em Barcelona, durante a chamada Operação Pandora, a 16 de Dezembro de 2014.

Será isto o que vão ter de dizer dos dois presos da operação de Novembro de 2013 que ainda estão preventivamente castigados por serem supostos terroristas? Desde então, no total, são 28 os "supostos anarquistas" - como disseram alguns meios de comunicação – que se encontram com um processo judicial (https://efectopandora.wordpress.com). Ficaríamos ressentidos se não soubéssemos que não podem acabar com o anarquismo: velhas solidariedades e novos ateneus têm aparecido como resposta às últimas operações.

Criar insegurança, medo e terror, tem sido uma forma de legitimar o Estado como pai protector. E, em particular, em períodos de crise, quando este pai já oferece pouco pão e péssimo circo, quando ensina e cura cada vez pior, dizer "terrorismo" e "democracia", "mau" e "bom", "eles" e "nós", tem sido uma forma de justificar as crescentes despesas policiais que servem para conter as manifestações edípicas dos que estão à mercê dos golpes do capital. Quando, depois de décadas, organizações armadas como a ETA deixaram de estar activas, parece que se está à procura de inimigos internos. Não é só o anarquismo. Quem questiona a democracia pode ser acusado de ser criminoso e ser punido por isso. Um exemplo: pedem três anos de prisão aos detidos por protestar diante do Parlamento catalão (https://encausadesparlament.wordpress.com). A "interiorização" do inimigo exterior também parece estar a funcionar: quem é muçulmano pode ser confundido com um seguidor da jihad; foi o caso de Ismael Boufarcha, de Piera, uma população perto de Barcelona. No mesmo dia em que a polícia fazia uma rusga e danificava o antigo Ateneu Anarquista do Poble Sec (agora renomeado Local Anarquista Pandora), havia outras detenções no mesmo bairro pela "Operação Kibera", uma operação contra uma suposta integração numa organização militar islamita. Poderia ser uma casualidade, mas existe uma longa e constante intencionalidade de confundir um movimento principalmente ácrata e ateísta (como é o anarquismo) com o islamismo radical. De facto, têm sido feitas descrições dos GAC nos meios de comunicação de massas como se estes fossem grupos de organização vertical para o recrutamento de jovens para células paramilitares. Ficaríamos com raiva se não soubéssemos que artigos, como o do *El País* de 11 de Abril, desacreditam o que já deveria estar desacreditado: a palavra dos jornais nas mãos do poder.

LEIS E TERRORISMO

Se bem que seguem a tendência de uma maior criminalização do protesto político e uma maior violência repressiva nos últimos anos, as novas reformas legislativas - em vigor desde dia 1 de Julho - supõem uma mudança sem precedentes nas últimas décadas. Vejamos agora alguns detalhes do seu conteúdo.

Por um lado, a nova *Ley Orgánica 4/2015, de protección de la seguridad ciudadana* (popularmente conhecida como Lei Mordaça), é uma clara tentativa de combater as importantes manifestações que têm acontecido em muitas cidades espanholas nos últimos tempos. O principal instrumento da lei é a imposição de multas altas a uma longa lista de contra-ordenações cometidas por pessoas maiores de 14 anos, o que dá ao poder executivo um poder vasto e arbitrário em matéria de sanções, em detrimento das atribuições que, segundo a lógica do Estado de direito, teriam de pertencer ao poder judicial. É por isso que se poderia dizer que a lei está perto da ilegalidade. Um primeiro nível de coimas (até 600 euros) sanciona condutas como a realização de manifestações sem autorização. Um segundo nível (até 30 000 euros) castiga actos como a resistência e/ou a desobediência à autoridade, as "perturbações" e "desordens", a realização de manifestações que pretendam impedir o acesso às instituições parlamentares (o que constitui uma clara resposta aos protestos do Junho de 2011 em Barcelona e de Setembro de 2012 em Madrid), bem como o uso de imagens ou dados de autoridades ou polícias (um dos pontos mais polémicos da lei, dado que dificultaria a denúncia de abusos por parte da polícia). Finalmente, no nível mais alto (de 30 000 a 600 000 euros) encontram-se a utilização de engenhos pirotécnicos ou a entrada, no contexto de um protesto, nalguma infraestrutura estratégica para o país.

Por outro lado, foi reformado o Código Penal através de duas leis: uma mais geral (*Ley Orgánica 1/2015)*, e uma mais restrita aos delitos de terrorismo (*Ley Orgánica 2/2015*, aprovada no contexto da assinatura do "pacto antiterrorista" entre o Partido Popular e o Partido Socialista). Quanto à primeira, trata-se de uma actualização do código para formalizar novos delitos, bem como para introduzir um significativo aumento de penas para velhos delitos. Aliás, esta lei elimina o limite de tempo que qualquer pessoa pode ficar presa (20 anos) por meio da chamada "prisão permanente sujeita a revisão", isto é, a prisão perpétua.

A segunda das referidas leis de reforma do Código Penal — que supostamente actualiza a legislação espanhola na matéria de acordo com uma resolução das Nações Unidas de 2014 — refere-se aos delitos denominados como "terroristas", termo cuja definição é ampliada pela nova legislação. Assim, podem ser considerados como "terroristas" os delitos contra a "integridade moral", o património, o meio ambiente ou a saúde pública, desde que sejam realizados com o alvo de "alterar a paz pública" ou "subverter a ordem constitucional". Pretende-se, portanto, que qualquer dissidência política possa ser chamada de "terrorista" e tratada legalmente como tal, como de facto já tem acontecido com as operações policiais anteriormente citadas. Legaliza-se, assim, uma situação de forte repressão que não tem em conta nem sequer as regras do próprio Estado de direito em nome do qual são aprovadas tais medidas.

Para além de Espanha, também na República Checa os anarquistas foram recentemente alvo de uma mega-operação policial chamada Operação Fénix. No dia 28 de Abril a Unidade Contra o Crime Organizado da Polícia Checa (UOOZ) assaltou dezenas de domicílios particulares e também alguns centros sociais anarquistas, detendo 11 pessoas para interrogatórios, das quais 6 foram acusadas de terrorismo (acusação que pode levar até 12 anos de prisão na República Checa) e 3 encontram-se ainda em prisão preventiva. Dentre as coisas confiscadas encontra-se um servidor onde esatavam alojava diversas páginas de colectivos anarquistas. Tal como em Espanha, também aqui a "imaginação" dos corpos policiais é a base das acusações contra estas 6 pessoas: pertença a um grupo organizado chamado Rede de Células Revolucionárias, o qual teria planeado atacar um comboio que transportava material militar. Pelas últimas informações reveladas toda esta operação está baseada no trabalho de polícias infiltrados, que tentaram persuadir alguns dos acusados a levar a cabo a acção de que agora os acusam de planear. Uma armadilha já velha à qual a polícia sempre recorre quando decide incutir o medo em grupos contestatários. Os anarquistas checos têm-se revelado cada vez mais activos nos últimos anos, tendo surgido diversos centros sociais e diversas iniciativas de carácter anti-autoritário por todo o país. Tal como em Espanha, também na República Checa parece evidente a necessidade da criação de inimigos internos com os quais a polícia se possa entreter e, de passagem, serem usados como troféus de caça para os media.

DESENHAR ATALHOS NO DESERTO

jornalmapa.pt

O **MAPA** é um jornal e um projecto de informação em papel e na Internet fundado em 2012 dedicado à publicação de

ASSINATURA SOLIDÁRIA:
(Portugal) 6 números _____ 20 neuros
(Europa) 6 números _____ 30 neuros
(resto do mundo) 6 números ___ 40 neuros

UM PROJECTO DE COMUNICAÇÃO NAS RUAS
JORNAL TRIMESTRAL DE INFORMAÇÃO CRÍTICA
ESPAÇO DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE CRISE

notícias, reportagens, investigações, ilustrações, factos e opiniões a partir de uma perspectiva livre e de claro incentivo à autonomia política, material e económica.

Está, portanto, longe da esfera de influência de partidos políticos ou grupos económicos de qualquer cor ou sabor.

Não é um coletivo de jornalistas, mas um coletivo que acredita nas potencialidades da informação crítica. Neste sentido tenta contribuir para a criação de uma alternativa consistente aos títulos de jornais, agências, organizações e canais de informação que dominam o espaço informativo em Portugal ligados, na sua maioria, a interesses políticos e económicos.

O **MAPA** é também uma ferramenta na divulgação das ideias que se desenvolvem em torno de lutas sociais, ambientais e económicas que nascem na sociedade portuguesa e no resto do mundo.

Nas suas páginas têm presença habitual temas como as transformações do território, seja o rural, hipotecado ao desenvolvimento da indústria turística ou da agro-indústria ou o espaço urbano como terreno de mercantilização da vida. Percorre frequentemente episódios da violência polícial sobre indivíduos e comunidades e do controlo do Estado sobre as pessoas. Dedica-se também à denúncia do jogo político e das máfias partidárias e debruça-se sobre as implicações ecológicas e sociais dos modelos energético e alimentar que hoje são impostos aos habitantes deste planeta.

O **MAPA** é um canal de comunicação mas também um território de resistência em tempos de guerra.

ASSINATURA NORMAL:
(Portugal) 6 números ____ 12.5€
(Europa) 6 números ____ 16.5€
(resto do mundo)6 números ___ 21 €

APOIA-NOS! FAZ UMA ASSINATURA EM:
ASSINATURAS.JORNALMAPA.PT

mapa 3 Anos de Informação Crítica

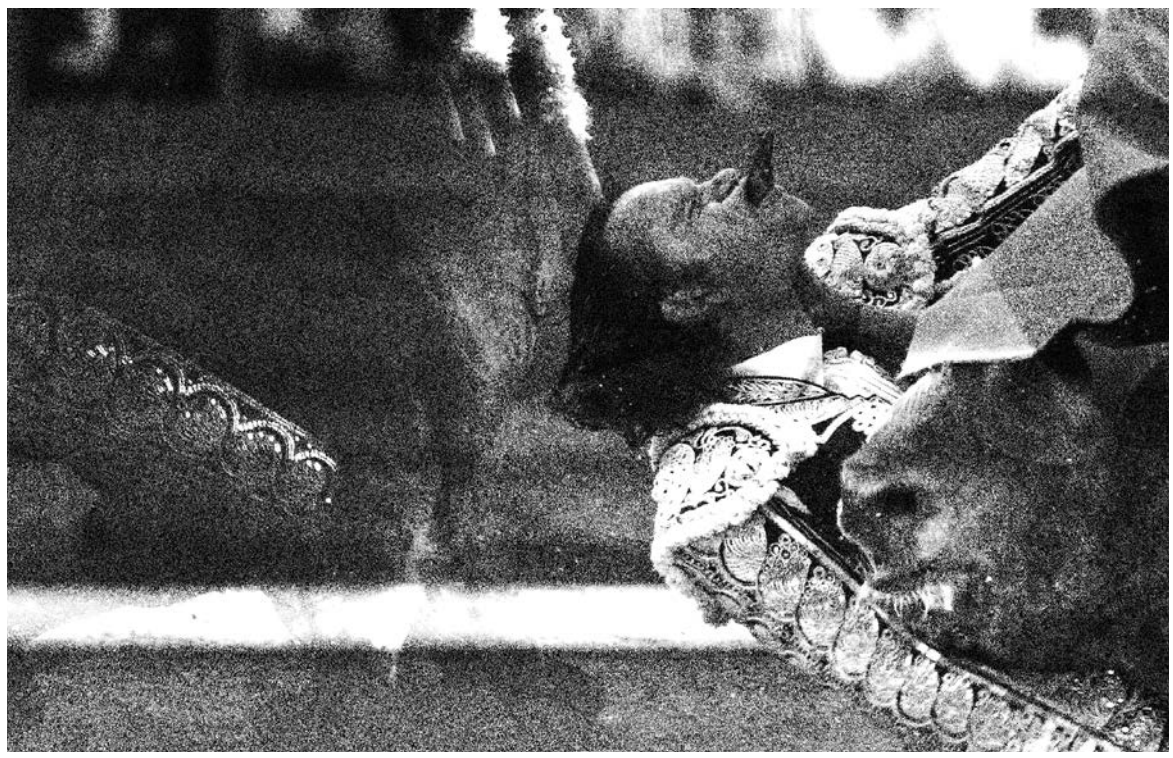
GERAL@JORNALMAPA.PT

FACEBOOK.COM/JORNALMAPA2012
TWITTER.COM/JORNALMAPA

O fim das touradas: uma semente para a revolução?

GRANADO DA SILVA
GRANADODASILVA@JORNALMAPA.PT

"A Ligação entre violência sobre pessoas e violência sobre animais está bem documentada na comunidade científica internacional. Na sua forma mais simples: A violência contra animais é um indicador de que o agressor se pode tornar violento contra pessoas, e vive versa. O abuso é abuso não interessa de que forma ou de quem é a vitima."[1]



O QUE REPRESENTA REALMENTE A TAUROMAQUIA?

Quando pensamos em touradas, a imagem mais comum é a violência na arena sofrida pelo touro. É sem dúvida o touro que acaba a sofrer mais, mas não é de forma alguma este o único animal a ser humilhado e torturado em prol dos aficionados. Se são os touros que todos os anos sofrem e morrem às centenas em nome da tradição, são também os cavalos a ser violentados, usados como autênticos "tanques" na arena. Aqui no entanto, vamos falar também de mais um animal vítima da tradição… Nós. Vamos falar de como a tradição das touradas nos afecta, como indivíduos numa sociedade entendida como livre e igualitária. Vamos falar das ramificações da tourada, do que representa e vive a Tradição Tauromáquica cujos aficionados defendem com declarado amor, esmero e violência.

Na Europa, Espanha, Inglaterra, Portugal e França são focos de um gradual ressurgimento da tauromaquia e, por arrasto, da classe que dela vive. Este ressurgimento não é fruto de um crescente interesse das populações na prática, mas sim resultado da cumplicidade e interesses partilhados por uma minoria que permeia as elites destes países e que crescentemente se imiscui nos processos de decisão política. Um cúmplice destacado neste processo é hoje tão-somente o Comissário do Ambiente e Energia na Comissão Europeia. Miguel Arias Cañete foi nomeado para o cargo em 2014, apesar de ser accionista em duas empresas de petróleo, meros meses após ter sido o cabeça-de-lista do PP espanhol ao Parlamento Europeu. No contexto da candidatura surgiu relacionado no caso "*sobresueldos*"(bónus), uma cabala para esconder dinheiros (300 mil euros) do seu partido. Cañete não chegou a este posto por acaso. Com um longo percurso no aparelho partidário do PP, entre 2011 e 2014 foi Ministro da Agricultura, Alimentação e Ambiente no governo de Mariano Rajoy, tendo antes, entre 2000 e 2004, sido Ministro da Agricultura e Pescas no último governo Aznar.

Cañete é cunhado por casamento do ganadeiro Juan Pedro Domecp (Ganadeiro de touro bravo para Lide e Cavalos). A sua ligação à tauromaquia manifesta-se ao longo da sua carreira política e governativa de forma clara. Em 2001, em defesa do interesse da nação (e seu e de sua mulher, filha dos marqueses de Valência e restante família tauromáquica), Cañete escusa-se do Conselho de Ministros que aprovava um decreto-lei preparado pelo seu ministério sobre apoios à raça bovina de lide (touros de arena). Nesse mesmo ano Rajoy delega-lhe a pasta de apoio ao sector taurino. Foi Cañete a forçar em Espanha a PAC (Política Agrícola Comum), que entre 2014 e 2020 pretende subsidiar com 47 mil milhões de euros o sector agro-pecuário, que em muito beneficiará a ganadaria. Sem surpresa, o seu nome apareceu relacionado com o branqueamento de capitais no mesmo sector (entre outras coisas, no fabrico de pensos para animais e criação de galinhas), estimado em 2 mil milhões de pesetas (cerca de 12 milhões de euros). É este o curriculum imaculado do actual Comissário do Ambiente e Energia da Comissão Europeia. Isto sim é uma tourada.

Voltando o olhar para Portugal, estima-se que 16 milhões de euros são disponibilizados directamente no apoio à tauromaquia. Porquê? As touradas desde os anos 80 estão em decadência. Nos últimos 10 anos o número de touradas e espectadores tem vindo a diminuir consistentemente[2] e sem o apoio de dinheiros públicos, não seriam as cerca de 60 praças permanentes – com uma média de 3 espectáculos por ano – que manteriam viva a tradição, ou que sustentariam a boa-vida das famílias destacadas da tauromaquia. Assim percebe-se melhor a necessidade de consolidar a tauromaquia, "um dos pilares da nação portuguesa", como um valor cultural, património nacional e internacional, a ser preservado ou, dito de outra forma, subsidiado.

"Neste momento, e mesmo para uma primeira figura, é difícil viver só de toiros… E quem disser o contrário, digo-lhe já que não é verdade!" [3]

À luz da crescente crise que vivemos, tendo em conta as dificuldades de agricultores e da população em geral em aceder a serviços essenciais como a saúde, com a falta de condições nas escolas, falta de apoio a cooperativas e grupos artísticos de teatro, dança, aos saberes tradicionais, a grupos e associações de apoio social, etc, o apoio à tauromaquia é de uma prepotência desumana.

Para além dos apoios directos, a União Europeia e o Estado português oferecem dinheiro a ganadeiros de outras formas, dinheiro esse que é frequentemente investido em indústrias paralelas e rentáveis: a criação de bovinos para a indústria agro-alimentar e de curtumes, a produção de cereais usados na confecção de rações ou o turismo rural. Com a desculpa de que sem as touradas os touros entrariam em extinção, os ganadeiros, entre outros apoios, recebem através da Associação de Agricultores e da Associação Portuguesa de Criadores de Toiros de Lide dinheiros abrangidos pela "Estratégia para a Conservação e melhoramento das Raças Autóctones". Enquanto para se proteger águias, lobos, ou o lince Ibérico, para citar apenas alguns animais selvagens ameaçados, é tantas vezes necessário depender da indústria privada – muitas vezes directamente responsável pelos riscos e destruição de ecossistemas que ameaça esses animais – face ao parco financiamento público para a sua protecção, é a indústria de exploração tauromáquica que, ironicamente, recebe dinheiros públicos, para "manter os toiros vivos".

Em 2010, a então Ministra da Cultura de Portugal, Gabriela Canavilhas (PS), criou uma secção especial dedicada às touradas no Concelho Nacional de Cultura. No âmbito do trabalho da mesma, os Tauromáquicos além do dinheiro que recebem, passam a poder ir a escolas preparatórias promover junto de crianças a sua tradição sanguinária, com os intrínsecos danos nocivos para o crescimento equilibrado de qualquer ser humano e que, numa sociedade em crescente fragilização, contribuem certamente para a normalização da violência, de comportamentos agressivos, nomeadamente para com outro seres humanos. Não faltam indícios disso mesmo. Em 2012, o toureiro Marcelo Mendes, investiu com o seu cavalo sobre manifestantes anti-tourada, na localidade de Torreira. Em 2014, um carro com forcados atropelou manifestantes na praia de Mira. A violência não é novidade entre elementos da tauromaquia. Em 2003 durante uma largada de vacas no concelho de Montemor, os forcados de Montemor provocaram cenas de pancadaria. Segundo o presidente da junta de Lavre, localidade onde se realizava a largada: *"Foram eles que provocaram tudo. São uns arruaceiros. Onde quer que vão armam violência e são protegidos por serem das famílias influentes da zona (…) Acho que já é tempo de serem punidos"*. Em 2009, o mesmo grupo envolveu-se em cenas violentas com seguranças da discoteca "Praxis" em Évora. Em 2011, vários focados envolvem-se em pancadaria nas bancadas do Campo Pequeno e no ano seguinte, forcados envolvem-se em desacatos na discoteca "Kapital" na Terceira. Em 2013 foi notícia uma rixa envolvendo forcados nas festas de Alcácer do Sal, que resultou numa agressão com arma branca. Ainda em 2013, o forcado Carlos Grave agrediu um socorrista da Cruz Vermelha no Campo Pequeno, por este ter fugido de um touro, enquanto socorria um outro forcado. Em 2013, em França, após quase dois anos sem manifestações, um grupo anti-touradas invadiu uma praça de touros em Rion-des-Landes. A reacção dos aficionados fez jus à violência cega da sua tradição e o resultado foram oito feridos. Um deles, em estado grave devido à brutalidade das agressões, teve de ser induzido a um estado de coma artificial. Já em 2011 uma acção com o mesmo objectivo tinha acabado em violência extrema. As imagens que correram as redes sociais são disso exemplo. Os aplausos que se ouvem quando o touro é torturado, são os mesmos que se ouvem enquanto cavaleiros, ganadeiros e aficionados agridem os manifestantes, indefesos, no meio da arena. O modo como a população de Barrancos defende o "Touro de Morte" e as agressões de que foram alvo alguns activistas, nas barbas da polícia, a facilidade com que se mudaram leis, para tornar legal a chacina que se repete em Barrancos todos os anos, deve preocupar qualquer pessoa vinculada com a ideia de uma sociedade justa. Depois de Barrancos, várias localidades exigem o mesmo direito a matar o Touro aos olhos do público. O caso das touradas em Viana do Castelo, município que se declarou anti-tourada, é um perfeito exemplo da arrogância dos tauromáquicos e do modo como encaram a vontade popular e seus representantes democráticos.

"O homem que mata animais hoje, é aquele que mata as pessoas que atrapalham o seu caminho amanhã"
Dian Fossey

A tradição de que origina a tourada reflecte (e deriva de) alguns dos piores elementos da história humana: a exploração do outro e do meio natural, a glorificação da guerra e do militarismo, o autoritarismo e perversidade de modelos de organização social que pressupõe a superioridade de uns, sobre a maioria dos outros. Na sua génese podem estar práticas ancestrais, mais ou menos disseminadas, mas cuja antiguidade e ritualização não podem esconder ou justificar a sua violência e crueldade. Essas práticas, gradualmente despidas com o passar do tempo, do seu carácter "mágico" ou espiritual, cristalizam-se em "espectáculos". Essa transição é visível através da história Europeia. Um elemento característico da vida da aristocracia europeia era o ócio,

O carácter elitista da indústria da tradição equestre e taurina fica bem patente nas pontes que estabelece com a caça e em particular com a caça à raposa. Em Portugal um dos principais grupos de caça "senhorial" é a Equipagem de Santo Huberto. Criada em 1950, por iniciativa de várias eminências, como Rogério de Silveira Macedo, a Condessa de Barcelona (mãe do anterior rei de Espanha D. Juan Carlos I), o Marquês da Graciosa, Fernando Espírito Santo Moniz Galvão, entre outros, tem como principal missão a promoção da Caça Real à Raposa, que pratica na sua propriedade. À compra de cães criados para o efeito, *"fox hounds"* de Inglaterra, seguiram-se os canis, construídos em Benavente em terrenos do Banco Espírito Santo, para esses e outros cães que viriam. Durante os primeiros 10 anos do grupo o seu "*Master"* foi também por alguns anos presidente da Sociedade Hípica Portuguesa. A história da caça real à raposa em Portugal tem raízes no início do século XIX, com as campanhas Napoleónicas peninsulares, durante a passagem por Portugal do 1º Duque de Wellington. Na Caça real à raposa são utilizados cerca de 30 a 50 cães. A época começa em Outubro com o treino da nova matilha, e dos cavalos, denominado *Clubbing*: até à época de abertura oficial da caça, em Novembro e Dezembro, mantêm-se as crias de raposa e os novos cães num espaço curto de mato, de forma a habituar os cães a perseguir o cheiro da raposa e manter as raposas nesse espaço até ao dia da caça. Este "desporto" é proibido por lei em inúmeros países Europeus o que cria uma oportunidade de negócio e turismo de elite em Portugal, apoiada pelo governo português

maligno, que os levava a buscar diversões: jogos e torneios vários, sendo um deles o "Torneio de Animais". Os primeiros confrontos nestes torneios consistiam em lutas entre cães, animais selvagens e touros. O "*bullfighting*" da aristocracia inglesa do século XV, perdura até hoje, como comprovado pelas fotos publicadas na internet pelo cavaleiro João Moura em 2014, onde se pode ver 5 cães atiçados a um vitelo, com a intenção de os publicitar para posterior venda. No século XVIII (que tanta nostalgia traz aos ganadeiros e cavaleiros) os "pretos" foram acrescentados aos animais que entravam na arena do "Circo de Animais". Em dias de festa brava, o racismo era alimentado a touros e escravos, como confirmado por uma notícia no Diário do Governo nº 232, de 1844, sobre uma tourada na cidade da Nazaré, onde se pode ler: "*…alguns homens pretos foram ali tratados com estrema barbaridade. (…) A maior parte dos membros da câmara sabia o que se praticava com estes infelizes nas praças de touros, onde eram tractados peior do que os animais"*. Esta forma de torneio, a "Tourada", enquadrava-se já nas vidas dos cavaleiros, permitindo o treino da equitação. Assim, a classe cavalheiresca começou ela própria a desafiar o touro sempre montada a cavalo, fazendo apresentações em celebrações e outros eventos. Casamentos reais, vitórias militares e acções religiosas eram assim "enobrecidos".

A história europeia fornece inúmeros exemplos destas práticas, como por exemplo durante a coroação de Afonso VII de Castela e Leão no contexto da qual muitos animais terão morrido, ao ponto de se começar a registar o número de touros mortos como medida da grandiosidade do evento. Mais tarde, já no século XVIII, este tipo de torneios ganha um novo âmbito, tornando-se também uma diversão para os trabalhadores das quintas dos senhores. Foi neste momento que se consolida a tourada a pé (Forcados). Segundo José Rodriguez (Pepete), toureiro do século XIX, "*grande parte destes novos participantes trabalham nos matadouros ou nas criações de gado dos senhores"*. A Tourada também conheceu resistência, tendo sido proibida por Papas e monarcas, mas quando Ferdinando VII ascende ao trono de Espanha, a actividade volta a crescer em popularidade.

Voltando ao presente, Viana do Castelo, depois de ser a primeira cidade do país a declarar-se anti-tourada, enfrenta uma guerra aberta, antidemocrática, por parte do "lobby" para forçar as touradas na cidade. A câmara local comprou a praça existente para a tornar, como centro de Ciência Viva, num espaço de real cultura. Os aficionados querem a praça de volta, e têm realizado touradas na periferia da cidade, utilizando uma praça móvel, montada em terrenos privados. Desta mesma prepotência – voltando também à questão dos apoios – existem dezenas de exemplos. Um pouco por todo o país, onde existem praças fixas, os tauromáquicos exigem dinheiros públicos para as renovar e museus para "*iluminar"* a sua cultura.

Cavaleiros e ganadeiros parecem desejar recuperar o lema do coliseu Romano: "Pão, (Deus) e Jogos". Hoje convertido em "Touros, (Fado) e Futebol", é sob esse lema, que a família tauromáquica se reúne e projecta planos para renovar a tradição. Foi num desses encontros que os aficionados das Caldas da Rainha divulgaram a intenção de reabrir o Museu Joaquim Alves. A Câmara Municipal guarda o espólio do museu, esperando por um local para o reabrir. Pedidos de museus tauromáquicos com dinheiros públicos ou apoios para os já existentes repetem-se por dezenas de cidades.

Esta atitude tem antecedentes que ajudam percebê-la. A arrogância de um grupo que se julga e sente melhor, a aristocracia, tem na classe tauromáquica um repositório e manifesta-se em atitudes e práticas. Muitos dos membros dessa classe, frequentemente oriundos de famílias "antigas" e mais ou menos endinheiradas, têm posições destacadas na comunidade que integram e consequente acesso ao poder político local, nacional e mesmo internacional. Isto ajuda a perceber a desproporcionalidade de representação dos interesses do que é efectivamente uma diminuta minoria. Isto por sua vez reflecte-se na acção de Juntas, Autarquias e do Estado.

Portugal, representado pela Liga portuguesa de Criadores e Proprietários de Cavalos de Corrida, que desde 2014 é membro da European & Mediterranean Horse Racing Federation, organiza várias corridas e promove sistemas de apostas *online*. Em 2004, o Ministério da Agricultura apresentou em Concelho de Ministros um diploma para facilitar a introdução do sistema de apostas em corridas de cavalos. A intenção era legalizar duas pistas no País, uma no Norte – a Maia rapidamente se colocou na linha da frente – outra no Sul, grande parte pago com dinheiros públicos.

O ESTADO, AO SERVIÇO DAS ELITES, COMO CRIADOR DE ANIMAIS PARA LIDE?

Em 1908 a Ganadaria Real portuguesa enviou touros para lide na Cidade Real, em Espanha. Este foi o relato da ganadaria: *"Seis catedrais! Nunca algum toureiro ou algum aficionado vira touros mais monstruosos. Deixaram 16 cavalos no chão"*. A ganadaria criou touros a partir de vacas da família Vitorino Avelar Fróis, cobertas por animais de Infante da Câmara e outros criadores. Cem anos mais tarde as proclamações são menos bombásticas, mas o Estado português é criador de cavalos, muitos dos quais são vendidos, para procriação, para os desportos equestres ou para fins militares através da Coudelaria de Alter. Hoje integrada na Companhia das Lezírias SA, nos seus 800 hectares murados coexistem com o espólio equino da Coudelaria Nacional, do Alter e das Lezírias. Tem como missão expressa, em regime de serviço público, "a preservação do património genético animal da raça lusitana, quer na linha genética da Coudelaria Nacional, quer na linha Alter Real". Curiosamente, em 2004, a Companhia das Lezírias (a maior exploração florestal e agro-pecuária do país),esteve para ser privatizada por Durão Barroso. Em 2014, a Ministra Assunção Cristas recusou a privatização da companhia e acrescentou: "*Vamos potencializar o turismo equestre que é uma área de elevado potencial de desenvolvimento no nosso país"*. Nesse âmbito, insere-se ainda a EPAE (Escola Portuguesa de Arte Equestre), que trabalha em estreita ligação com a Coudelaria do Alter. Fundada em 1979 e desde 2012 gerida pela Parques de Sintra-Monte da Lua SA, uma empresa pública fundada em 2000 para gerir a paisagem cultural de Sintra. A EPAE tem como função expressa "o ensino, a prática e a divulgação da Arte Equestre tradicional portuguesa" dando sequência ao "ensinamento e tradição" da academia equestre da Corte do século XVIII, a Real Picaria. Então como agora, o "ensinamento e tradição" estão intimamente ligados ao toureio equestre.

Assim, a preservação da "nobre" arte equestre, com o toureio no seu cerne, passou das mãos da Coroa para as do Estado. As rédeas, essas, estiveram sempre nas mesmas mãos, as da "Corte" montada em torno do que não deixa de ser uma indústria, que, bem subsidiada, mantém e gere vastas propriedades e negócios decorrentes. Basta ver que da Corte de então à de agora, muitos apelidos se mantêm para perceber que, despidos de títulos, muitos encontraram na "tradição" um veículo e sustentáculo de poder e influência.

A Quinta do Castilho por exemplo, pertence à família Infante da Câmara, que tem orgulhosamente como antepassado Nuno Tristão, um explorador e pioneiro, em meados do século XV, da venda de escravos pelos portugueses. Mais tarde, D. Emílio Ornelas Infante da Câmara, o então patriarca da família, foi uma das figuras proeminentes da agricultura ribatejana oitocentista, onde o Liberalismo assistiu à criação de uma burguesia agrária, naturalmente ligada à prática equestre. A quinta construída em 1914 durante a 1ª República tem hoje, entre outros serviços, espaços para eventos sociais. Uma das actividades de dinâmica de grupo é uma praça de touros onde se *"pode assistir a uma demonstração do que é uma verdadeira corrida de toiros ou de cavalos puros Lusitanos"*. Foi a família Infante da Câmara que inaugurou a praça de touros do Campo Pequeno, estando presente no seu Centenário em 1992.

Neste esboço, é possível começar a perceber que, ofuscadas pelo discurso simplista acerca de tradição, estão tensões antigas e relações de poder que em grande medida se mantêm. Está também um historial de exploração humana e animal. Esse discurso é usado pelas elites que dele beneficiam para justificar a instrumentalização de recurso e dinheiro público para beneficiar o que é na realidade um negócio. Frequentemente, os nobres de ontem são os defensores da tradição de hoje. Um pouco por toda a Europa do sul e em Inglaterra há "Cañetes" que em cargos mais ou menos elevados, favorecem os interesses da minoria a que pertencem. A "nobreza" das lides viveu e vive da pobreza das gentes, tanto quanto do sofrimento dos animais e portanto quando falamos de tauromaquia, não falamos apenas do triste espectáculo da arena, mas de toda uma realidade social, com raízes no latifúndio, na exploração e opressão. E ao combatê-la lutamos não só pelos animais, mas pelas gentes e em geral por um mundo um pouco mais justo e um pouco menos cruel.

Na Europa, Espanha, Inglaterra, Portugal e França são focos de um gradual ressurgimento da tauromaquia e, por arrasto, da classe que dela vive. Este ressurgimento não é fruto de um crescente interesse das populações na prática, mas sim resultado da cumplicidade e interesses partilhados por uma minoria que permeia as elites destes países e que crescentemente se imiscui nos processos de decisão política.

/// NOTAS

1 Understanding the Link between Violence to Animals and People: A Guidebook for Criminal Justice Professionals. NDAA (National District Attorneys Association) (2014).

2 IGAC relatório da actividade tauromáquica Luís Rouxinol, Naturales – correio da tauromaquia ibérica, 2012.

3 Luís Rouxinol, Naturales – correio da tauromaquia ibérica, 2012.

Tudo se vende, tudo se compra, na feira da vandoma!

DR. URÂNIO

*horizontes galácticos#marsupiais voadores#enciclopédias quinhentistas#planetas exóticos#amantes amnésicos#apocalipses venais#encantadores de lombrigas#rochas fundentes,#obstetrícia subterrânea,#caras de pau #contrabando de afectos #armas insólitas#ornamentos de bolor#o mel da mosca #o núcleo da terra, # água fecal #o Pudim de tao#um cu de cera #uma unha de matusalém# O rabo de um boi#A dentadura d'Amália#O Pó da lua#Paris num vidro#batom para o cio#ranho de classe#Açúcar de elefante#O amor de uma mãe.

Uma balada de R.P.Neto, Poeta & Fraude.

R.P.NETO
PORTO, FONTAINHAS, DIA SEIS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E QUINZE

I.

"-Imagina que eras uma mosca e tinhas consciência que eras uma mosca, não ficavas fodido com Deus?

in "Conversas da vandoma"

Era noite, princípio de século, eu mudava-me para as Fontainhas. O Porto estava de ressaca, a contas com a cultura e havia um novo Presidente. O nevoeiro, vindo do mar, lavrou pelo rio e engoliu a cidade, a humidade caía como um lençol sobre as telhas cariadas. As Fontainhas pareciam um estaleiro depois de sucessivas demolições que rasgaram o bairro para abrir caminho à nova ponte. Havia ruínas por todo o lado. Chapas de zinco dividiam a alameda, a lama pegava-se às botas. Por causa das obras de requalificação a feira da vandoma mudara de sítio e durante algum tempo não se soube se iria voltar.

O bairro tinha má fama. Recordo que a minha mãe torceu o nariz quando lhe disse onde tinha arranjado um quarto para morar. Ela não conhecia o Porto, muito menos este sítio. Por essa altura dava aulas na cadeia da Guarda, cidade onde nasci, e muitas das suas alunas eram das Fontainhas, condenadas por pequenos crimes relacionados com o tráfico de droga. Alias, grande parte dos meus amigos do Porto tinha medo de se aventurar pela zona. Frequentavam-na nas manhãs de feira e na noite de São João, abrigados pela multidão e nunca pelas vielas labirínticas que ligam as entradas das ilhas umas às outras. A verdade não correspondia à fama. Havia pequenos esquemas de sobrevivência como luz roubada a um poste , vendia-se droga mas não enriquecia ninguém, por vezes surtos de violência ecoavam nas paredes, quase sempre disputas familiares. De resto, era só mais um bairro de gente pacata à procura de sobreviver, com os meios que dispunha, numa das zonas mais pobres da cidade do Porto.

A ponte do Infante estava longe de estar acabada. Nas margens do rio, ancoradas às escarpas de granito, duas plataformas desafiavam o vazio num jogo de contração, balanço e vertigem. No pacote de obras públicas que, a cavalo da capital europeia da cultura 2001, para sempre alterariam o mapa social do Porto, a ponte do Infante foi talvez uma das mais importantes: possibilitou a ligação de Metro entre a cidade Invicta e cidade de Vila Nova de Gaia por troca de valências com a ponte Dom Luís. O custo social foi a destruição de parte do bairro das Fontainhas, para construir os acessos à ponte por onde viria a passar todo o tráfego rodoviário proveniente da outra margem em direcção ao centro do Porto.

O sacrifício de uma parte da população com a desculpa do bem público é assunto que me é caro. No Meimão, aldeia do meu Pai que fica na Serra da Malcata, a construção de uma barragem inundou os melhores terrenos que havia para a agricultura. Esta encontra-se a jusante da aldeia e a sua água serve para regar os latifúndios da cova da beira, 40 km a sul, enquanto o Meimão muitas vezes se vê confrontado com a seca e sem acesso a ela. A negociação das indemnizações foi uma fraude. A população analfabeta, de parcos recursos e dividida, pouco pôde regatear contra os interesses da nação e de um grupo de latifundiários com ligações ao governo. Sem armas e educada na resignação, acabou por aceitar os centavos que lhe foram atirados. Deus vela pelos pobres.

Quando cheguei ao bairro todo este processo já ia adiantado. No muro da alameda, sobre tinta roída, lia-se num grafitî: **"Abaixo a ponte, viva a feira da vandoma!"** Esse ano não houve a tradicional Festa São João das Fontainhas e nos anos que se seguiram, tanto a festa como a feira entrariam em declínio. A ponte, essa, foi inaugurada por um cidadão anónimo, muito antes de automóveis e peões conseguirem efectuar a travessia: Era manhã, princípio de século, pela calçada subia um grupo de bombeiros, os vizinhos assomaram-se. Perguntei o que se passava e alguém falou. Durante a noite, num carro ali parado, um jovem discutira com pai. Repentinamente o rapaz fugira, desatando a correr pelo tabuleiro sem que o segurança da obra lhe conseguisse botar a mão. Lançou-se ao vazio. O corpo não chegou à agua e rebentou contra as rochas, junto à margem do rio Douro. Progresso, a palavra fetiche dos governantes, nem sempre é sinónimo de futuro.

II.

"-No IKEA, só vendem mobílias para paredes direitas."

in "Conversas da vandoma"

Na escarpa que vai da Avenida Gustavo Eifell até à Rua do Sol, alvéolos de casas escalam o morro num exercício de engenho e improviso. Onde não há casas há esqueletos de casas, trepadeiras que se agarram à pedra e vingam sem derrota, e há abandono, muito abandono, culpa da Câmara e das suas políticas. Da totalidade das casas que outrora aqui havia resta um terço, muitas delas devolutas. Lembro-me que, a seguir à derrocada do bairro da Tapada (o conjunto de casas que ficava na zona ocidental das Fontainhas) ouviram-se queixas da população contra a inacção da Câmara, que, sabida e avisada do problema de segurança nos muros que suportavam a base do bairro, nada fez para evitar a tragédia. Se há milagres este foi um: entre as cinquenta famílias afectadas pelo aluimento não houve uma morte. Na altura do drama não havia ninguém em casa, estariam todos a trabalhar. Milagre, estranha palavra para descrever uma tragédia que deixou cinquenta famílias, cerca de duzentas pessoas, sem casa de um dia para o outro porque Câmara e Junta foram incompetentes, ou porque outros interesses as impediram de fazer o que era a sua obrigação.

Quem conhece as Fontainhas sabe das virtudes da sua localização. Fica no centro histórico, recatada da agitação da baixa, com vistas para o rio e para a serra do pilar. O sector imobiliário desde há muito que tem interesse por esta zona. O assédio começou quando as Fontainhas ficaram fora do processo de candidatura da zona histórica a património mundial. A sua inclusão obrigaria à manutenção das fachadas e dificultaria a alteração da planta do bairro, caso contrário o título seria revogado. Com a exclusão abriu-se o caminho do reordenamento. Meses a seguir à derrocada no bairro da tapada, na zona desalojada, apareceram funcionários da Câmara que, sem notificar senhorios, demoliram os telhados que tinham sobrevivido intactos à tragédia. Não se prestaram a mais nenhum trabalho de limpeza ou remoção, deixando todo o entulho no sitio, o que

aumentou a insalubridade do bairro e trouxe mais um foco de insegurança àqueles que decidiram ficar. As demolições continuaram nos anos seguintes. Houve uma altura em que parecia que toda a parte das Fontainhas que se ergue na escarpa viria abaixo pela mão da Câmara. A zona ribeirinha foi arrasada sem uma justificação. A estratégia era a mesma, demolia-se e deixava-se o entulho. A Câmara, pressionada, voltou a falar em falta de condições de segurança, em insalubridade, enquanto noutra capela um gabinete de arquitectos próximo do executivo ganhava um "concurso de ideias para a requalificação da Frente Ribeirinha do Porto, que contemplava a construção de um conjunto habitacional de luxo na escarpa"[1]. O negócio é uma arte antiga e no Porto as putas são velhas.

Aqueles que mais sofrem nestes jogos de poder são os que menos têm a ver com o que se aposta na roleta de um casino. Aos desalojados foi-lhes prometido voltar, promessas levadas na corrente do rio. Alentaram-se ânimos com a construção do edifício da Cooperativa S. João das Fontainhas, na descida da Rua do Sol, mas cedo se percebeu que os apartamentos de luxo estariam acima das possibilidades dos moradores e acabariam nas mãos de gente de outra condição. Salvo talvez alguma família realojada no bairro de habitação social que se construiu atrás da Rua de São Victor, todos os que dependeram da Câmara para não ficar no olho da rua foram parar aos bairros camarários da periferia. Bairros que parecem prisões, de blocos uniformizados, fáceis de patrulhar. Bairros que têm um fraco acesso à rede de transportes públicos, especialmente ao transporte nocturno, para que a juventude marginalizada que ali se cria não venha ao centro estragar a festa aos filhos privilegiados do burgo. Bairros cujo único futuro que oferecem é mais exclusão social. Em 2013 houve mais uma derrocada seguida de demolição nas Fontainhas. Aos moradores do Bairro do Nicolau, desalojados à força por funcionários da Câmara e agentes da Polícia de Segurança Pública, foi-lhes oferecido um apartamento "reabilitado e pronto a habitar"[2] no Bairro do Cerco, o sitio para onde a Câmara pretende agora mudar a feira da vandoma. Os moradores recusaram-se até ao fim, preferindo uma habitação "degradada e insalubre" a ter que ir para uma casa por estrear no Cerco. Só isto devia deitar por terra as desculpas daqueles que defendem que a Câmara se preocupa com o bem-estar e segurança destes moradores. Não caíram as desculpas, caíram as casas.

A história da feira da vandoma é a história do bairro das Fontainhas, ligadas pela sua condição e sorte. Após o primeiro desterro causado pelas obras de requalificação da Alameda, ao voltar às Fontainhas, a Câmara Municipal do Porto introduziu o sistema das licenças e lugares marcados, com um número limitado de postos de venda. Antes e durante a sua estadia na praça da cadeia da relação, a feira dispunha apenas de um regulamento. O que a Câmara fez foi criar duas classes de vendedores, os legais e os ilegais. Impossibilitados de vender dentro do perímetro imposto, os vendedores ilegais começaram a vender onde lhes era possível, espalhando as mantas pelo bairro. A Câmara ainda ensaiou algumas medidas de repressão, impedindo, através da multa, que os ilegais assentassem manta. Mas a arquitetura de Medina do bairro permite o jogo do rato e do gato e a venda ilegal prosseguiu. A segunda tentativa de controlo foi a abertura da Calçada da Corticeira aos que não tinham licença. A Calçada é uma via íngreme que liga o rio à alameda. A venda na feira só era permitida depois das 5 da manhã, e os ilegais só eram autorizados a entrar na calçada depois dessa hora. Quem por lá passasse, antes da feira começar, veria como os ilegais se acotovelavam atrás do cordão, à procura de se chegarem mais à frente para poderem ficar com os lugares cimeiros, evitando ser relegados para o fundo da calçada à beira rio. Eram frequentes as zaragatas. As pessoas, quando são tratadas como bestas, portam-se como bestas.

> "A higienização de um espaço através da arte, da cultura, da arquitectura, em vista a conformá-lo à moral dominante, que nos dias que corre é a moral capitalista, a moral burguesa, está a acontecer aqui na alameda."

Com o chegar da crise as demolições pararam e a feira triplicou de tamanho. Sem dinheiro para construir, os projectos voltaram para a gaveta. Sem dinheiro para se governarem muitas pessoas vieram à feira vender os seus bens, outras mais vieram tentar esticar o magro orçamento de que dispunham para comprar bens essenciais como uma peça de roupa, uma lâmpada, um brinquedo. Um sinal de como os tempos não eram de brincadeira foi o facto de se começar a ver a venda de alimentos na feira. Toda a gente tem necessidade de comer. Com a inconsequência das medidas de repressão a Câmara não quis responsabilizar-se por procurar outra solução, como o encerramento do trânsito no recinto e na área envolvente, ou a abertura à venda da parte oriental da Alameda. As queixas começaram a ouvir-se. Os vendedores licenciados queixaram-se dos ilegais, porque viram a concorrência aumentar. Os vizinhos queixaram-se dos vendedores, do barulho, do lixo e da ocupação. Muitas destas queixas vieram do edifício da Cooperativa S. João das Fontainhas. Gente de outra condição, acabada de chegar ao bairro e que não está disposta a ter os acessos à garagem bloqueados por mantas e pechisbeques.

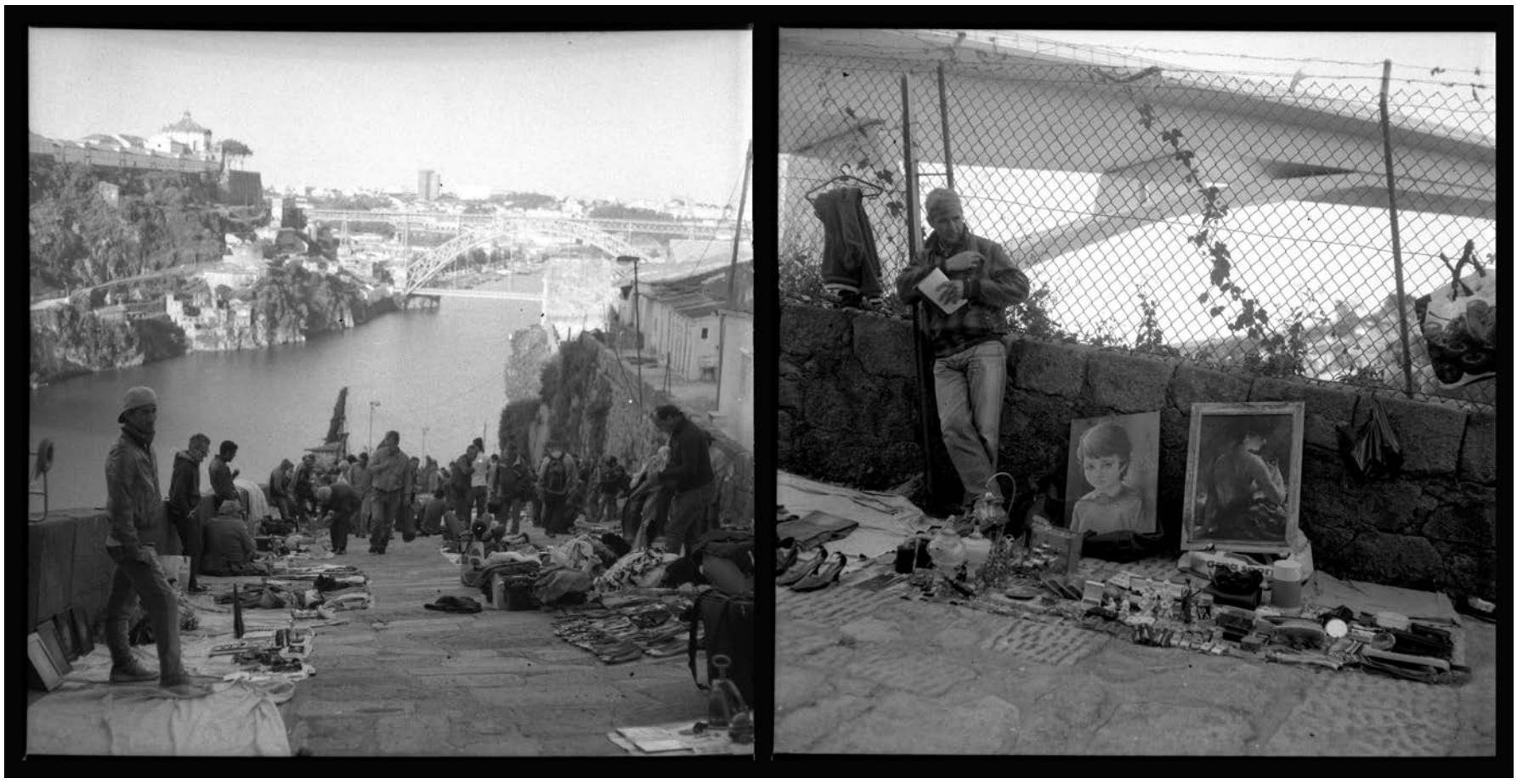
III

"-As focas são as sereias dos cães."
in "Conversas da vandoma"

É Sábado, fim de manhã, dia de feira, a última anunciada. Passaram-se onze anos desde que me mudei das Fontainhas. O Porto está de farra, a contas com o turismo e há um novo Presidente. Gostava que a vandoma, depois do São João voltasse para aqui, eu e muitos portuenses achamos que é o melhor sítio para ela. Gostava que aqueles que aqui nasceram ou que para aqui se mudaram não tivessem que sair só porque a sua condição social não lhes permite permanecer. O processo de remapeamento demográfico a que agora chamam gentrificação, e que não é mais que velho capitalismo, chegou às Fontainhas. A higienização de um espaço através da arte, da cultura, da arquitectura, em vista a conformá-lo à moral dominante, que nos dias que corre é a moral capitalista, a moral burguesa, está a acontecer aqui na alameda. A instalação de um palco do festival Primavera Sound, a requalificação de casas em albergues de turistas, a limpeza dos grafitís, são a evidência disso. Lá em baixo, à beira rio, começou a construção de um hotel de luxo. As vistas são belas e para se ter o belo tem que se ter cheia a bolsa.

Sei que a memória é feita de esquecimento, sei que é perigoso fiar-se dela, sei que nada foi como nós nos lembramos que foi. Fito o mural que a Câmara encomendou para o sítio onde um dia alguém exclamou em tinta barata: **"Abaixo a ponte, viva a feira da vandoma!"** e vejo um Porto idealizado que desafia o vazio num jogo de contração, balanço e vertigem, ancorado entre duas escarpas de granito. Vejo um rapaz que um dia se fartou do mundo e se lançou nesse vazio. Vejo as gaivotas, voando, indiferentes ao abismo, e pergunto-me se tudo isto aconteceu, se tudo isto não será só uma fabulação da mente. Neste tempo que um Porto se vai apagando para dar lugar a outro Porto, o nevoeiro lavra agora pela minha cabeça engolindo memórias e fantasias, deixando-me apenas com uma voz que deve ser igual à que se ouve nos sonhos.*[3]

/// NOTAS
1 http://goo.gl/dsn6l7
2 http://goo.gl/8g7csw
3 https://goo.gl/OtCN4Q



FREDERICO LOBO

Felizmente continua a haver luar!

JORGE VALADAS
JUNHO 2015

Era uma vez, uma manhã muito cedo, numa sala de espera de um aeroporto do sul. Eu procurava um jornal do dia. A menina da loja propôs-me o único que tinha acabado de chegar. Uma coisa com o nome de *Jornal de Negócios*. Como é que eu posso ler um jornal com aquele nome? E não é que, na primeira página do pasquim, uma foto me atrai a atenção? A Mariana Mortágua em entrevista! Comprei! E li as duas ou três páginas da entrevista, com umas púdicas fotos *glamour* da deputada da extrema-esquerda à mistura. A Mariana Mortágua é uma mulher inteligente. Diz muitas coisas justas, bem ditas, fala dos bancos, da fusão entre o sistema financeiro e o mundo político. Enfim, fala do único país no mundo onde, apesar de Fátima, o espírito santo foi à falência! Ela fala pouco de capitalismo, provavelmente para não molestar os clientes do *Negócio* que são alérgicos a palavras feias, explica que não há que se fixar no Salgado, que não é uma questão de indivíduos, que o problema é o sistema. Tenho de reconhecer que, no pequeno país, palavras destas são raras e trazem um ar fresco agradável. No fim da leitura fica uma ideia central na qual a Mariana Mortágua acredita. A possibilidade de controlar o sistema, o mundo do lucro, de o regular, de o tornar mais justo e mais humano. Um erro que pode ser comprovado pelo movimento da História e a evolução das sociedades. O capitalismo não pode ser regulado, é um sistema desequilibrado, instável, violento. Tal é a sua dinâmica e ele nunca poderá vir a ser um sistema humano. Podemos recusá-lo, lutar contra ele e, em situações históricas particulares, participar da sua subversão. A única força que podemos pretender controlar é a da nossa própria actividade colectiva contra o sistema. A partir daí outros possíveis se abrirão. Mas acreditar que um grupo, um partido, pode influenciar as forças complexas e potentes do capitalismo, afim de modificar a sua natureza, é uma ilusão voluntarista, que se paga caro. Não há volta a dar-lhe e acaba por ser o sistema que dá a volta aos que entram nas instituições com ilusões. Como observamos hoje na Grécia. E se aqui ao lado ainda há dúvidas é justamente porque o motor de *Podemos* é ainda alimentado, e em parte controlado, pela energia e pela dinâmica de um movimento colectivo que revindica princípios horizontais e de democracia de base.

MIGUEL CARNEIRO

Mas por que razão, com que objectivo, a Mariana Mortágua anda a falar com esta gente dos negócios? Obviamente, são as necessidades da política que o explicam, a necessidade de ser reconhecida por eles como alguém sério e responsável, provar que possui os atributos que o famigerado sistema exige para fazer política no quadro que é imposto e que ela e os seus amigos aceitam. Há também a necessidade de justificar o seu trabalho de política junto dos seus eleitores. E, do outro lado da mesa, porque razão os homens dos negócios se interessam pela Mariana Mortágua? Diria eu que, paradoxalmente, também eles partilham esta mesma ideia da utopia invertida, de um bom capitalismo, justo. O que ela diz acaba por lhes servir de boa consciência a eles, eles que, no fundo, sabem que só pode ser assim e que nada mudará.

E depois, há o poder da comunicação social. Dizia um conhecedor que no meio de comunicação social a mensagem é o meio de comunicação social. Isto é, não há ali conteúdo separado da forma, e a forma do meio de comunicação social é, por si mesmo, o conteúdo do que é dito, escrito, que orienta, impõe as regras e os limites, canaliza, manipula. Falámos do *Podemos*. Para ilustrar a vivacidade e a vigilância que anima a base do partido, aqui deixo uma citação de um texto de uma amiga que, num dos blogues do movimento, discute justamente o papel da comunicação social na vida política: «*agentes políticos de primeiro plano que impõem a ordem dos trabalhos e a hierarquia dos temas; que põem o selo da verdade em certos acontecimentos e negam a existência de outros; que dão voz a quem consideram relevante, enquanto condenam outros ao silêncio, construindo assim a realidade que nos é oferecida, o desenho imaginário do mundo em que vivemos.*»

Descolagem, as nuvens, o céu azul infinito, e esqueço o *Jornal de Negócios*.

O regresso à terra firme nem sempre é agradável. O exército francês está à nossa espera para nos proteger. É o que

dizem! Patrulha os lugares públicos, agora também as ruas e praças, há escolas protegidas pelos paraquedistas, e o governo socialista acaba de aprovar a sua terceira lei antiterrorista em poucos anos. A última é uma imitação do «Patriot Act» que o governo americano aprovou logo após o 11 de Setembro. Como diz Henri Leclerc, um respeitável advogado humanista, é uma «**lei Frankestein**», uma lei onde o Estado até reconhece a necessidade de utilizar medidas ilegais para se proteger! «**Trata-se de uma lei antiterrorista disfarçada, mas também de um texto sobre a manutenção da ordem em geral**». Uma lei que penaliza todas as oposições contra as instituições existentes. Anarquistas, trotskistas, ecologistas e outros inimigos, ou simples agnósticos, da ordem social actual, vão ser tão bem servidos como os raros *jihadistas* de serviço… Entre as medidas concretas fala-se de um algoritmo que permitirá detectar, nas redes telefónicas, o que estes aprendizes de feiticeiros chamam os «sinais fracos», ou «sinais anunciadores» de actos que poderão vir a ser… Estamos submetidos ao condicional hipotético. O velho Estado de Direito da democracia da avó vai, pouco a pouco, sendo substituído por um agressivo Estado de Excepção. É a democracia de terror da época do terrorismo. De repente, volto a ruminar naquela pretensão de querer controlar o sistema capitalista! Quem, e como, vai controlar estas máquinas de terror que nos controlam, este Estado de Excepção que se instala? Como todos, este governo socialista francês governa com o discurso do medo, o medo é o seu único programa. Medo que a situação possa ser ainda pior, medo da extrema-direita, medo dos terroristas-…E o medo espalha-se, cria monstros e submissão. O cartune de El Roto no *El País* diz tudo, «*Tenho tanto medo que me escondi e nunca mais me encontrei*». Assim estão os cidadãos da democracia parlamentarautoritária moderna, escondidos e perdidos de si próprios. E é o medo que dá o poder à política, aos políticos.

Desde a manipulação do «Somos todos Charlie», quando o ministério do interior francês fez desfilar centenas de milhares de pessoas atrás de um grupo internacional de grandes criminosos de guerra, as coisas têm vindo a piorar. Como se esperava… É sabido, os socialistas adoram as guerras! O massacre da primeira Grande Guerra foi a estreia deles na matéria. Depois, para continuar a falar do caso francês, tivemos a Indochina, a guerra da Argélia, as duas guerras do Golfo e agora diversas intervenções militares. Dez mil soldados franceses estão hoje em operações no exterior (o segundo maior contingente após os americanos), aviões, navios e porta-aviões estão em acção, bombardeiam, matam e destroem, para bem da democracia. Em África, as tropas francesas levam a promessa de civilização, começando por violar as crianças. Não há-de ser nada, tudo será abafado. Toda esta actividade de terror, não é terrorismo, já se vê! Porque são os que produzem terror que decretam o que é, e o que não é, terror! Assim, espetar um avião numa montanha e matar 150 pessoas é apenas uma coisa «inconcebível», quando sabotar uma máquina de obras num túnel ferroviário em construção no Val de Suza em Italia já é terrorismo. O conceito é extremamente elástico e pouco rigoroso. E se por acaso há falta momentânea de *jihadistas*, sempre há a possibilidade de tirar da manga os suspeitos que foram postos de reserva. Para variar o cardápio, volta-se hoje aos jovens de Tarnac e da *Insurreição que Vem*. Os quais, após muita expectativa, vão finalmente ser julgados por terrorismo num processo muito mal alinhavado. Porque a polícia secreta não gosta de perder a face e o governo obedece. E um governo socialista obedece ainda mais depressa e melhor.

Mas os socialistas adoram também vender armas, actividade de terror anexa. O caixeiro viajante Hollande vende aviões de morte e bombas a quem quer comprar. Actividade, diz ele, que é o sinal da retoma da economia. Enfim, o homem tem os seus limites intelectuais mas a ideia parece entusiasmá-lo. Entretanto, o desemprego continua a aumentar, os serviços públicos continuam a ser desmantelados, os pobres a empobrecer e os ricos a enriquecer, a corrupção a propagar-se, a sociedade a decompor-se, a parvoíce irracional a alastrar.

De Baltimore, chegam-me umas reflexões sobre as revoltas na cidade que se estenderam depois a outros centro urbanos dos Estados Unidos após o assassinato do jovem Freddie Gray pela polícia local. Nos dias que correm, a sociedade norte americana parece vigilante e motivada e a recente série de assassinatos de jovens negros provocou uma revolta maciça. O facto novo é a fractura na chamada «comunidade negra». Diz o meu amigo : «**Ao contrário do que se passou em Ferguson, onde assistimos a uma revolta contra um grupo dirigente predominantemente branco, em Baltimore estamos perante um grupo dirigente negro bem instalado nas instituições, consciente do seu poder e que governa a cidade e a polícia há décadas. Poder-se-á dizer que a revolta em Baltimore foi a primeira revolta importante recente contra esta liderança e é um sinal positivo que muitos dos manifestantes manifestem uma clara consciência do vazio e falsidade desta casta política negra**». Isto é, são revoltas que mostram concretamente que a imagem da chamada «comunidade negra» é falsa, não corresponde à realidade. Como o confirmam os estudos recentes. Se a burguesia negra tem vindo a aproximar-se dos níveis de rendimento da burguesia e classes médias brancas, o empobrecimento da grande massa dos negros americanos nunca foi tão rápido e tão violento como durante os anos da administração Obama. O que só pode parecer contraditório para os ingénuos empedernidos. Pelo contrário, é esta evolução que caracteriza o chamado «fenómeno Obama». Estas revoltas mostram também que os efeitos do movimento *Occupy* são duradouros. Primeiro porque o *Occupy* deixou no plano nacional uma rede de ligações, contactos e referências que reaparecem ao primeiro acto de rebeldia. Mas também porque a participação importante de jovens brancos nas manifestações e nas acções prova uma clara mobilização inter-racial nos sectores menos alienados da juventude norte americana.

A comemoração do 25 Abril é uma chatice sem fim. Pior do que um fado, é um folhetim. Uma trapalhada que continua a vender gato por lebre, a festejar o 25 Novembro com a máscara do 25 Abril. O engano, a confusão, continuam a ser destilados por tudo o que é gente de cultura, já que os políticos estão desvalorizados para o fazer. Nos últimos tempos, tivemos por terras de França a presença muito falada da escritora Lídia Jorge, que veio apresentar a tradução do seu livro *Os Memoráveis*. Numa entrevista para a revista *La Quinzaine Littéraire*, Lídia Jorge diz que escreveu o livro para os jovens que têm tendência a esquecer mas também para lembrar que o país vive uma situação de injustiça que é, em parte, o resultado de quarenta anos de «**democracia imperfeita e medíocre**». Bom, já se ouviu pior, mas a escritora também nos tinha habituado a melhor… O facto é que a frequentação da política limita a imaginação e não é coisa muito salutar para a criação. De repente, Lídia Jorge levanta uma questão. «**É difícil aceitar a ideia que a democracia traiu a utopia**». Ignoro a que utopia se refere, duvido que se trate da das ocupações de terras, das casas, das fábricas, da autogestão, do «apartidarismo» e do desejo de uma outra vida nos anos 1974-75. No que diz respeito a democracia, imagino que ela se refira à do 25 Novembro, a dos soares, dos cavacos, do BES, da corrupção arrogante das elites e castas políticas, dos salgados, dos moedas, dos sócrates, dos cheques dos submarinos. Pois claro, a questão está mal posta! A democracia e a utopia são dois conceitos antinómicos. E depois, não houve traição, houve sim concretização do projecto democrata. Era isto mesmo que estava programado, não há nada a acrescentar nem a lamentar. Houve uns desvios, uns abusos, mas, no essencial, a democracia representativa é mesmo isto. Não se lhe conhece melhor rosto e ela só se reforma para se tornar mais autoritária e menos humana, mais violenta. E é por isso mesmo que o pessoal já não quer ouvir falar destas comemorações, datas, capitães, cravos e outros objectos decorativos… Há uma *overdose*, só que esta gente ainda não se apercebeu. Ao contrário do que escreve a Lídia Jorge, nada está esquecido, nem na juventude nem na velhice, está só congelado, posto de lado. Esperando dias melhores. Até lá, lembremo-nos o que escrevia o Alexandre O'Neill na *Feira Cabisbaixa*, «*ó Portugal, se fosses só três sílabas, de plástico, que era mais barato!*»

Cheios de boas intenções estes democratas enferrujados não sabem bem onde estão, nem de que lado vem a tempestade. Passam o tempo a semear confusão e depois arrastam uma vida de pessimismo com remorsos. O Walter Benjamin tinha outra ideia mais empolgante. Considerava que o importante é preservar a memória dos vencidos, tarefa a que ele chamava, «organizar o pessimismo». Um programa que, estou convencido, não interessa ao pessoal do *Jornal de Negócios*.

O cibertotalitarismo que aí vem

A legislação aprovada e os programas secretos de vigilância levados a cabo pelo governo americano e as suas agências de segurança tornam real a possibilidade do controlo total e permanente. Por entre os meandros de uma realidade que se acabou de instalar entre nós, é impossivel ignorar o papel determinante que as tecnologias têm em todo este processo.

Κοινωνία

Em 2001 a administração Bush, secretamente, ordenou à NSA (*Nacional Security Agency*) que interceptasse as comunicações electrónicas dos cidadãos americanos, isentando-a da necessidade de obter os mandados previstos pelo direito penal dos Estados Unidos. O governo coloca em prática este programa clandestino justificando-se numa concepção extremista do poder executivo: para "tutelar a segurança do país", o presidente pode desvincular-se de qualquer norma jurídica, eludindo os sistemas de tutela e garantia dos direitos civis e o dever de transparência. Interessante será recordar que uma das questões que levou à independência dos EUA. foi a luta contra a invasão da privacidade operada pelas autoridades britânicas: em consequência desta história, a constituição norte-americana sancionou, na sua quarta emenda, a inviolabilidade da privacidade, proibindo as rusgas e sequestros arbitrários. No entanto, já na primeira metade do século XX, o *Bureau of Investigation* (primeira encarnação do FBI) interceptava as comunicações telefónicas e telegráficas, vigiava o serviço postal e contratava informadores para controlar aqueles que contestavam as políticas do governo. Nos anos 70, uma investigação conduzida por Frank Church demonstrou que o FBI tinha registado como potenciais subversivos 500 mil cidadãos, que eram vigiados por causa das suas convicções políticas.

O *FISA Amendments Act*, a actual norma que rege as práticas de vigilância da NSA, aprovada por um congresso bipartidário e no rasto do escândalo das intercepções não autorizadas da Administração Bush, tornou legal aquelas práticas inconstitucionais, ilibando a agência norte-americana da obrigação de obter mandados do tribunal para poder proceder a operações de espionagem. Este "estado de excepção" tornado norma reduz os indivíduos a "apólidas digitais".

Um dos documentos secretos revelado por Edward Snowden demonstra a existência de um programa chamado PRISM, uma parceria secreta entre a NSA, agência estatal, com nove das maiores empresas privadas de serviços telemáticos, tais como a Microsoft, PalTalk, AOL, Facebook, Yahoo!, Apple, Google, Skype e Outlook. Quando a Yahoo! se opôs, em sede judiciária, a permitir o acesso directo às suas bases de dados, o tribunal obrigou à sua colaboração no PRISM, defraudando os seus utilizadores aos quais garantia o respeito pela privacidade.

O objectivo de esmagar a dissidência e impor a obediência é uma característica comum a todos os regimes de poder: em reacção aos protestos populares das primaveras árabes, os regimes da Síria, Egipto e Líbia têm modernizado as suas próprias tecnologias de vigilância, adquirindo-as de empresas como a italiana AREA SPA, a francesa AMESYS ou a israelita CAMERO.

Perante tais práticas generalizadas de abusos de poder, esfumam-se as clássicas distinções entre regimes democráticos e ditatoriais, conluiados pela mesma ambição de controlo total (Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Austrália são as nações que mais estreitamente colaboram com a NSA, formando uma aliança denominada *Five Eyes*).

No place to hide, Edward Snowden, the NSA and de U.S. surveillance state (Glenn Greenwald, 2014) revela um sinistro retrato do jornalismo oficial: a imprensa, como por exemplo o *New York Times* e o *Washington Post*, obedece a "leis não escritas" de vassalagem, manipulação e censura por parte do governo, traindo assim a sua missão de quarto poder. As políticas autoritárias, belicosas, inconstitucionais e contrárias aos direitos humanos têm sido umas vezes propagandeadas e outras ocultadas, e em qualquer caso legitimadas por uma máquina de produção de consenso ideológico que tem implementado, sob o comando do governo, uma "estratégia de tensão" mediática através de notícias perturbadoras ansiogénicas, exacerbando as ameaças terroristas e criando na opinião pública um estado de fobia patológica, induzindo-a a aceitar apaticamente tanto guerras de agressão quanto um regime policial de detenção, tortura e assassinato de americanos e estrangeiros, ramificado internacionalmente e desvinculado de qualquer procedimento de supervisão jurídica.

Este "estado de excepção" generalizado exibe a real natureza da soberania, desmentindo a retórica cidadanista dos democráticos. Assim como os migrantes são passíveis de ser alvo de dispositivos coercivos sem procedimentos jurídicos e sem ter cometido crime algum, e portanto apólidas tanto quanto os judeus e outras minorias na alvorada da II Grande Guerra, todos os indivíduos da "comunidade virtual" não são formalmente cidadãos, nem "pessoas", sendo este um conceito jurídico, mas apólidas digitais reificados: peças e mercadorias, controláveis, geríveis, substituíveis e eliminàveis na engrenagem totalitária.

A espectacular guerra ao Terrorismo não abrange apenas operações militares contra os "Estados Canalhas" mas implica também a renúncia dos direitos políticos e civis fundamentais. No clima de alarmismo retórico, em nome da segurança nacional, o jornalismo tem-se submetido ao poder executivo, a cuja censura deve sujeitar a informação de que tem conhecimento: quando tal não acontece, como no caso Snowden, quer o denunciante quer o jornalista são perseguidos penalmente.

Não só o "crime de opinião" continua a vigorar e o espírito crítico a ser ostracizado, como ainda a divulgação de factos históricos e informações objectivas é considerada crime que atentam contra a manutenção do *status quo* dominante.

O que é premente salientar para caracterizar a "novidade" da nossa época é a ubíqua presença de tecnologias informáticas, que torna possível uma monitorização total e indiscriminada da vida das pessoas. Não só a internet se tornou, para muitos, o "ar que respiramos", vital nas suas multimediais funcionalidades comerciais, sociais e cognitivas como, através da proliferação de gadgets como os IP-Phones e as IP-Cameras (IP é o código identificativo dos dispositivos telemáticos), das próximas novidades do mercado ligadas à expansão da chamada Domótica (instalação de dispositivos informáticos nos mais variados electrodomésticos) e da monitorização informática dos espaços públicos (como é exemplo o projecto Future Cities, em desenvolvimento no Porto[1] a recolha, arquivamento e utilização de dados (conteúdos) e meta-dados (localização, hora, remetente, destinatário) de indivíduos insuspeitos de qualquer crime, tornar-se-á omnipresente. A transformação da realidade em dados acarreta uma forma de ditadura impessoal, automática, sistémica, infra-estrutural. Impossível escapar ao temor da instauração de uma forma de cibertotalitarismo planetário, capaz de influenciar as consciências e as identidades individuais e colectivas. Abundam estudos de psicologia que mostram como o comportamento das pessoas muda no momento em que estas se sabem ou sentem observadas: nesta situação as pessoas tendem a fazer aquilo que se espera delas, não ultrapassando os limites impostos, não tendo as condições para manifestar a sua própria autonomia de decisão e capacidades críticas. Apenas no respeito da privacidade podem garantir-se autênticas possibilidades de escolha assim a satisfação implícita do ser si próprios.

Desde sempre o poder limitou e controlou a liberdade de escolha dos indivíduos, fazendo-os sentir-se observados através dos mais diversos dispositivos culturais, desde os espíritos do xamanismo ao deus único do monoteísmo, que nos vigia na mais profunda intimidade do nosso ser. O que hoje em dia parece ser novo não são as grotescas perversões humanas quanto os instrumentos tecnológicos para realizá-las. Conhecendo a plasticidade das estruturas das nossas mentes ao *imprinting* e experiências que nos ocorrem e reconhecendo a função "educativa" que os media e as tecnologias informáticas desempenham na era da atomização social, e a sua sempre maior invasividade, não é injustificado perguntar-se a que tipo de (des) umanidade poderão levar as actuais tendências tecno-políticas. Nesse sentido a privacidade e o seu esmagamento no actual panóptico digital é hoje em dia uma questão de relevância não só política e social mas também antropológica.

Repressão sem fronteiras

A European Gendarmerie Force é simultaneamente polícia judiciária, exército e serviços secretos. Tem como função garantir a segurança e a ordem pública, o que se traduz, na prática, na contenção de revoltas em situações de crise em diversos pontos da geografia europeia. A unidade secreta, formada após motins e pilhagens nos subúrbios de França, opera de forma autónoma relativamente a parlamentos e jurisdições.

κοινωνία

Não é do conhecimento geral a existência da unidade secreta que responde pelo nome de "EuroGendFor", *European Gendarmerie Force* (EGF). O ex-ministro da defesa francês, Alliot-Marie, deu início à formação deste regimento após os frequentes motins e pilhagens nos subúrbios de várias cidades francesas. Instituída com o Tratado de Velsen (2007), a EGF é ao mesmo tempo polícia judiciária, exército e serviços secretos. As competências desta unidade são praticamente ilimitadas. A sua função é garantir "a segurança nos territórios de crise europeus". A sua tarefa é principalmente reprimir as revoltas. Na Itália, o parlamento e o senado aprovaram por unanimidade o acordo a 2010 sem debate nem oposição.

O quartel-general desta força especial está em Vicenza, a mesma cidade onde está o *Camp Ederle* das tropas dos EUA, sede do *Africom*, o comando americano para a área mediterrânico-africana, o que demonstra quem realmente lidera este órgão militar. O seu mote é o seguinte: *Lex Paciferat*, que pode ser traduzido como "a lei levará à paz". Sublinha-se esta premissa com uma estreita relação entre a imposição do princípio jurídico e a restauração de um ambiente pacificado. O Quartel-General Permanente (PHQ) obedece a um órgão decisional político que é, fundamentalmente, um conselho de guerra técnico, sob a forma de um comité inter-ministerial (CIMIN - *Comité InterMinistériel de haut Niveau*) composto pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Defesa dos países europeus participantes, e que decide a estratégia de intervenção. Os cargos directivos terão uma rotatividade bienal entre os países membros: França, Espanha, Portugal, Holanda e Itália. Estes têm uma característica comum: a presença de uma polícia militar, que, a partir de 2007, recebe "formação avançada" para se adaptar à transformação imposta pelo Tratado.

No artigo 4º do Tratado constituinte, sobre as *Missões e tarefas* lê-se que a EGF operará em "substituição das forças de polícias de estatuto civil" e que servirá para "conduzir missões de segurança e ordem pública; monitorizar, dar consultoria, guiar e supervisionar a forças policiais locais no desenvolvimento das suas funções ordinárias, inclusive as actividades de investigação penal; executar tarefas de vigilância pública, gestão do tráfego, as actividades de controlo das fronteiras e de inteligência geral; actividades em investigações criminais, detectar o crime, rastrear os culpados e trazê-los perante as autoridades judiciárias competentes; proteger pessoas e bens e a manutenção da ordem em caso de desordem pública". Os soldados desta unidade paramilitar deverão respeitar a lei vigente do Estado em que operam e onde estejam estacionados, mas todas as infraestruturas e espaços que venham a ser ocupados tornam-se extra-territoriais e deixarão de estar acessíveis às forças de autoridade desse mesmo Estado.

No 5º artigo do Tratado lê-se que "a EGF será disponibilizada a pedido da União Europeia, das Nações Unidas (ONU), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e das outras organizações internacionais ou específicas coligações". Poder-se-á recorrer à EGF sempre que haja uma crise, como está explícito no Tratado de Velsen que regula as suas intervenções. Esta milícia europeia é então na verdade uma organização transatlântica.

Mas há mais. O EGF tem total imunidade perante as autoridades judiciária dos países membros ou de intervenção: as suas instalações, bens e arquivos são invioláveis (art. 21º e 22º); as comunicações dos oficiais não podem ser interceptadas (art. 23º); os países não podem pedir compensação pelos danos à propriedade ou às pessoas (art. 28º); a polícia não pode ser colocada sob investigação pela justiça dos países de acolhimento (art. 29º).

Como se pode ver claramente, não respondendo a nenhum parlamento ou norma jurídica nacional, e tendo um número de privilégios inconcebíveis num Estado de Direito, a EGF tem uma absoluta autoridade e as suas impunidade e inviolabilidade lembram a Gestapo Nazi. Teremos, ou melhor, temos nas ruas das nossas cidades militares a cumprir operações policiais desvinculados do controlo parlamentar ou do governo (quer nacional, quer europeu), e que obedecem a uma organização supranacional completamente autónoma. Mais um passo no golpe de Estado transnacional que retira aos países a sua soberania e instaura uma ditadura militar, por enquanto, silenciosa. Mais um passo na implementação de um estado de excepção permanente.

Em 2007 a EGF foi usada na Bósnia-Herzegovina, e em Dezembro de 2009 foi utilizada oficialmente no Afeganistão dentro da missão ISAF, enquanto, após o terramoto no Haiti em 12 de Janeiro de 2010, um contingente de EGF foi enviado para a ilha. Em África a EGF é operativa desde 2014 no Mali e na República Central Africana. Isto é o que pode ser visto a partir de uma simples consulta ao site dos *Carabinieri* e da própria EGF. Além disto a EGF interveio para reprimir as manifestações anti-austeridade na Grécia. Entre 8 e 10 de Outubro de 2011, como testemunham fotografias que apareceram em vários sites gregos, uma brigada da EGF, desembarcou à paisana para Igoumenitsa.

Operações militares, de guerra ou de gestão da ordem pública, estão a ser implementadas sem debate parlamentar nem mediático, num silêncio que não pode deixar de cheirar a ditadura. A militarização da sociedade civil segue. E a "Europa Fortaleza" poderia em breve ser um cenário de "guerra assimétrica" não tão diferente do da Palestina. Na realidade, é o planeta inteiro que se está a configurar como uma guerra civil transnacional, com "zonas vermelhas" de tensão e zonas apaziguadas no respeito da lei (da força).

A EGF é ainda quase completamente desconhecida e obscura, mas não permanecerá assim por muito tempo. À medida que os dissidentes e os excluídos se insurgirem, esta força será chamada a "regular" a situação. Na Itália os *Carabinieri*, a *Gendarmerie* em França, em Espanha a *Guardia Civil*, em Portugal a Guarda Nacional Republicana, na Holanda a *Maréchaussée*, e a *Jandarmeria* na Roménia sob o comando do CIMIN, terão poderes e funções excepcionais para apaziguar os que se revoltarem à Nova Ordem Mundial neoliberal. Sem esquecer as milícias privadas que desde há muito operam nas regiões estratégicas do império capitalista. Exércitos privados, do Estado ou transnacionais, e até os grupos criminais, são todos funcionais na gestão da população, um "recurso humano" às vezes em excesso e outras em falta, à medida que os interesses e a concentração do capital os atrai ou os rejeite nas suas manobras de "reestruturação" das condições de vida e do tecido social. A humanidade tornou-se uma variável submetida à análise dos custos e dos benefícios.

Sete países membros da NATO –Canadá, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Holanda e Estados Unidos– deram o seu consentimento e forneceram analistas especializados em operações em áreas urbanas. A primeira reunião do chamado *Studies, analysis and simulation panel study group* (*SAS-030*) teve lugar em Washington em Junho de 2002; a esta seguiram-se numerosas outras em vários países da NATO, durante as quais o grupo de estudo desenvolveu um quadro conceptual para operações em áreas urbanas, apoiando as futuras missões da competência da NATO.

O resultado foi um relatório denominado *Urban Operations in the year 2020* (UO 2020), em Abril de 2003. A hipótese de partida foi o aumento exponencial da população mundial no ano 2020, que ultrapassará os 7,5 biliões de pessoas. Este aumento assustador da população, sendo que 70% viverá nas cidades e na megalópoles, e as crises de recursos básicos como

Na Itália os Carabinieri, a Gendarmerie em França, em Espanha a Guardia Civil, em Portugal a Guarda Nacional Republicana, na Holanda a Maréchaussée, e a Jandarmeria na Roménia sob o comando do CIMIN, terão poderes e funções excepcionais para apaziguar os que se revoltarem à Nova Ordem Mundial neoliberal.

Mural de BLU (www.blublu.org) em Varsóvia.

alimentos, água, medicamentos etc., provocarão uma crescente tensão económico-social, à qual apenas se poderá fazer face, segundo o relatório, com uma presença militar massiva, por um período de tempo prolongado.

O Banco Mundial tem assinalado que "a pobreza urbana chegará a ser o problema mais importante e politicamente mais explosivo do século que vem" (*Documento de trabalho do grupo de investigação Finança e Desenvolvimento*, BM, Género 2000). Por este motivo, no UO 2020 aconselha-se o início da utilização gradual do exército em função da ordem pública, ao avizinhar-se a crise mundial prevista para o ano 2020, uma vez que o ambiente urbano tem características diferentes do campo aberto em que os militares estão habituados a intervir.

O que mais preocupa neste irrefreável processo de urbanização, sobretudo em consequência do fim do "contrato social" do Estado social, é o facto de os pobres se poderem insurgir. A sua concentração nos bairros sociais e favelas cada vez mais gigantes, mediante os programas de "requalificação" urbana e de limpeza social conhecidos como *gentrificação*, ou ainda a criação dos campos de concentração para migrantes ou refugiados devidos a calamidades naturais, são exemplo da implementação de práticas de isolamento territorial e de experiências políticas de gestão coerciva da população. Também os "objectivos sensíveis" presentes no território, tais como lixeiras, incineradoras, estaleiros da grandes obras, estações dos comboios ou de metro, além das sedes institucionais, serão vigiados pelos militares, como aliás já aconteceu na Itália do governo Berlusconi, que em 2009 aumentou em dez vezes o número de militares empregue nas ruas, chegando a um total de 30.000. Desta maneira as unidades de polícia militar estão a treinar "no campo", desempenhando funções de ordem pública no território nacional. De facto, é desde o fim da II Grande Guerra que o inimigo se tornou *interno*.

A "nova guerra" é definida como "assimétrica", "de quarta geração", "não-ortodoxa" ou "de baixa intensidade" e é de facto compreendida como *permanente*, sem distinção entre combatentes e civis. Como na "novilíngua" descrita por George Orwell, "a guerra é paz e a paz é guerra". Se é conhecida a máxima "a política é a continuação da guerra por outros meios", o recíproco também é válido: "a guerra é a continuação da política por outros meios". Já não há apenas um campo ou uma frente de batalha delimitados; não existe distinção entre guerra interna e guerra externa; a imposição da lei da força é implementada indiferentemente por seguranças privados, polícias, exércitos de vários tipos, serviços secretos, agentes à paisana, grupos criminais; as estratégias não passam apenas por operações propriamente belicosas (*Military Operation Other Than War* - MOOTW); as armas são "não convencionais", incluindo minas "não-letais", *tasers*, laser de baixa energia, *Dream Machines* capazes de afectar o sistema nervoso central, granadas atordoantes e chegantes, sistemas acústicos de infra-som ou ultra-som que podem causar danos nos órgãos e tecidos, sprays urticantes, balas de borracha que conforme a velocidade do disparo podem ser letais ou não, e a vigilância e *controlo dos fluxos* de pessoas, mercadorias ou informações, como na *cyberwar* que mira ao isolamento informático de grupos e áreas perigosas.

Consequentemente, ao conceito de "prevenção activa", os dominadores estão a implementar a afluência de estratégias e instrumentos de guerra na polícia nacional, na administração do território e da população. A guerra não ortodoxa inclui sequestros, assassinatos selectivos e a criação de estruturas clandestinas de milícias contrainsurrecionais e contraguerrilha. As experiências de repressão colonial vieram a ser absorvidas no enquadramento teórico do novo contexto de guerra civil planetária. As ciências humanas são exploradas na intenção de mapear o tecido social urbano para poder agir de forma "cirúrgica". Os Big Data aglomerados a partir dos *social networks* assim como dos projectos *smart city* estão a enriquecer enormemente o conhecimento detalhado da anatomia social, respondendo a uma ambição que advém desde "a idade das luzes".

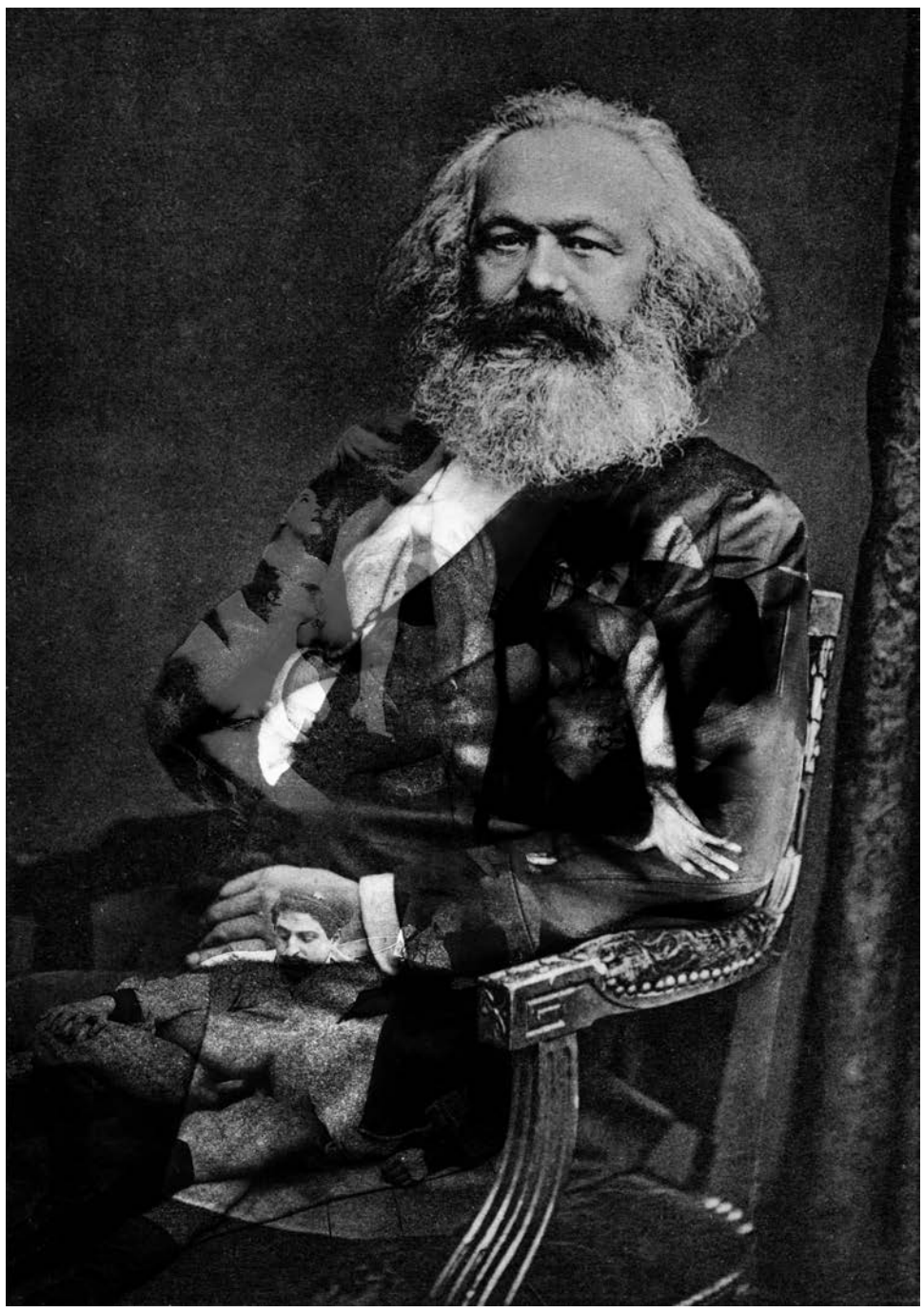
Nos interesses da segurança e com as leis anti-terrorismo, o estado de excepção é norma: os abusos de poder, a violência policial, a tortura, a censura e os sequestros gozam de imunidade absoluta; os numerosos assassinatos de Estado são homicídios que não constituem crime. Esta situação de emergência vigora imperturbada. *Eles*, a minoria dos ricos, estão a organizar-se e a actuar, já há muito. Não é novidade nem segredo algum. Cabe a todos abrir os olhos e organizar-nos.

As ciências humanas são exploradas na intenção de mapear o tecido social urbano para poder agir de forma "cirúrgica". Os Big Data aglomerados a partir dos social networks assim como dos projectos smart city estão a enriquecer enormemente o conhecimento detalhado da anatomia social, respondendo a uma ambição que advém desde "a idade das luzes".

Como se pode ver claramente, não respondendo a nenhum parlamento ou norma jurídica nacional, e tendo um número de privilégios inconcebíveis num Estado de Direito, a EGF tem uma absoluta autoridade e as suas impunidade e inviolabilidade lembram a Gestapo Nazi.

Marx, sedutor e latente despotismo

MANUEL DIAS



No artigo sobre Sacher-Masoch do último número chegámos à questão: *terá Marx levado em consideração a soberania das pulsões quando idealizou o Materialismo Histórico e Dialéctico*? A semântica contém uma subtil provocação, já que o marxismo se apresenta como método de análise científica do *Real*, por oposição às teorias das *Ideias*.

semente

Para Georg Hegel (1770-1831), expoente máximo do *idealismo alemão* e criador da dialéctica histórica, o Absoluto é Espírito, pura Ideia, que se manifesta nos indivíduos e nas instituições e tem por objectivo conhecer a sua essência; a liberdade. A História será "*a marcha da razão no mundo*" através de um devir dialéctico, onde "*tudo o que é real é racional e tudo o que é racional é real*". Na origem a Ideia Pura, em forma de tese, gera a sua negação, a Natureza, como antítese, e do conflito das forças surge, por superação e síntese, o Espírito, que assume o carácter de nova tese, encontrando a sua antítese, num processo contínuo até se atingir o Espírito Absoluto: eis o processo dialéctico. Uma vez que só é possível acompanhar o espírito até ao presente, o desenvolvi-mento total da Ideia teria sido atingido no tempo em que escrevia. "*a Europa é o fim da história universal*", que começara na Ásia. O príncípio dos novos tempos, que se teriam iniciado com o cristianismo após o rompimento da tradição, é a "s*ubjectividade a realizar-se em acto sob a forma de liberdade*". As diversificadas formas de governo dos Estados representam, então, os estádios de desenvolvimento da ideia de liberdade, porque neles ela atinge a sua plenitude. Assim, as monarquias constitucionais da época realizam a liberdade, garantindo a todos os indivíduos a satisfação de pertencerem a esses Estados. "*Deve-se considerar uma grande felicidade quando um povo tem um nobre monarca no poder*", conclui. Fascinado pela dialéctica de Hegel é, no entanto, em Feuerbach que Marx encontrará inspiração sintética.

partenogénese

Ludwig Feuerbach (1804-1872), aluno de Hegel, afastar-se-á do seu sistema devido à ambiguidade de uma existência pacífica entre filosofia e religião: "*a religião é a primeira autoconsciência do homem*". Em *A essência do Cristianismo*, de 1841, inverte o significado do conceito hegeliano de *alienação*, processo pelo qual a Ideia se faz Outro na natureza e se realiza dialecticamente nas acções do Espírito. Alienação significava objectivação e enriquecimento. Feuerbach nega a matéria como consequência de uma ideia original, atribui à alienação um efeito corruptor e manter-se-á sempre crítico relativamente à religiosidade. Antropologiza as representações religiosas em geral, sacralizando o próprio homem: "*sagrada é a amizade, sagrada a propriedade, sagrado o casamento, sagrado o bem-estar de cada homem, mas sagrado em* ***e per si*** *mesmo*". O homem é Deus de si próprio: "*este é o princípio prático supremo, o ponto de viragem da história mundial*". Então o que constitui a humanidade propriamente dita? "R*azão, amor, força de vontade, são perfeições, as perfeições da essência humana, perfeições essenciais absolutas*". A filosofia deve reivindicar tanto o papel da razão como o da sensibilidade: "*o homem que é e se sabe como a identidade real, sabe que a essência panteísta que os filósofos especulativos e os teólogos separaram do homem não é outra coisa senão a sua própria essência indeterminada, mas capaz de infinitas determinações*". Junta-se à luta dos *jovens hegelianos* de esquerda contra o Estado cristão-prussiano, porque "*quem é escravo dos seus sentimentos religiosos também só merece politicamente ser tratado como escravo*". Dois anos depois publica *Fundamentos para a Filosofia do Futuro* onde apresenta o materialismo sob a forma de Humanismo Naturista. "*Apenas os sentidos, apenas a intuição me dão algo como sujeito. Realizar-se significa para o pensamento negar-se, deixar de ser mero pensamento. O que é então este não pensar? O sensível*". Só um pensamento permeado pelos sentidos poderá alcançar a verdade e ser objectivo. Só um sujeito entregue à paixão e ao amor descobrirá *o que é*, ele e a vida. A religião cristã é substituída pela Humanidade: o homem como ser cuja manifestação suprema é o amor sexual. Aproximou-se de uma afirmação decidida do indivíduo, com o seu amor próprio e o seu egoísmo, abrindo caminho a novos projectos filosóficos e políticos, como os de Stirner e Marx. Este último adere ao materialismo conservando a dimensão ética de Kant e a dialéctica de Hegel, criando então o materialismo histórico e dialéctico. Apesar do entusiasmo inicial, Marx e Engels criticarão o pensamento feuerbachiano, já que só apreende o mundo sensível enquanto objecto ou intuição e não como actividade humana prática. Contenta-se em olhar o mundo sem perceber que o importante é transformá-lo: "*é materialista, defrontado com a natureza, e idealista defrontado com a sociedade humana: para ele as supremas relações humanas são o amor e a amizade. Relações idealizadas que nada têm a ver com as relações sociais históricas*". O Materialismo Dialéctico identifica-se com o devir real da Natureza e da História, onde a prática é impulso e sansão epistemológica da teoria.

germinação

Analisemos então duas obras fundamentais onde se vislumbra a arqueologia das suas concepções, só publicadas em 1932, às quais Marx (1818-1883), estranhamente, nunca se referiu em vida: *Manuscritos de 1844* e *Ideologia Alemã*. Herbert Marcuse (1898-1979) afirma: "*Estes Manuscrito*s *colocam num novo patamar a discussão sobre a origem e o sentido original do materialismo histórico e relançam a questão sobre as relações de conteúdo entre Marx e Hegel*". Louis Althusser (1918-1990), desvenda uma *ruptura epistemológica* entre o ideário de Marx até 45 e o seu pensamento posterior: "*rompe radicalmente com toda a teoria que funde a história e a política sobre uma essência do homem, baseando-se em três aspectos fundamentais: 1- formação de uma teoria da história e da política fundada sobre relações de produção, superestrutura, ideologia, etc, 2- crítica radical das pretensões teoréticas de todo o humanismo filosófico, 3- definição do humanismo como ideologia*". Segundo Althusser, ele teria abandonado o seu humanismo, podendo falar-se de um *anti-humanismo* posterior, em que passa a interpretar as relações sociais e históricas como "*estruturas*" determinantes das representações e interesses dos indivíduos. De facto parece-nos existir uma óbvia continuidade, uma vez que no aparente *humanismo* inicial se vislumbram perfeitamente as características *anti-humanistas*. *Em* ***Manuscritos*** considera que no mercado capitalista "*o trabalho degenera na mais miserável das mercadorias*", reduzindo o trabalhador a mercadoria, aparecendo-lhe o produto produzido "*como um ser estranho, uma força independente de si*". O trabalho que deveria ser forma de objectivação "*surge na economia política como desrealização do trabalhador, a objectivação aparece como perda e servidão do objecto, a apropriação como alienação, como exteriorização*". A superação da alienação passa pela extinção da propriedade privada e diz respeito a toda a humanidade, "*porque toda a servidão humana está envolvida na relação do trabalhador com a produção e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências desta relação*". O comunismo surge como "*efectiva apropriação da essência humana pelo e para o homem*", realiza-o. "*Todo o movimento da história é o movimento concebido e sabido do seu vir a ser, seja como o acto de criação efectivo — o acto de nascimento da sua existência empírica — seja para a sua consciência pensante*". O *fim da história* culmina num tipo humano consciente de si como fonte de todo o devir histórico e senhor do processo da sua objectivação. Foi o naturalismo feuerbachiano que ajudou a

definir o comunismo como: "*a verdadeira dissolução da oposição do homem à natureza, a verdadeira dissolução do conflito existência/essência, objectivação/auto-afirmação, necessidade e liberdade. É o segredo resolvido da história e conhece-se como a sua solução*". O movimento histórico dirige-se, portanto, para o comunismo como solução da humanidade — esta concepção do comunismo, bastante mais desenvolvida até, fora dois anos antes sintetizada por Moses Hess (1812-1875)—. Mas o que falta ao materialismo feuerbachianao é exactamente a *dimensão dialéctica* em que a natureza humana se faz na História: "*a grandeza da Fenomenologia hegeliana consiste, primeiro, em Hegel conceber a autoconcepção do homem como um processo, a objectivação como uma contraposição, como exteriorização e como superação desta exteriorização, e depois em compreender a essência do trabalho e conceber o homem objectivo, verdadeiro, porque real, como resultado do seu próprio trabalho.*" Portanto, o processo do devir humano passa pelo trabalho, através do qual o homem *fez e faz de si* o que é em cada momento. Apesar da óbvia admiração, Marx critica Hegel em dois pontos: 1- concepção do processo da alienação: "*toda a história da exteriorização e todo o retorno da exteriorização nada mais é para ele do que a história da produção do pensamento abstracto, lógico-especulativo*", que culminaria com o desenvolvimento do espírito em saber absoluto. Mas, pelo contrário, "*a essência humana objectiva-se em distinção e em oposição ao pensamento abstracto*". 2- apropriação da realidade do mundo sensível: "*a compreensão deste processo aparece de tal modo que sensibilidade, religião, poder estatal, etc, são seres espirituais. A essência objectiva alienada aparece apenas como incorporação na autoconsciência*", sem alterar o substrato social da realidade. Ou seja, a pretensa superação da alienação é ilusória. **A *Ideologia Alemã***, escrito com Engels, divide-se em três partes: análise do pensamento de Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner. Na primeira os autores rompem com o materialismo antropológico de Feuerbach e esboçam o materialismo histórico, sendo as outras essencialmente polémicas. Realcemos um novo elogio de Marx ao mestre Hegel, reconhecendo os seus superiores conhecimentos em História: "*quando se faz como ele uma construção pela primeira vez para toda a história, isso não é possível sem se ocupar com grande energia e perspicácia*". O materialismo histórico e dialéctico deve, portanto, poder rivalizar com a grande concepção idealista da História, mas há que superar os limites da religião em que se encerrara Feuerbach. O ponto de partida da História não podia ser nem o de Hegel, em que as Ideias se desenvolvem como entidades substantivas, nem o de Feuerbach que apresenta a essência imutável do homem como abstracção inerente ao indivíduo isolado. "*A essência do homem é o conjunto das relações sociais*", é na sociedade que o homem se desenvolve. Desde a forma mais primitiva que os indivíduos se encontram determinados pelo contexto da produção: "*o que eles são coincide com a sua produção, tanto com o que produzem quanto com o como produzem*". A cada estádio de desenvolvimento da produção corresponde um nível de desenvolvimento tanto do intercâmbio entre os indivíduos quanto da divisão do trabalho, que se divide em trabalho agrícola e trabalho industrial e comercial, levando à separação campo/cidade. Com a formação da classe dos comerciantes, o processo conhecerá enorme impulso e a propriedade vai adquirindo as suas diversas formas, da comunal tribal à propriedade privada burguesa: "*os níveis de desenvolvimento da divisão do trabalho são outras tantas formas diferenciadas da propriedade*". A cada forma de produção corresponde uma organização social e de Estado, que modela a consciência dos indivíduos: "*não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência*". A multiplicação das necessidades, da produtividade, e o aumento de população, desenvolvem a divisão do trabalho. Só quando ele se separa entre material e espiritual, é que "*a consciência pode efectivamente imaginar ser outra coisa que não a consciência da práxis constituída, passar à construção da teoria "pura", teologia, filosofia, moral, etc*". Esta consciência abstracta e especulativa só se torna possível quando alguns indivíduos têm a sua sobrevivência garantida: a casta de sacerdotes é a primeira forma dessa possibilidade e o intelectual a sua manifestação contemporânea, com a tarefa de produzir ideologia. No interior desta concepção sistematizada, os autores dão ênfase às mudanças nas formas de propriedade, relacionando-as com as alterações das relações sociais de produção: "*com a derrocada do actual estado social pela revolução comunista e pela abolição da propriedade privada que lhe é inerente, a libertação de cada indivíduo em particular realizar-se-á exactamente na medida em que a história se transformar completamente em história mundial*". O Estado tal como existe, afastado dos interesses reais, está sempre vinculado à classe dominante: **"***não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos para garantir reciprocamente a sua propriedade e os seus interesses*". Conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política, portanto, a luta de classes deve tomar o carácter de luta política. As Ideias dominantes parecem ter validade também para as classes submetidas e dominadas**:** "*os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes (...) de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante*". Para implantar a sua dominação o proletariado deve conquistar o Estado com o objectivo de abolir todas as formas de autoridade e exploração. Enquanto classe revolucionária, ele representa a totalidade da sociedade ante a classe dominante, dirigindo todos os oprimidos e explorados contra o domínio burguês. O comunismo significará a eliminação do *trabalho alienado* até então imposto: "*criando para cada um a possibilidade de hoje fazer uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar na parte da tarde, cuidar do gado ao anoitecer, fazer crítica após as refeições, a seu bel-prazer, sem nunca se tornar pescador, caçador ou crítico*". A realidade do comunismo só poderá acontecer enquanto facto histórico-mundial, globalizando-se, mas os proletários *"se quiserem afirmar-se enquanto pessoa, devem abolir a sua própria condição de existência anterior, quer dizer, abolir o trabalho"*. Eles são a única classe capaz de alcançar uma visão *objectiva* da História humana. As mesmas concepções basilares serão desenvolvidas no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, onde a História aparece já como *História da Luta de Classes*. Entre as novas propostas apresentadas, destaca-se: "*o proletariado utilizará o seu domínio político para subtrair à burguesia todo o capital, para centralizar todos os instrumentos nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para multiplicar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas*". E no final, em forma de tese profética: "*os comunistas declaram abertamente que os seus objectivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social vigente. Que tremam as classes dominantes em face de uma revolução comunista. Nela os proletários nada têm a perder senão as suas cadeias. Eles têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!*"

Para **Marx** a Comuna seria sempre lembrada como o *"arauto glorioso de uma nova sociedade."* e os seus mártires tinham lugar assegurado como relíquia *"no grande coração da classe operária"*.

asas da raiz

Depois de ver gorado o seu desejo de se tornar professor, Marx, que frequentara o liceu jesuíta entre os 13 e os 18 anos, inicia a construção de um projecto grandioso. Mas com uma *forma* idealista só poderia atingir *conteúdos* ideais: "*o conceito de movimento dialéctico, enquanto lei universal, despoja de sentido os termos "idealismo" e "materialismo" enquanto sistemas filosóficos*" (Hannah Arendt, 1906-1975). A admiração pelo mestre, ter-lhe-à traído as motivações e inebriado a lucidez. À semelhança do original, pretende criar um sistema fechado, onde o desenvolvimento da História teria chegado ao fim e, se ali se alcançara com a conquista da Liberdade, aqui chegará com a abolição das classes. "*O perigo de Marx foi estabelecer na terra um paraíso quando considerou o sentido hegeliano de toda a história como "um fim" da acção humana e quando viu este "fim último" como o produto final de um processo de manufacturação*" (Arendt). E ao encontrar nos proletários a salvação de "*todos os oprimidos e explorados*", desenvolveu uma fórmula bastante colada ao cristianismo, muito contestada, aliás, pelo Papa Francisco que já várias vezes afirmou: "*os comunistas roubaram-nos a bandeira da pobreza!*", como que lembrando, *nós chegámos antes*! Toda a estruturação teorética de Marx e o seu carácter profético foram concebidos para rivalizar com Cristo ao nível da importância histórica, pelo que, usando a mesma linguagem com que prendou Stirner, designemo-la como *teorias de São Karl Marx*. Neste ideário disfarçado se desenvolve *o idealismo do materialismo histórico e dialéctico*. Fruto de *pura teoria*, encontramos a previsão de que numa "*humanidade socializada*", o "*Estado definharia*" e, portanto, a produtividade do trabalho seria tal que se aboliria a si mesmo, sobrando aos indivíduos uma quantidade bastante de tempo livre. E que dizer do homem da sociedade comunista "*que caça de manhã, pesca à tarde, cuida do gado ao anoitecer e faz crítica após as refeições*"?! Não se vislumbra o ambiente idílico de texto bíblico? Ora, se o objectivo é "*a eliminação gradual da diferença cidade/*

campo", quer a caça, quer o cuidar do gado, por exemplo, parecem pouco prováveis na cidade, ou seja, preconiza-se o regresso ao campo. E se *"o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante*", onde encontrar homens prontos para a acção? Serão necessários intervalos geracionais para doutrinação dos proletários? Quem produz a ideologia? Marx e Engels, claro. Não é de todo aceitável a explicação de que os proletários são revolucionários pelo facto de sofrerem na pele os resultados da exploração; porque não foram então os servos revolucionários? Bem, as condições de trabalho dos proletários são diferentes, mantendo-os mais próximos e unidos! Mas mais à frente escreverá: "*tanto à produção de uma escala em massa desta consciência comunista, como ao sucesso da própria causa, é necessária uma transformação do homem a uma escala em massa, que só poderá ter lugar num movimento prático, numa revolução*": ilusionismo de pura vigarice intelectual. A idealização do proletariado, *feliz para sempre,* da sociedade comunista, demonstra um total desprezo pelas características humanas dos indivíduos, pelas suas pulsões e subjectividade: "*na sociedade sem classes todo o particular foi dissolvido em meios cujo sentido se dissolve no momento em que o produto final é acabado: os acontecimentos singulares, as acções e os sofrimentos não possuem aqui mais sentido do que os pregos e o martelo relativamente à mesa acabada*" (Arendt). E porque foi o trabalho que criou o homem, não é a razão mas o trabalho que contém a humanidade. "*se o trabalho é a mais humana e mais produtiva das actividades, que acontecerá então quando, após a revolução, o "trabalho for abolido", no "reino da liberdade", quando o homem se conseguir emancipar dele? Que actividade produtiva e essencialmente humana lhe restará?"*(Arendt). Este homem *idealizado,* que dedica a sua vida à construção da felicidade que há-de vir, é apenas um meio para se atingir o fim — *a ditadura do proletariado* —, daí ele ser absolutamente ausente de individualidade e subjectividade. A visão imperialista do marxismo, revela-se ao considerar a realidade do comunismo como acontecimento histórico-mundial, ao contrário do que poderia supor-se. Embora a natureza evolua do simples para o complexo, a grandiosidade do seu projecto não poderia coadunar-se com um fenómeno localizado; daí a necessidade da violência. "*A violência é a parteira de toda a velha sociedade prenhe de uma nova*", portanto, a parteira da História. A sua glorificação contém a negação específica da importância das palavras, que se considerava até então mais próxima da humanidade. Devemos, portanto, enquanto cidadãos, estabelecer uma imediata distinção entre violência progressista e violência repressiva: "*se a violência é a mais digna de todas as formas de acção humana, que acontecerá quando, terminada a luta de classes e abolido o Estado, nenhuma violência for mais possível? Como farão os homens para que a sua acção permaneça autêntica e portadora de sentido?*" (Arendt). Mas para a destruição do Estado serão necessárias armas ao nível das usadas pelas forças antagonistas; polícia e exército. De onde chegaria o armamento? E, de novo, onde encontrar esse *exército espontâneo* de homens doutrinados? Após a destruição do Estado saberão aboli-lo? Não terão desejos individuais de *classe dominante*? Enquanto oprimidos não desejarão ocupar o lugar do opressor? Vontade de poder? Invejas, ajustes de contas, vicíos privados? E relativamente às relações afectivas com mulheres "*oprimidas e exploradas*"; nada há a dizer?! Ou esse

No momento em que a filosofia é materializada e abolida só resta o pensamento unidimensional, que **Marcuse** bem definiu e é hoje a *marca de humanidade* do capitalismo.

facto não merecia importância a Marx ou ele acreditava que no seu proletariado não existiam pulsões dominadoras. O mesmo se poderia dizer relativamente ao racismo que lhe não merece qualquer comentário (ainda que Hess, seu amigo e colaborador, tenha atribuído mais importância às lutas raciais e nacionalistas, que às causas económicas, na aplicação da dialéctica histórica). Na última tese sobre Feuerbach, escreve: "*os filósofos têm-se limitado a interpretar o mundo de diferentes formas; o essencial, contudo, é transformá-lo*", variação de uma frase de anos anteriores: "*não é possível elevar a filosofia sem a pôr em prática*". Esta atitude perante a filosofia é patenteada na previsão de que a classe trabalhadora será a única e legítima herdeira da filosofia clássica. Questiona Arendt: "*então quando a filosofia tiver sido materializada e abolida, na sociedade futura, que tipo de pensamento restará?*" A resposta seria: *o pensamento Unidimensional,* que Marcuse bem definiu e é hoje a *marca de humanidade* do capitalismo. Conclui a autora: "*a contradição fundamental é esta glorificação do trabalho e da acção, opostas à contemplação e ao pensamento, e de uma sociedade sem Estado e (quase) sem trabalho. Nada disto pode ser resolvido mediante a hipótese de um movimento dialéctico que precisa do negativo ou do mal a fim de produzir o positivo ou o bem*". Antes da sua morte Engels haveria de escrever sobre *A Ideologia Alemã*: "*a parte concluída só prova como era incompleto nesse tempo o nosso conhecimento da história económica*". Numa palavra, dialéctica histórica, ideal ou material, é um verdadeiro logro.

polinização

Marx assistiu à tentativa de execução prática de alguns conceitos comunistas, na Comuna de Paris. Após uma resistência heróica de 62 dias, com o apoio da Guarda Nacional, mais de 20 mil proletários morrem nos confrontos, vítimas da falta de meios e preparação contra um inimigo infinitamente mais numeroso e melhor equipado. Em *A Guerra Civil em França*, de 71, nem por um momento faz uma reflexão crítica sobre a forma como a luta foi conduzida, optando pelo tom heróico e profético de exaltação: "*a Paris operária com a sua Comuna será sempre lembrada como o arauto glorioso de uma nova sociedade. Os seus mártires estão guardados como relíquia no grande coração da classe operária*". Engels escreverá um ano depois: "*a Comuna forneceu a prova de que a "classe operária" não pode simplesmente tomar posse da máquina de Estado e colocá-la em movimento para os seus próprios objectivos*". Ou seja, a práxis demonstrou uma teoria desajustada. Após a morte do amigo, Engels empenha-se na fixação de um cânone dos textos, comparando-o a Darwin enquanto génio das ciências. E será Lenine, no âmbito da Terceira Internacional, a desenvolver uma nova ortodoxia. Ao reivindicar a necessidade de um "*corpo de revolucionários profissionais*", instituiu a lógica que determinará o aparecimento de contratados de vocação subversiva ou reformista. Os traços burocráticos da sociedade russa pós-revolução foram logo denunciados por Rosa Luxemburgo, que apontou a crítica à concepção leninista do partido, do Estado e da sociedade "*socialista",* denunciando perigos reais. A influência das massas, muito presente no momento da Revolução, começou a diminuir em face da predominância de burocratas, impondo os seus regulamentos, concepções gerais e ética. Mas havia que restituir o poder ao proletariado, guia da humanidade. O advento da burocracia explicava-se no âmbito interno e externo: internamente o país tinha um proletariado fraco e uma enorme massa camponesa; muitas tarefas que já tinham sido realizadas nos domínios capitalistas deviam ainda ser começadas na jovem União Soviética, onde a vanguarda proletária perdera os seus melhores elementos, graças aos quais os bolcheviques venceriam a guerra civil. Portanto, o desaparecimento do Estado iria demorar. Acrescentavam-se os perigos externos: o Estado Maior bolchevista investira na extensão da Revolução proletária aos países industrializados desenvolvidos, em particular à Alemanha, procurando melhores suportes económicos. Mas a Revolução não alastrara. A suposta pressão externa contribuía para reforçar o poder arbitral do Estado socialista. Em nome do proletariado e do socialismo, a burocracia oprime, tortura e mantém uma conduta totalitária. Em todas as ditas democracias populares, a instauração da dominação de classe da tecnoburocracia, através do seu monopólio administrativo, foi acompanhada de fenómenos repressivos: "*nova organização da sociedade exigida pelo desenvolvimento dialéctico das relações de produção, uma economia que autoriza ao nível do Estado e da empresa uma nova classe dirigente cobrando a mais-valia de maneira original, isto é, através de aparelhos institucionais, tal é a razão do surpreendente aparecimento da burocracia dirigente*" (Marc Paillet, 1918-2000). A pretexto de se tratar de um estado proletário, todas as garantias que os trabalhadores tinham anteriormente conquistado foram abolidas. Os operários, arrancados ao campo, foram submetidos a regimes de trabalho forçado, deportação maciça e aquartelamento. Milhões de "*forçados da fome*" foram lançados na batalha da produção, como súbditos-proletários. "*A sua condição é mais a de "súbdito" que a de proletário. No último havia uma dominante da situação económica, agora trata-se de um estatuto em relação a um poder global. A referência histórica deverá ser mais procurada no feudalismo do que no capitalismo"* (Paillet). Dois factores fundamentais transformaram o camponês e o operário em "súbditos"; a existência de um "patronato" único e a vigilância multiforme, aperfeiçoada com o desenvolvimento dos meios técnicos. "*O súbdito comunista é vigiado no local de trabalho, no domicílio, nos tempos livres, no emprego, nos amores, vigiado acordado, vigiado a dormir. Recolhidos os factos ou pretensos factos, procede-se à sentença: ostracismo, importunação, admoestações, pôr à experiência, prisão, manipulação, desonra ou execução*" (Paillet).

colheita

Quando se sacraliza a ideologia é impossível eliminar qualquer aspecto da narrativa e acabam os fiéis a defender posições paradoxais, descobrindo sentidos "objectivos" independentes da consciência dos intervenientes nos factos. "*Por exemplo, negligenciarão as características particulares da ditadura estalinista em favor da industrialização do império soviético ou dos objectivos nacionalistas da tradicional política externa russa*" (Arendt). Ao longo dos tempos os cidadãos têm sido manipulados de forma escandalosa, por tratados poético-filosóficos — sob a forma de propaganda dissimulada — onde se explana a argumentação justificativa da acção política com vista à dominação (em todos os sistemas económicos). E, ao contrário do que se poderia supor, a organização social criada pelo desenvolvimento técnico afastou os cidadãos do saber, encurralando-os num turbilhão contínuo de ruído informativo. Cidadãos que vivem num desespero do isolamento ou comprimidos em massa, produzindo pensamento *unidimensional.* E "*uma sociedade de massas não é mais do que o tipo de organização que se estabelece automaticamente entre os seres humanos quando ainda têm relações que os unem mas perderam já o mundo que outrora era comum a todos eles*" (Arendt). Mas as pulsões vitais continuarão o seu trabalho de resistência enquanto existirem indivíduos a insistir nas suas *singularidades próprias* e a reivindicarem o lugar de partilha onde as palavras aladas se enraízam no corpo. Como chegar então à liberdade individual partilhada? Que papel à insurreição? A resposta a estas questões leva-nos a trilhos que conduzem a um silêncio contestatário imunizante da manipulação, acompanhado de uma acção responsável do inconsciente actuante.

A CABEÇA DO AVESSO

POR GASTÃO DE LIZ

EMPREGO PARA TODOS?

Manuel, português, operário agrícola em França desde 2009[1], agastado com os estragos causados pelos pesticídas e fungícidas correntes na agricultura industrial, tomou a resolução de não trabalhar mais em locais onde os usem. Motivada, no início, por problemas na pele e no aparelho respiratório por via do contacto com essses tóxicos no trabalho, e, a seguir, por uma tomada de consciência mais vasta das causas dos estragos do complexo económico industrial; a atitude é perscrutadora, revolucionária, e, infelizmente, ainda rara. Contudo, para alguém que é obrigado a vender a sua força de trabalho, não está nada mal.

«Sabes, disse ele, **é o sexto ano que ando nestas andanças. E, mesmo que não trabalhe o ano inteiro... porra, ainda bem!»**, comentou num tom de voz mais baixo. **«Trabalhar no campo é uma tarefa que puxa pelo corpo. Até duvido, tem dias, que consiga chegar ao fim de uma jornada. Nesses dias fico com os costados todos marados. Mas, sabes, sou duro como as fragas da minha terra, Trás-os-Montes. Em miúdo participava com os meus pais nos trabalhos da terra e de criação de gado. Estudei belas-artes no Porto, mas não terminei o curso. Arranjei trabalho nos correios. Ao fim de dois contratos não renovaram mais. Durante um verão fui animador cultural. Depois, arranjei trabalho numa gráfica onde já estava a fazer uma tarefa, digamos, da minha área. Mas, ao fim de dois anos e meio aquilo fechou. Ainda fiquei no Porto mais de um ano sem rendimento, a gastar a guita que tinha recebido. Foi nessa altura que andei pelos Precários, mas, esse pessoal é muito politiqueiro para o meu feitio. Sem cheta, fui com uma amiga para a Dinamarca apanhar morangos. Como sabiamos que tudo lá é carissímo fomos prevenidos. A comer, basicamente, latas de conserva durante sete semanas conseguimos juntar umas guitas. Mas, o convívio era difícil, os dinamarqueses, no geral, mantêm os estrangeiros à distância. Vim para França, tenho cá família desde os anos sessenta. Após uma experiência de trabalho desagradável numa fábrica de fruta - fábricas nunca mais! -, como tenho origens camponesas fui trabalhar para o campo.»**

A entoação era ainda transmontana. Este companheiro, baixo e entroncado, quarenta anos se tanto, um filho de quatro anos, companheira, casa, já muito *vil metal* é preciso para poder somente sobreviver.

Falou-me a seguir, das regiões de França onde trabalhou e explicou com detalhe as consequências do uso dos químicos, do absurdo dessa indústria e também da indústria nuclear que em França é notória (58 reactores nucleares). **«Vê lá** –comentou- **que a esquerda, sindicatos incluídos, juntam-se aos proprietários e aos nuclearistas de direita para impedir o fecho de centrais nucleares e indústrias químicas. Mesmo após decisão governamental em fechar uma das centrais nucleares, mesmo depois de acidentes graves acontecerem.»**

Foi nessa altura da conversa que a Louise entrou em cena de forma activa. Com um boletim nas mãos começou a ler: *«As indústrias químicas são indispensáveis às nossas necessidades quotidianas. Sem exagerar, o seu desaparecimento lançava-nos para a idade das cavernas. Os trabalhadores das indústrias químicas não são poluidores, mas sim os industriais cuja actividade é indispensável ao mantimento da sociedade tal como a conhecemos.»*[i]

Logo que a Louise acabou de ler este naco de prosa sindicalista, Manuel comentou: **«É a onda deles, a obssessão: o emprego é mais importante do que a vida».**

Essencialmente funcionários estatais, demasiado integrados e dentro da norma do modelo do produtivismo, os sindicalistas, e não só, estão longe, ou desinteressados, de perceber que uma real e verdadeira melhoria nas condições de vida passa pelo fim do envenenamento. E, como relembrou Manuel: **«Já não conseguimos comer, divertir-nos ou trabalhar sem nos envenenarmos a nós próprios e aos outros».** É esta a equação que tem de ser resolvida por aqueles que buscam a emancipação, denunciando o carácter nocivo das actividades produtivas e a necessidade do seu desaparecimento ou da sua transformação radical. Podemos imaginar o alcance desta perspectiva...

A recusa do Manuel, limitada que seja, em trabalhar com produtos químicos responsáveis pela contaminação de solos, água, assalariados, moradores, consumidores e população em geral, anuncia passos a dar. Como diz o poeta António Machado: *«Caminhante não há caminho, o caminho se faz andando».*

Todavia, foi para o Manuel uma atitude que acarretou corropio.

Mal a nova *saison* começou Manuel procurou trabalho na agricultura biológica.

«Quando já tens um emprego assegurado, deixas-te estar. Já sabes com o que contas. Ao fim destes anos em França, tenho os meus contactos, já me conhecem e isso facilita um pouco. Mas quando vais à procura de um novo emprego, passsas por tudo aquilo que já sabes. Desconfiança e prestação de provas. Claro que o *curriculum* ajuda e quando sabes do oficío estás à vontade. Ao fim de pouco tempo encontrei trabalho numa quinta bio. Uma quinta que era propriedade de um casal *bobo ecolo* (eco-beto). O sítio era fantástico. Um pequeno paraíso povoado de vegetação variada, muitas árvores e com um ribeiro que atravessava a propriedade. Fiquei deliciado. Quando cheguei chuviscava um pouco. Entrámos na enorme casa de pedra, cercada de verdura, muito bonita. Falámos do trabalho. Os alperceiros estavam com fungos. Sabes como é, na agricultura industrial espalhas o químico e já está, na agricultura biológica andas com uma tesoura de árvore em árvore a cortar os ramos doentes. Distinguem-se pela cor que adquirem, um certo castanho. Enfim, disse que sim, fazia o trabalho. Preenchi a papelada, combinámos começar no dia seguinte a tarefa. Mostraram-me a cozinha, impecável. E para indicarem os sítios onde podia aparcar a carrinha, deram comigo uma volta pela quinta. Foi engraçado. A senhora tinha um carro eléctrico e entrámos todos, eu, o marido e a filha, dentro do "auto-eco". Ela guiava e ao mesmo tempo fazia propaganda do veículo. Não poluidor, silencioso, amigo do ambiente, blá, blá. O marido não acreditava assim tanto, o limite de autonomia, 100 km, não parecia convencê-lo. Eu, não queria dizer nada, comecei a imaginar, num mundo já bem povoadito por este carro, a hora de ponta dos automóveis eléctricos. O momento em que têm de ir carregar, todos ligados à electricidade. Um pico de consumo eléctrico do *caralho*. Bom, lá escolhi o sítio para poisar e voltámos à casa. Foi aí que me falaram das horas. Como é que eu costumava fazer e tal. Estás a ver, comecei a desconfiar, embora já tivesse contrato, mas, disse aos gajos que fazia como se faz. Que declarava as horas que fazia, recebia o que a lei diz. Tudo normal. Aí o *bobo ecolo* disse-me que só queria declarar três horas por dia. E pagava as restantes horas ao mesmo preço. Porra, ainda pensei, já que era em *negro*, que pagasse mais, mas não. Bom, estás a ver, com essa jogada o gajo poupava uma boa guita. Como estava com a ideia de ir comprar comida e bebida, e, como eles também tinham de sair, não disse mais nada e marcámos encontro para o dia seguinte. Só que a cena ficou a bater-me mal. Mais tarde, quando estava a sair da loja tocou o telefone. Era um outro empregador a perguntar se eu estava disponível para trabalhar. Não era longe e começava no dia seguinte. Voltei à casa dos *bobos*. Não estava ninguém. Deixei-lhes um papel escrito colado à porta a dizer adeus.»

Fila de desempregados para café e donuts durante a Grande Depressão dos anos 30.

Conversámos durante uma hora e meia. A tarde terminava envolta em calor morno. Manuel tinha ainda cerca de duzentos quilómetros para percorrer. Despedimo-nos calorosamente, como companheiros de longa data. Continuei sentado no café situado no centro da aldeia. Café tranquilo e cheio de luminosidade. Com uma vista esplêndida sobre os montes vizinhos. Ao longe avisto o Monte Ventoux. E fiquei a reflectir sobre aquele encontro inesperado. Vivemos aprisionados ao trabalho. **«O emprego é mais importante do que a vida».**

Mas será que, quando os políticos, sindicalistas, académicos, sociólogos ou economistas, falam em criar emprego esquecem que a relação de trabalho é uma característica do capitalismo? Desconhecem que, no emprego, o empregador explora o trabalhador e, com isso, ganha um lucro financeiro? Que esse lucro, regulado pelo mercado, é a base daquilo a que chamam crescimento económico? Não é «a sociedade» que cria empregos. São os empregadores! Como é sabido, no emprego o trabalhador não é dono do seu trabalho. Assim, querer criar milhares e milhões de empregos é reforçar ainda uma situação de dominação, pode-se até empregar aqui o palavrão, não democrática. É colocar o destino do mundo nas mãos dos seus donos. E, depois, o que é que sucede na actualidade? Qual é o objectivo imediato desses senhores? «Racionalizar a economia», «inovar tecnológicamente», significa mais desemprego e muito mais tecnização. Reduzir o mais possível o número de empregos para baixar os custos e «tornarem-se competitivos na implacável concorrência» capitalista. Com isso, pôem em sentido e a trabalhar mais os assalariados que «ainda têm a sorte» formidável de continuar a ter um emprego. Para aqueles que anseiam pela emancipação a «criação de postos de trabalho para todos» não é desejável, uma vez que isso só reforça a dominação política e económica. E, afinal, isso é uma grande mentira. Emprego para todos nunca irá acontecer no quadro do produtivismo. O «retorno ao pleno emprego» (se ele alguma vez existiu) é completamente impossível. Como já explicavam os antigos socialistas, parido pelo capitalismo donde ele é inseparável, o desemprego só desaparecerá quando aquele desaparecer. Querer «criar empregos» é, por conseguinte, querer o desemprego que ele implica.

/// NOTAS

1 Ano em que a dona Crise chamou a sua madrinha, a fada má, Austeridade para impôr à grande maioria dos portugueses «medidas muito difíceis», como gostam de dizer, para contornar , as autoridades portuguesas. Essas «medidas», causaram e estão a provocar grandes dificuldades, económicas, sociais, psicológicas,ambientais... Entretanto,uma irrupção de portuguesas e portugueses, idêntica ou maior à ocorrida nos anos sessenta do século passado, abandonaram Portugal rumo a diferentes países e continentes.

i CGT francesa, La Voix des industries chimiques, fevereiro de 2012. Referido por PMO.

Na descoberta da natureza e memória das resistências, por entre propostas de percursos pedestres.

Ao salto dos montes:**Alares**

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

O voo do abutre paira sobre as escarpas do Tejo. Aguarda a presa morta. Voa sobre a raia de Castelo Branco ao longo dos Parques Naturais do Tejo Internacional, que se estendem nas margens da Extremadura espanhola e da Beira Baixa. Nesta extrema de Portugal a vastidão erma de gente é um ondulado de encostas por entre os rios Erges e Ponsul e a ribeira do Aravil até chegarmos às escarpas do Tejo. A paisagem despede-se das altas serranias e mistura-se já na natureza do além tejo. O voo do abutre paira sobre bosques de sobreiros e azinheiras onde não será difícil ao longo da Rota dos Veados avistarmos com encanto esses animais. Mais difícil é encontrar quem aí ainda habite.

A partir da aldeia do Rosmaninhal chegamos por essa grande rota (GR 29 de 53 km[1]) ao antigo posto da Guarda Fiscal onde surgem algumas variantes da Rota dos Veados. Escolhemos rumar à "Aldeia dos Alares" (7,6 km). O voo do abutre sobrevoa agora uma história trágica com menos de um século, mas que é no fundo essa história trágica que se repete ao longo dos tempos pelo uso e a posse da terra. As ruinas às quais rumámos foram cenário de violência popular nunca antes aí vista. Sobre os habitantes destes montes abateu-se a 7 de Outubro de 1923 uma horda de populares da vizinha aldeia do Rosmaninhal. Com enxadas, paus e pedras, expulsaram os monteses, esfolaram borregos vivos e partiram tudo à sua frente: as alfaias, o forno comunitário do pão, os potes de mel e azeite que "corriam pelas ruas abaixo, qual torrente invernosa". Nesses últimos anos já toda a gente andava armada pelos campos e nos meses que se seguem prosseguem os assaltos aos monteses, a destruição de sementeiras, colmeias ou matando a tiro e a foice as cabeças de gado que encontravam. É o abandono de Alares. Os monteses em fuga estabelecem-se nas novas aldeias de Soalheiras e Cegonhas Novas.

Porém tudo começara de forma bem diferente no início do séc. XIX. Como nos conta o painel da Rota dos Veados "tudo começa sob o auspício da pobreza que se fazia sentir por toda a Beira Baixa. Faltava terra, faltava trabalho, faltava tudo. A terra para quem a tinha, era sinónimo de riqueza, de fartura e de poder. As aldeias estavam estranguladas no meio dos imensos campos, cujos proprietários se contavam pelos dedos das mãos (…) Não havia trabalho para todos e paradoxalmente com tanta terra, faltava terra". De Malpica do Tejo e Monforte as suas gente vem então fundar os montes de Alares, Cobeira e Cegonhas Velhas. Lugares distantes abandonados por nobres absentistas titulares, que tornam-se numa utopia em marcha para centenas de famílias que crescem e vivem da agro-pastorícia.

Até que por volta de 1865 o Visconde de Morão surge reclamando as rendas anuais dessas terras que apresenta serem já suas. Mas o desfecho trágico estava ainda para vir quando após a morte do proprietário usurpador, os seus herdeiros nos anos vinte do séc. XX vendem as terras a gentes do Rosmaninhal sem consulta ou respeito dos monteses. Instala-se "A Guerra dos Montes". Rondam abutres nos céus de chumbo do Tejo e tudo terminará nos altares da justiça com o loteamento imposto e sorteado das parcelas em 1930. Tudo termina. Longe das terras e da terra. Ninguém mais aí voltou e restaram apenas muros de pedra destelhados.

> Tudo termina. Longe das terras e da terra. Ninguém mais aí voltou e restaram apenas muros de pedra destelhados.

O voo dos Viscondes de Morão paira sobre os povos. Aguarda a presa morta. Regressemos antes ao voo do abutre. Afinal a sua fama funesta é-lhe injusta face aos verdadeiros abutres que rondam em nome da Propriedade. Regressamos às margens do Tejo e recordamos o eco popular: "Lá no Monte dos Alares/Semeei uma seara/E agora para a ceifar/Custou-me os olhos da cara".

/// NOTAS
1 http://goo.gl/sQsj5Y

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 10
Julho-Setembro 2015

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
Morada da redacção: Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Registo ERC: 126329

Diretor: Guilherme Luz
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão, Site e Distribuição: M.Lima*, IA*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, Samuel Buton, J. Barreira, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Frederico Lobo*, A.P, Ali Baba*, Júlio Silvestre*, Inês Rodrigues*, Granado da Silva*, Olegário Bigodes, X. Espada, Huma*, Finja Delz, Palinho, João Paulo Gomes, J. Martins, κοινωνία, Manuel Dias, Susana Costa, Pedro Cerejo, Xentrificacion Vigo, PC, JA, Rita Serra, R.P. Neto, Dr. Urânio, Miguel Carneiro, Jorge Valadas, Miguel Carmo, Manuel Bivar, Cota + Jano.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 1500 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.

Morada: Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, nº50 - Morelena 2715-029 Pêro Pinheiro - Portugal

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ESPAÇOS ONDE PODES ENCONTRAR O MAPA

Almada: Centro de Cultura Libertária (Rua Cândido dos Reis, 121, 1º Dto, Cacilhas) / Oficina Divagar, Rua Serpa Pinto, 4 1ºandar **Arouca:** Quiosque do Parque (Av. 25 de Abril) **Barcelos:** CCOB – círculo católico operário de barcelos (Rua D. Diogo Pinheiro)**Braga:** Livraria Centésima Página (Avenida Central) / Papelaria Unipessoal (Largo da Estação – Edificio da CP) / Tabacaria Central (Estação de Camionagem) / Quiosque Duarte (Largo Paulo Orósio) / Quiosque do Pópulo (Praça Conselheiro Torres Almeida) / Papelaria Tabacaria ARJP (Rua Frei José Vilaça – Ferreiros) **Castro Verde:** ContraCapa – Livraria Papelaria (Av. General Humberto Delgado, Nº 85, Castro Verde) **Coimbra:**Tabacaria Espirito Santo (Praça 8 de Maio, nº8) / Papelaria Botânico (Bairro S. José, nº1) **Evora:** Tabacaria Génesis (Rua João de Deus n.º 150) / Fonte das Letras (Rua 5 de Outubro n.º 51) **Guimarães:** Loja do Júlio (Rua da Rainha D. Maria II, 145) / Livraria Snob (Rua D. João I, 210A) **Lisboa:** Livraria Letra Livre (Calçada do Combro, 139) / BOESG (Rua das janelas Verdes nº13, 1º esq) / RDA (Rua regueirão dos anjos nº69) / Casa da Achada (Rua da Achada, nºs 11 r/c e 11B) / Espaço MOB (Travessa da Queimada, 33, Bairro Alto) / Zona Franca (Rua de Moçambique nº42, Anjos) / Livraria Caixa dos Livros (FLUL, Alameda da Universidade) / Associação de Estudantes da FCSH da Universidade Nova de Lisboa / Centro LGBT (Rua dos Fanqueiros nº 40) **Mangualde:** Papelaria Adrião (Largo do Rossio, nº7) **Ourique:** Quiosque Tony (Praça Garvão) **Porto:** Livraria Utopia (Rua Regeneração 22 / Gato Vadio (Rua do rosário, 281) / Casa Viva (Praça marquês pombal 167) / Espaço Musas (Rua do Bonjardim, 998) / Terra Viva (Rua dos Caldeireiros nº 213) / Dar à Sola (Rua dos Caldeireiros, nº204) / Copacabana Café (Rua de Belém, 624) / Casa da Horta (Rua de São Francisco, 12A) / Tendinha dos Poveiros (Praça dos Poveiros) / Livraria Poetria (Rua das Oliveiras, 70 r/c, loja 12) / Duas de letra (S. Lázaro) / Café Pedra Nova (Rua da Alegria) / Louie Louie (Rua do Almada, 275) / Bar Picadilly (Rua de S. Vitor) / Bazar Quental (Rua Antero de Quental, 80) **Setúbal:** Associação José Afonso, Casa da Cultura, 1º andar / Livraria Universo, Rua do Concelho nº 13 (junto à Câmara Municipal de Setúbal) / Papelaria e Tabacaria Portela (Av. 22 de Dezembro, nº21, Loja 6- Centro Comercial de São Julião) / Livraria Culsete (Avenida 22 Dezembro nº23) / Taifa bar (Avenida Luisa Todi nº 558, 2900-456 Setúbal) **Vila do Conde:** Pátio Café (Praça da República, 12, 4480-715 Vila do Conde)

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 10
JULHO-SETEMBRO 2015
1500 EXEMPLARES

Gravitando sobre as greves

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Fala-se de que a greve atravessa uma crise de imagem, enquanto significado e forma de luta social. Esta ideia é, implícita ou explicitamente, constantemente repetida, "noticiada". Como forma de pressão e tensão a greve permanece válida e necessária, como sempre o foi, mas não tenhamos dúvidas: a sua expressão e prática é hoje posta em causa e surge inteiramente subjugada à mediatização (e mediação) que dela é feita. O desfecho de uma reivindicação é em grande medida determinado pela "imagem" que dela se produz. Consequentemente o controlo da comunicação em torno da acção, da "notícia", é determinante. Como tal há muitas agitações que simplesmente não são noticiadas, ou, a sê-lo, são-no de forma a atacar qualquer noção de solidariedade para com os grevistas. Logo há por aí muitas imagens, muitas lutas, para as quais o olhar mediático é esquivo. Um par de exemplos: Em Beja, em finais de Junho, os trabalhadores da Resialentejo, empresa intermunicipal de tratamento de resíduos baralharam a lógica estabelecida. À margem dos sindicatos criam uma "comissão de greve" e marcam greve por questões, não de salários ou despedimento, mas de gestão da própria empresa. Entre outras coisas, reivindicam "gestão participada" na definição de estratégias e objetivos através da "realização de uma reunião anual entre a administração e os trabalhadores" e até "a extinção do cargo de director executivo como um cargo político", sendo este substituído por um cargo em concurso público, numa selecção "com a participação e parecer vinculativo da comissão de trabalhadores". A administração intermunicipal, igualmente visada pela demanda do pagamento das dívidas das autarquias, siderou de pasmo. A administração, encabeçada pelo presidente do Município de Serpa, do Partido Comunista Português, a força eleitoral que domina o quadro autárquico, logo foi avisando os trabalhadores de que se há "questões que têm legitimidade, não se resolvem com comunicados e na praça pública"… Após o 1º dia de greve (adesão de 90%), a Assembleia de Trabalhadores, suspendeu a greve com base nas promessas de diálogo sobre as reivindicações colocadas.[1]

A praça pública tem desses incómodos, sobretudo quando uma questão de imagem de uma administração "vermelha" está em causa. Desses incómodos sabe de ginjeira a SONAE, que se viu incomodada pela difusão viral nas redes sociais das denúncias de uma funcionária dos hipermercados Continente, relatando não apenas exploração salarial, mas a noção esclavagista promovida pela gestão de imagem da SONAE, onde a aparência da trabalhadora é formatada "meticulosamente, ao gosto sexista do patrão": unhas, só pintadas de vermelho (a cor da SONAE e não de outras bandeiras entenda-se). Resultado da denúncia, é posto a circular um panfleto dirigido aos trabalhadores do Modelo e Continente, limitando a liberdade de expressão e apelando à "delação"[2]: "usa adequadamente as redes sociais", com "discernimento e bom senso", pois "o que colocares nas redes que possa causar danos à reputação da Sonae é da tua responsabilidade". E não se esqueçam os caros colaboradores (trabalhadores é termo démodé) que perante "os comentários [que] põem em causa a reputação da empresa, dá conhecimento à tua chefia". O conselho final é claro, deves: "deixar os especialistas em comunicação responder"… Numa coisa os especialistas em comunicação (social) tem sido exímios: noticiar uma greve passa por entrevistar até à náusea o desgraçado do utente ou consumidor e assim diabolizar os grevistas e o seu "direito" à greve. Na maioria dos casos ficamos mesmo sem saber o que era reivindicado, não vão os ditos prejudicados encontrar razões para uma qualquer forma de solidariedade... Epílogo maior da construção dessa imagem da greve foi explanado no caderno de encargos da privatização da Carris, que a classifica como "caso de força maior". Para exonerar de perdas financeiras os novos donos, passa a greve a ser entendida na mesma medida que "constituem casos de Força Maior, (...), os atos de guerra, insurreição, hostilidades, invasão, tumultos, rebelião, terrorismo, explosão, contaminação, cataclismo, tremor de terra, fogo e raio, inundação"[3] Obviamente as reacções à legalidade de tal equiparação não se fizeram esperar. Mas, apesar disso, ocorre-me a imagem de um futuro, talvez já não tão distante, em que a única resposta possível seja mesmo reconhecer o acto da greve nessa mesma medida, de força maior, que se impõe e reage à imagem bem real do quotidiano acossado em que vivemos.

/// NOTAS

1 http://www.lidadornoticias.pt/?s=resialentejo
2 https://obeissancemorte.wordpress.com/2015/03/17/improving-life-depois-das-denuncias-a-sonae-lanca-um-panfleto-dirigido-aos-trabalhadores-do-modelo-e-do-continente-limitando-a-liberdade-de-expressao-e-apelando-a-delacao/
3 https://goo.gl/LEwV6I

MAPA BORRADO
LOGIN COUNTRY
LIBERLAND
OLÁ' EU SOU O VIT JEDLICKA O PRESIDENTE DA LIBERLÂNDIA
REGISTRATION WITH A CLICK
A LIBERLÂNDIA É UM TERRENO ENTRE A CROÁCIA E A SÉRVIA TORNADO NA MAIS NOVA NAÇÃO DO MUNDO E CAPITALIZA DO CHARME DAS FUGAS AO SISTEMA
QUEREMOS TER UMA VERTENTE POPULAR, DAMOS A IMPRESSÃO QUE ISTO É CONSTRUÍDO POR PESSOAS COMUNS
COMO OS ESCUTEIROS OU ASSIM
O QUE É QUE FOI? TENHO UMA LICENCIATURA EM LONDRES, E METO A BOCA ONDE EU QUISER
INDIVÍDUO QUE PROCURA UMA ALTERNATIVA AO FESTIVAL BOOM ESTE ANO
MAS O QUE NOS INTERESSA MESMO SÃO INVESTIDORES! PORQUE AQUI A PROPRIEDADE PRIVADA É SAGRADA!!!
EM LIBERDADE
0% TAX
ISSO DE ESTADOS NÃO PERCEBO NADA... EU SÓ ME QUERO DIVERTIR E CONHECER PESSOAS GIRAS
QUE TAL ME SAÍ BRANDING MANAGER?
NÃO ESTÁ MAL... TENTA EVITAR TANTAS COMPARAÇÕES COM O MÓNACO, PELO MENOS POR AGORA
HD
E PARA O NOSSO PLANO DIPLOMÁTICO DE RECONHECIMENTO INTERNACIONAL
NÃO BASTA INVENTAR EMBAIXADAS NEM PRESSIONAR SÍMBOLOS FALIDOS!!! CONCORRAMOS COM A LIBERLÂNDIA À EUROVISÃO QUER QUEIRAM, QUER NÃO!!!!
EURO VISÃO?
A MAIS INABALÁVEL INSTITUIÇÃO EUROPEIA!!
ANCAP
O FESTIVAL TAMBÉM É UM PALCO DE CAUSAS E DE ASSALTOS ESTÉTICOS ARROJADOS COMO O RAMBO AMADEUS OU OS PERTTI KURIKAN NIMIPÄIVÄT...
APELEMOS À CAUSA SOLIDÁRIA COM OS PARAÍSOS FISCAIS EMERGENTES!!!!
OK... E CONCORREMOS COM O QUÊ?
AINA MUN PITÄÄ TISKATA ENSAA EDES JUODA ALKOHOLIA(1)
(1) TENHO SEMPRE DE LAVAR A LOIÇA, NEM SEQUER POSSO BEBER ALCOÓL
ANCAP
SHOWER ME WITH YOUR ₿ITCOINS
OOOOHHH OOOOHHH
JOSÉ SMITH VARGAS

Nacho caMacho

COTA+JANO

FODA-SE!! OS HOMENS NÃO BRINCAM COM BONECAS
OS HOMENS BRINCAM COM SOLDADOS
TOMA, UM DOS MEUS VELHOS MADELMAN, PARA QUE BRINQUES COMO UM HOMEM, JUNIOR
OBRIGADO NACHO, GOSTO MUITO DE TI